



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

GUSTAVO PEREZ PEREIRA ANDRADE

**INTEGRAÇÃO REGIONAL ECONÔMICA LATINO AMERICANA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO E DE RUY MAURO
MARINI**

MARÍLIA

2024

Gustavo Perez Pereira Andrade

**INTEGRAÇÃO REGIONAL ECONÔMICA LATINO AMERICANA: uma análise
comparativa das contribuições de Celso Furtado e de Ruy Mauro Marini**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi

MARÍLIA

2024

A553i Andrade, Gustavo Perez Pereira
 INTEGRAÇÃO REGIONAL ECONÔMICA LATINO
 AMERICANA: : UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS
 CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO E DE RUY MAURO
 MARINI / Gustavo Perez Pereira Andrade. -- Marília, 2024
 168 p.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
 Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

 Orientadora: Franciso Luiz Corsi

 1. América Latina.. 2. Centro-Periferia. 3. Estrutura e
 Transformação do Estado. 4. Integração Regional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GUSTAVO PEREZ PEREIRA ANDRADE

INTEGRAÇÃO REGIONAL ECONÔMICA LATINO AMERICANA: uma análise
comparativa das contribuições de Celso Furtado e de Ruy Mauro Marini

Dissertação aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Marília.

Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). FRANCISCO LUIZ CORSI (Participação Virtual)

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Prof(a). Dr(a). AGNALDO DOS SANTOS (Participação Virtual)

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Prof(a). Dr(a). ADILSON MARQUES GENNARI (Participação Virtual)

Departamento de Economia / Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/ Araraquara.

Marília, 27 de fevereiro de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que me ajudaram ao longo dessa jornada, apoiando quando já me faltavam forças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Adonai, Senhor dos céus e da terra e ao Messias Yeshua, o verbo, que estava com Ele no princípio na criação de tudo.

Agradeço ao Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi, pela orientação, seu grande desprendimento em ajudar e pela sua amizade sincera.

Agradeço aos amigos (as) Elias Guilherme Soares Teixeira, Jefferson Luís da Silva, Paloma de Oliveira dos Santos, Maiara de Assis Caetano, Rene Trindade de Oliveira e Silva e a Patrícia Cavalcanti pelo incentivo e grande ajuda para a realização deste trabalho.

Agradeço aos funcionários da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do Campus de Marília, sem qual não seria possível a realização desse trabalho, em particular a Edna Olian do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) .

Agradeço ao Programa de Pós- Graduação da Universidade Estadual Paulista, na figura do seu Coordenador Prof. Dr. Agnaldo dos Santos.

Agradeço aos meus pais, irmãos e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço aos meus avós paternos e maternos que ajudaram a construir essa jovem nação, três dos quais deixaram boas lembranças e a saudade.

RESUMO

A partir da década de 1960, ocorreram diversos debates e enfrentamentos teóricos, nos quais foram discutidos relevantes temas acerca da América Latina; dentre estes, destaca-se aqui a integração regional. Dessa forma, pretende-se, nesta pesquisa, fazer uma análise bibliográfica das contribuições de Ruy Mauro Marini e Celso Monteiro Furtado sobre a questão da integração regional da América Latina. A pesquisa visa, pois, considerar as divergências e/ou convergências dos referidos pensadores, buscando compreender como é tratada a questão da integração regional no desenvolvimento a partir das perspectivas destes pensadores. Para compreensão da questão, o foco foi delimitado nas obras publicadas entre as décadas de 1960 e 1980.

Palavras-Chaves: América Latina. Centro-Periferia. Estrutura e Transformação do Estado. Integração Regional. Pensamento Latino-americano.

RESUMEN

A partir de la década de 1960 se produjeron varios debates y confrontaciones teóricas, en los que se discutieron temas relevantes sobre América Latina; Entre ellos destaca la integración regional. Por tanto, el objetivo de esta investigación es realizar un análisis bibliográfico de los aportes de Ruy Mauro Marini y Celso Monteiro Furtado sobre el tema de la integración regional en América Latina. La investigación apunta, por tanto, a considerar las divergencias y/o convergencias de los pensadores antes mencionados, buscando comprender cómo se aborda el tema de la integración regional en el desarrollo desde las perspectivas de estos pensadores. Para comprender la cuestión, la atención se limitó a los trabajos publicados entre los años 1960 y 1980.

Palabras-claves: America latina. Centro-Periferia. Estructura y Transformación del Estado. Integración regional. Pensamiento Latinoamericano.

ABSTRACT

From the 1960s onwards, several debates and theoretical confrontations took place, in which relevant themes about Latin America were discussed; Among these, regional integration stands out here. Therefore, the aim of this research is to carry out a bibliographical analysis of the contributions of Ruy Mauro Marini and Celso Monteiro Furtado on the issue of regional integration in Latin America. The research aims, therefore, to consider the divergences and/or convergences of the aforementioned thinkers, seeking to understand how the issue of regional integration in development is dealt with from the perspectives of these thinkers. In order to understand the issue, the focus was limited to works published between the 1960s and 1980s.

Keywords: Latin America. Center-Periphery. Structure and Transformation of the State. Regional Integration. Latin American Thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
 CAPÍTULO I - PERSPECTIVAS SOBRE A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UM PANORAMA SOBRE A INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA).....	14
1.1 Perspectiva geral: a construção do conceito de América Latina.....	14
1.2 A América Latina e as diversas iniciativas de integração regional.....	23
1.3 Associação Latino-Americana de livre comércio (ALALC)/ Associação Latino-Americana de integração (ALADI) (1960).....	31
1.4 Mercado Comum Centro Americano (MCCA) (1961).....	35
1.5 Pacto Andino / Comunidade Andina de Nações (CAN) (1969).....	39
1.6 Mercado comum e comunidade do Caribe (CARICOM) (1973).....	46
1.7 Mercado Comum do Sul MERCOSUL (1991).....	51
1.8 IIRSA (2000) – o plano de ação para integração da infraestrutura regional.....	61
1.9 Aliança Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA) (2004)...	66
1.10 União das nações sul-americanas (UNSAUL) (2008).....	70
1.11 Comunidade para América Latina e Caribe (CELAC) (2010).....	74
1.12 Aliança para o pacífico (2012).....	77
 CAPÍTULO II - INTEGRAÇÃO REGIONAL NO PÓS-GUERRA: AS PERSPECTIVAS NOS PENSAMENTOS DE CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI.....	82
2.1 A formação intelectual dos autores.....	82
2.2 Perspectivas gerais dos pensamentos de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini.....	83
2.3 Furtado: a integração latino-americana debatida a partir do conceito de desenvolvimentismo.....	87
2.3.1 Como Furtado compreende a integração na América Central no século XX.....	100
2.3.2 Uma análise da ALALC e do grupo andino no pensamento de Celso Furtado.....	107
2.4 Marini: a integração econômica regional debatida a partir dos conceitos de subimperialismo e dependência econômica.....	116
2.4.1 Como Marini enxerga a integração econômica no capitalismo.....	116
2.4.2 América Latina: economia dependente, revolução e estado contrarrevolucionário.....	127
2.4.3 Ruy Mauro Marini: a ideia de unidade da América Latina e outras perspectivas.....	150
2.4.4 Marini: análise sobre o pacto andino e a crise do desenvolvimentismo.....	154
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE RUY MAURO MARINI E CELSO FURTADO.....	159
 REFERÊNCIAS.....	162

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar é preciso indicar que a pesquisa em questão abordará os pensamentos de Ruy Mauro Marini e Celso M. Furtado tendo como tema central o estudo da integração econômica latino-americana e dos aspectos inerentes a esse processo no pensamento deles, não se detendo na presente conjuntura dos atuais processos de regionalização desenvolvidos em toda a América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980.

A dissertação é composta por dois capítulos, um introdutório abordando a contextualização histórica da integração econômica na América Latina e sua realização a partir do fenômeno político da regionalização, com a criação dos organismos supranacionais e das entidades multilaterais em toda América Latina.

O capítulo primeiro em princípio aborda o fenômeno da integração regional na América Latina, contudo, nesse primeiro capítulo foi realizada uma reflexão sobre a ideia de América Latina inclusive considerando grande parte das experiências regionais, a partir da leitura de alguns estudos sobre os processos de regionalização que ocorreram em toda essa região.

Inicialmente no segundo capítulo, fizemos uma apresentação introdutória e genérica de Furtado e Marini sobre a integração regional. Em seguida, o capítulo se cindirá em duas partes específicas: a primeira analisando o pensamento de Celso Furtado, e uma segunda parte abordando os escritos de Ruy Mauro Marini, delimitando historicamente as obras entre os anos de 1945 a 1989, e por fim, se fechará com um item específico sintetizando as convergências e ou divergências do pensamento dos autores.

O estudo terá em conta as transformações materiais, isto é, econômicas, políticas e históricas vivenciadas pelos autores após a Segunda Guerra Mundial, pelo contexto geopolítico da Guerra Fria, pelo fim do colonialismo na África e na Ásia, pela expectativa dos povos dos países subdesenvolvidos em superarem suas contradições socioeconômicas logrando atingir o almejado desenvolvimento econômico.

Como já salientado anteriormente, o exame da obra dos autores levará em consideração os contextos históricos e materiais em que é desenvolvida, pois trata-se de reflexões teóricas que são condicionadas pelas transformações materiais da

época em viveram os teóricos, portanto, a formação de suas obras é reflexo dessas modificações econômicas, sociais e políticas.

Deste modo, para realizar o estudo do pensamento dos autores se empregará o materialismo histórico como metodologia de análise:

A totalidade dessas relações de produção forma estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 1982, p. 25).

Assim, a tarefa a que se propõe este estudo é um desafio, pois, trata-se de compreender a teoria dos cientistas sociais sem perder de vista que essas interpretações são consequência do processo histórico existente, pois, a forma como enxergamos o mundo tem relação direta com as condições materiais do mundo no qual vivemos. Não é preciso ir muito longe nos exemplos, pois, se hoje temos percepção da existência de indivíduos da nossa espécie em toda a Terra, isto decorre do progresso material pelo qual passou a humanidade e do reconhecimento da noção de humanidade, conceito que só é possível pelas transformações materiais que permitiram o intercâmbio cultural, político e econômico entre os diferentes povos.

Neste sentido, é preciso compreender que, embora as reflexões de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini a respeito da integração econômica da América Latina construam-se a partir de premissas distintas, com singularidades próprias, muitas vezes divergindo, e até mesmo convergindo; essas perspectivas estão influenciadas pelas condições materiais existentes. Embora as interpretações deles sejam diferentes, o mundo material que analisam é o mesmo, e isso é determinante para compreender as causas e o desdobramento dessas interpretações.

Na consideração de tais transformações da base econômica, toda uma enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se joga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir da sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da

vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas existentes e as relações de produção (Marx, 1982, p. 26).¹

Compreendendo a questão da metodologia, é preciso enfatizar a importância desse estudo em razão da atualidade da discussão contemporânea a respeito da regionalização revelada pelos debates políticos e econômicos em diferentes classes, grupos econômicos e partidos da sociedade moderna; com reflexos para o pensamento acadêmico, o que fez emergirem novas questões sobre este fenômeno nas Ciências Sociais.

Embora a presente reflexão a respeito da integração latino-americana se detenha no plano do pensamento social brasileiro, não constituindo uma pesquisa de campo, não é possível deixar de mencionar que a reflexão teórica não se faz desconectada da realidade material.

Por exemplo, na atual conjuntura global a América Latina parece estar fragmentada entre diferentes interesses econômicos, e isto é um problema econômico que afeta a região e sobre o qual já nos advertia Ruy Mauro Marini ao discorrer sobre balcanização econômica; mas que agora se delineia de forma objetiva com a diminuição da importância do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) para os países latino-americanos, que se vinculam mais à economia norte-americana e/ ou que aumentam sua dependência em relação à China.

Ora, se a Aliança do Pacífico, composta por Chile, Colômbia, Peru e México busca acercar-se dos Estados Unidos, a Comunidade para América Latina e Caribe (CELAC) torna-se um fórum com o qual a China busca negociar as suas demandas para o hemisfério.

Isso evidencia que a América Latina, carece de uma instituição multilateral que promova os seus próprios interesses, um fórum endógeno, não um mero anexo de outros centros de poder global.

O enfraquecimento econômico da Argentina e do Brasil, sobretudo, causado pela diminuição dos parques industriais dessas nações, significou o aumento da reprimarização econômica e da ampliação da dependência econômica exposta em todo continente pela ampliação da relação comercial com a China. Por sua vez,

¹ A compreensão do autor em relação à influência da base econômica sobre a cultura é mais complexa do que a citação, muitas vezes o processo cultural, influi diretamente na base material, e tratando-se um processo dialético mais complexo, que ora temos processo de prevalência do processo material, outrora ideológico, isto é, das ideias, do processo cultural.

países como México, Chile e Peru buscaram vincular-se economicamente aos EUA, aproveitando-se da proximidade geográfica para impulsionar suas exportações de produtos primários. Cabe ressaltar a exceção do México que se especializou na exportação de componentes manufaturados, beneficiando-se da instalação de fábricas ao longo da fronteira com os Estados Unidos, que se aproveitam do baixo valor da mão-de-obra mexicana e do acordo que esse país tem com o NAFTA².

A crise pela qual atravessa o MERCOSUL caracteriza-se como uma crise sem precedentes, mas está vinculada ao enfraquecimento econômico das principais economias industriais da América do Sul, isto é, Brasil e Argentina. A diminuição da sua importância regional ao perder a capacidade de fomentar as trocas comerciais entre os países do bloco e promover o desenvolvimento econômico regional, é reflexo da crise econômica e da estagnação que atingem as economias industriais no sul do hemisfério.

O MERCOSUL tem como objetivo o fortalecimento macroeconômico e regional. Na visão de Soares Filho (2011), os projetos de integração regional surgem da necessidade colocada pela mundialização econômica. Para o referido autor, os efeitos negativos decorrentes desta transformação macroeconômica impelem os países a este arranjo político e econômico.

Os processos de integração regional surgem como contraponto à globalização econômica, resultante da necessidade de os países situados numa mesma região se congregarem, para proteger suas economias dos efeitos negativos da mundialização, reunindo capitais, tecnologias, recursos humanos, e promovendo medidas conjuntas nos vários campos de atividade para dinamizar o progresso material e social de seus povos e, por esse meio, lograr o desenvolvimento econômico com justiça social, que implica a melhoria de suas condições de vida (Soares Filho, 2011, p. 22).

A ideia de uma América Latina unida e integrada remonta-se à formação histórica do nosso continente, sendo defendida pelos líderes da independência destes países. A formulação teórica favorável à integração continental é antiga começando com os intelectuais independentistas da América Latina.

[...] os processos de formação do Estado nacional e a gestação da identidade cultural em nível nacional e continental ligam-se desde o início aos sonhos e aspirações para alcançar a unidade e a integração da América

²O Acordo de Livre Comércio da América do Norte na sigla em inglês NAFTA, inclui Canadá, Estados Unidos e México. O acordo entrou em vigência a partir de 1994 e tem como objetivo a eliminação das tarifas alfandegárias entre os países membros.

espanhola. A ideia da nação americana, de sua unidade e integração não foi afastada das perspectivas, em época alguma da história da América Latina. A ideia de uma América hispânica emancipada da Metrópole e unida em forma de uma só República ou de uma Confederação de Nações foi formulada por Francisco de Miranda, em projeto que data de 1784, profundamente democrático e liberal, que sugeria o nome “Colômbia” para toda a Hispanoamérica. Tamanhos foram os esforços realizados por Miranda em função desse objetivo, que lhe angariaram a qualidade de precursor, pensador e político mais importante dentre os predecessores de Bolívar [...] (Soares Filho, 2011, p. 23).

Também é importante destacar que os objetivos do Mercosul não estão restritos à economia, desdobrando-se no mundo do trabalho e na unidade política.

[...] o Tratado de Assunção (1991), que instituiu o Mercosul, o qual reza de verem as dimensões nacionais dos mercados de trabalho ser entendidas em um novo espaço socioeconômico – compreendido pelos quatro países que compõem o mercado comum –, o que importará no desaparecimento das fronteiras nessa matéria; e estabelece como meta a harmonização dos sistemas de relações trabalhistas em aspectos fundamentais, tendo em vista alcançar um mercado de trabalho sub-regional integrado (Soares Filho, 2011, p. 22).

Também é importante mencionar que a crise política e econômica que afeta os blocos como o MERCOSUL não está restrita à América Latina. A União Europeia (UE) é o exemplo atual de configuração de um espaço econômico regional, que passa por sucessivas crises, com destaque para o Brexit e os desdobramentos da Guerra-Russo Ucraniana. As sanções impostas pela UE à Federação Russa parecem debilitar a Europa enquanto centro econômico e político, pois a dependência da indústria europeia em relação ao gás russo é patente.

A questão energética coloca a Europa em apuros, o esforço humanitário em consequência da Guerra na Ucrânia, acarretará custos econômicos à Europa, e a crise social também é grande, com estimativas de milhões de refugiados ucranianos.

Cabe ainda destacar que o Brexit, juntamente com a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2017, marca um revés no discurso pela abertura econômica e a favor da globalização. O Brexit, e o Trumpismo, são fenômenos políticos singulares, mas que têm em comum, a retórica da antiglobalização. O próprio presidente Trump, liderou a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Livre Comércio do Pacífico.

O Brexit, processo político que culminou com a retirada do Reino Unido da União Europeia, demonstra que os processos políticos e econômicos não são

lineares, e que a globalização, enquanto processo político, social e econômico está sendo construída pelo conjunto da sociedade.

A própria ascensão chinesa aponta outros problemas para a integração da América Latina, uma vez que os países latino-americanos são atraídos cada vez mais pela força gravitacional da China, como fornecedores de *commodities*. Por outro lado, a experiência deste gigante asiático demonstra que o processo de inserção na economia mundial não é um caminho natural, mas que pressupõe uma escolha política por parte das classes dominantes de cada país.

A experiência chinesa demonstra, ainda, que a inserção na economia global pode ser coordenada a partir do próprio país, num processo endógeno, fortalecendo o mercado nacional; que há formas de promover o desenvolvimento dentro da nova ordem global sem perder a soberania; que o poder infinito dos grandes grupos econômicos pode ser contornado; e que há formas de conter a ganância e promover a distribuição mais equitativa de recursos, reduzindo as disparidades sociais, e diminuindo a desigualdades entre ricos e pobres. Todavia, é preciso ponderar que a experiência chinesa, como qualquer experiência, não pode servir de molde perfeito, pois é consequência de especificidades históricas que não podem ser reproduzidas perfeitamente, mas servem como meio para repensar as políticas estatais implementadas em nosso país.

Refletir sobre a integração da América Latina no atual contexto histórico é repensar as agendas econômicas que hoje são seguidas de maneira inequívoca e adotadas como verdades absolutas que resultam na depredação econômica do país, na desindustrialização e no aniquilamento da soberania econômica.

A proposta da dissertação é refletir sobre essas questões econômicas referentes aos processos de integração regional na América Latina, a partir da análise crítica da contribuição de dois importantes autores latino-americanos, Celso Monteiro Furtado e Rui Mauro Marini.

Considera-se que a análise comparativa do pensamento destes autores pode elucidar problemas acerca da integração regional, nos permitindo repensá-la a partir das mudanças estruturais que ocorreram na sociedade capitalista com o fim da Guerra Fria, a financeirização da economia mundial e atual crise do modelo neoliberal. Para tanto, consideramos fundamental recuperar as discussões sobre o tema que esses autores fizeram entre as décadas de 1960 e 1980, quando eles

aprofundaram suas reflexões sobre as dificuldades e obstáculos ao processo de integração regional, que desde a formação dos Estados latino-americanos mostrou-se um projeto difícil de ser concretizado devido, sobretudo, ao próprio processo de formação histórica da região.

Há que ressaltar a existência de outras correntes teóricas que procuram compreender os desafios colocados pela questão regional, a exemplo da visão liberal, mas que não serão objetos de debate desse trabalho.

CAPÍTULO I: PERSPECTIVAS SOBRE A INTEGRAÇÃO LATINO- AMERICANA

1.1 Perspectiva geral: a construção do conceito de América Latina

A subdivisão do mundo em diversos continentes oculta a estrutura geopolítica que está concebida nesta divisão, escondendo o longo processo histórico por detrás da regionalização dos atuais continentes. Atribuir o nome a uma região geográfica é também um ato de poder (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 2), cuja consequência é uma nova divisão social do mundo.

Sendo assim, deve-se compreender que quando falamos em América Latina, aborda-se um conceito construído historicamente a partir do olhar de interpretação do mundo pelo colonizador europeu, é a partir desta perspectiva que se constrói a ideia de América Latina, uma invenção do pensamento humano, mais especificamente é a reprodução da forma de enxergar o mundo do colonizador europeu.

Esta forma de conceber o conceito de América Latina acaba por reificar o que é um recorte geográfico e instrumento de análise, como sendo a própria forma como os fatos e a realidade são e se organizam. De maneira acrítica toma-se uma construção intelectual para interpretar a realidade como sendo a realidade naturalizando-o, transformando-a em coisa objetiva (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 2).

Assim, o conceito ou a ideia de América Latina é forjada, ou melhor, construída como recorte espacial, a partir da classificação europeia do planeta em grandes áreas. A área em questão tinha outras designações pelos povos nativos como “Abya-Yala”, “Tawantinsuyu” e “Ananhuac” (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 2).

A América, enquanto espaço de um continente, novo território e enquanto conceito geográfico é uma invenção política do ocidente, cuja construção histórica inicia-se a partir de 1492 e ignora os outros conceitos pré-existentes dos povos nativos.

A América é este arquétipo intelectual que hoje assimilamos sem questionamentos, mas cuja construção é histórica e tem sua expressão máxima na ideia de “Novo Mundo”; que é a concepção de que a América enquanto territorialidade passa a existir após a chegada do europeu, ignorando a coexistência deste espaço com os outros. Assim, a historiografia oficial desenvolvida nos

primeiros anos em nosso continente coloca a chegada do europeu como ponto de partida para explicar a história da nossa territorialidade.

A partir da chegada das expedições europeias, o território que conhecemos como América passa a existir e a narrativa tradicional ignora a existência dos povos originários ou os coloca em segundo plano. Assim é forjado o conceito de América Latina, que suplanta os conceitos que os povos originários da terra tinham sobre o território aqui existente:

O conceito de América- e, posteriormente América Latina- é uma construção semântica com implicações políticas, econômicas, epistêmicas e éticas que surgiu e se impôs em detrimento de conceitualizações e denominações originárias deste mesmo continente (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 3).

A América, como então se designará a massa de terras além do Atlântico, terá um papel-chave na emergência daquilo que muitos autores convencionaram chamar sistema-mundo. Portanto, o capitalismo e a fundação da modernidade têm na América um importante centro de acumulação, pois são as matérias-primas oriundas do assim chamado “novo continente” que contribuem para o desenvolvimento econômico do capitalismo europeu.

Portanto, é com o controle político e econômico sobre a América, que a Europa se fortalece como centro geopolítico do mundo moderno:

[...] a partir do surgimento da América que a Europa se afirmar como centro geopolítico do mundo. Sem ouro e a prata da América, sem a ocupação das suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo a Europa não se faria moderna, nem o centro do mundo [...] (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 6).

Assim, a subjugação dos povos nativos, a sua exploração, e a apropriação da sua riqueza material, terras e culturas constituem um processo indissociável do progresso europeu, de todo desenvolvimento científico, econômico e material logrado pelas potências ocidentais, neste caso, as potências europeias.

As classificações dos territórios e das identidades sociais estão vinculadas à nova divisão social do trabalho, e toda a lógica das ciências modernas, bem como a organização da nova sociedade industrial estão vinculadas por um elo tênue, o emergente sistema econômico e político mundial, que é o capitalismo. O nascimento

deste novo sistema econômico instituirá e consolidará o mercado mundial, permitindo o intercâmbio de mercadorias entre as diferentes regiões do planeta.

[...] pela primeira vez na história todas as formas de controle e de exploração do trabalho conhecidas passam a estar articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial. A escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o trabalho assalariado passam a estar articuladas em função do capital, constituindo o conjunto de relações de produção que formam o sistema capitalista emergente.

[...] as identidades sociais inventadas pela classificação racial da população mundial associam-se ao lugar que estes grupos passam a ocupar na divisão do trabalho, os índios, portanto, passam a estar associados à estrutura da servidão, os negros, à escravidão e o europeu ao trabalho assalariado. Assim o trabalho não-pago passa a estar vinculado às “raças” dominadas, posicionadas como inferiores, e o trabalho assalariado aos brancos, aos europeus [...] (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 7).

É importante destacar o papel da América dentro da construção da modernidade, não sendo possível compreender a construção desta territorialidade sem entender a sua relação com a Europa e as demais regiões do planeta. A América, enquanto espaço geográfico é forjada, isto é, constituída como parte de um processo histórico que começa com a chegada do colonizador europeu e prossegue com a inauguração de um novo sistema econômico mundial.

Nesse sentido, não há como compreender a modernidade como um fenômeno essencialmente europeu, mas sim como um processo inserido na própria constituição do sistema-mundo moderno-colonial e na assimétrica relação que a Europa institui com outras regiões do planeta (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 9).

Para Farret e Pinto (2011), a denominação “América” não é a primeira designação do continente, mas se consolidará com o decorrer do processo histórico. Num primeiro momento, a extensa faixa territorial é denominada de “Índias”, em uma referência ao território existente no continente da Ásia, a que o Navegador Cristóvão Colombo pensava ter chegado. O geógrafo alemão “Martin Waldseemüller” publica uma obra com um mapa com a designação de “América” em homenagem ao navegante Américo Vespúcio, que foi o primeiro navegador a realizar o reconhecimento do novo território.

[...] extensa faixa territorial conquistada pelos europeus foi denominada, primeiramente, de “Índias” e, posteriormente, de “Novo Mundo”.

Quando da primeira fase, fica claro, [...] os navegantes ignoravam que se tratava de uma região desconhecida, inédita, na perspectiva europeia. [...] Colombo, que atribuiu tal nome por ter pensado que havia chegado às Índias, morreu acreditando piamente nesse equívoco.

Quando Américo Vespúcio faz suas viagens pelas terras avistadas por Colombo e percebe que, [...] havia chegado a uma região até então inexistente nos mapas europeus, cria-se a percepção da existência de uma região específica, apesar do nome “América” ainda não se fazer presente. O nome “América” somente nasce em 1507, quando o geógrafo alemão Martin Waldseemüller publica *Introdução à Cosmografia*, contendo um mapa no qual o autor refere-se ao Novo Mundo como “América”, em uma clara homenagem a Américo Vespúcio (Farret; Pinto, 2011, p. 32).

O território que hoje conhecemos como América sempre esteve excluído das tradicionais rotas comerciais da antiguidade que compreendiam Europa, África e Ásia. A inserção desse território na colonização europeia permitiu à Europa, em particular aos países da Europa Ocidental, estabelecer a sua hegemonia política e econômica sobre todo o planeta.

A ideia de América Latina é frequentemente associada a um recorte cultural e linguístico, mas conceitualmente esta ideia é uma invenção da Europa e a partir dela. A América Latina, no atual contexto histórico, tem um significado revolucionário, no sentido de insurgência e emancipação dos povos latino-americanos, de unidade perante o colonialismo europeu e mesmo de oposição à hegemonia estadunidense. A sua origem é europeia, e a apropriação da ideia de “América Latina” é realizada por intelectuais que habitam parte do território físico da América, que atualmente é conhecida como América Latina, pois precisavam criar uma identidade regional em oposição ao domínio colonial europeu.

[...] nos referimos ao conceito de América Latina como um mero recorte geográfico estabelecido a partir de uma suposta unidade cultural e linguística dos países que conformam esta região. Entretanto, o conceito de América Latina guarda uma forte dimensão política e estratégica. A concepção de América Latina surge de uma apropriação criativa de intelectuais de origem hispânica nascidos na América fazem da divisão de entre latinos e Anglo-Saxões que marcou os conflitos entre as potências do continente europeu no século XIX. O conceito de América Latina derivou da noção de *latinidade*, expressão elaborada na França como forma de rivalizar na com Inglaterra e Alemanha [...] (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 9).

Portanto, o conceito de América Latina tem um sentido político importante, e para além da sua dimensão cultural este conceito é utilizado como uma nova identidade política que os povos da América Latina precisam construir quando lutam pela sua emancipação da Europa, justificando a sua independência. Portanto, a latinidade constitui o elo político dos povos que lutam pela sua autodeterminação,

que os unifica, sendo a partir dela que se constrói a identidade de um novo continente, bem como estabelece sua diferença dos povos da Europa.

Os colonizados negam a Europa ao buscar a afirmação da sua nova identidade continental e nacional, mas é na mesma Europa que almejam o ideal de civilização. A América Latina não é um mero recorte geográfico que está classificado de acordo com os idiomas e a cultura da maioria dos povos de um subcontinente. Ao contrário da percepção corrente do senso comum, o que muitos entendem como subcontinente, do ponto de vista histórico, pode ser interpretado como um projeto político das elites *criollas*:

Os processos de independência nas colônias espanholas no século XIX, entretanto, colocaram a elite **Criolla**- espanhóis nascidos na América- diante da necessidade de inventar-se a si mesma, desenhando e construindo uma territorialidade que lhe fosse própria. Neste contexto adotaram a **latinidade** como designação de pertencimento e autodeterminação, onde a França constituía o ideal mirado de civilização. Desta forma, ao mesmo tempo em que navegavam o passado colonial espanhol e português, imaginavam-se como pertencentes à modernidade europeia (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 13).

A América Latina é uma construção teórica e política dos intelectuais dessa região, uma identidade comum que nasce da necessidade de estabelecer vínculos entre os países que surgem. Os latino-americanos, ao serem independentes do colonialismo europeu, logram sua independência política, mas não conseguem romper com a colonialidade, ou seja, o legado histórico e a influência cultural europeia. Os países da América Latina já não são mais colônias da Europa, mas o único progresso que têm em mente é o progresso europeu e a liberdade que almejam é o sonho com a modernidade europeia.

Assim, a partir da afirmação de unidade continental e de uma identidade regional latino-americana, a elite **criolla** em ascensão ao mesmo tempo em que marca sua ruptura política com Europa, mantém sua dependência subjetiva com o modelo de sociedade europeu. Afirmam um processo de negação da Europa, sem negar, no entanto, sua “europeidade”, ou seja, os modos de vida, costumes, hábitos, visão de mundo e projetos de sociedade europeus. Conflagram sua ruptura com a metrópole justamente por compreenderem que não são reconhecidos como europeus, mas na verdade, continuam desejando ser. Compreendem a experiência e condição colonial que os conformam, mas não são capazes de deixá-los de reproduzi-la. Rompem com o colonialismo, mas não com a colonialidade. Deste modo, afirmam sua “americanidade” sem deixarem de ser europeus e ao, mesmo tempo, demarcam sua diferença em relação aos ameríndios e aos afro-americanos, uma vez que estes, de maneira alguma, teriam como se sentir ou se perceberem europeus, mesmo que marginalmente (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 13).

O conceito de América Latina está inserido em um processo geopolítico de reorganização da colonialidade no sistema-mundo que acontece concomitantemente com a constituição da ideia de modernidade, que é resultado da articulação dos interesses mundiais com os interesses regionais da América Latina.

[...] o surgimento do conceito de América Latina efetiva-se como componente geopolítico de reorganização da colonialidade do poder no sistema mundo e da própria constituição da ideia de modernidade. É no momento em que os processos de independência dos países sul-americanos começam a ocorrer e que a Península Ibérica encontra-se em decadência e fora da ideia de modernidade, que o conceito de América Latina é formulado e utilizado dentro da disputa de interesses geopolíticos mundiais em articulação com interesses locais (Porto-Gonçalves; Qüental, 2012, p. 14).

Na visão de outros autores, o processo de configuração do conceito e do espaço geográfico pode ser compreendido a partir de uma construção histórica, que pode ser repartida em três etapas distintas. A primeira parte histórica compreende o período histórico em que não há uma consciência, ao mesmo tempo em que não há limitação espacial. Num segundo momento compreende-se que é uma nova região territorial, embora não possua uma designação. Por fim, o último período acontece, quando conceito está definido com uma região em comum.

[...] os processos de formação identitária, tanto da América, quanto da América Latina, podem ser divididos, cada um deles, em três etapas. Em uma primeira etapa, a característica predominante seria a ausência, não só de uma noção, mas também de um nome referentes ao recorte geográfico específico. A segunda etapa seria caracterizada pela percepção da existência de uma região específica, mas que ainda não tem um nome. Por último, tem-se a etapa na qual essa percepção passa a ser acompanhada por um nome que a expressa de maneira definitiva (Farret; Pinto, 2011, p. 32).

Após a conquista da independência³, os países de origem hispânica, começam um movimento no sentido de renomear a região ocupada por esses países como “hispano América”, uma vez que eles possuíam laços culturais e históricos comuns, e, além disso, havia a relação conflituosa com algumas nações europeias e o jovem império estadunidense que se autodenominou como Estados Unidos da América.

Paralelamente à consolidação da ideia de “americano”, na América espanhola da pós-independência observa-se um fenômeno curioso: a

³ Com decorrer do processo histórico a região buscou emancipar-se do colonizador europeu, e que embora a redação não detalha esse processo salienta-se que esse delongou muito mais tempo.

mudança da utilização do termo “América” por “Hispanoamérica” no discurso dos líderes dos movimentos emancipatórios [...]

Em meio a uma fase difícil da história das antigas colônias espanholas, marcada pela conturbada construção das futuras nações das Américas Central e do Sul, a mudança de “América” para “Hispanoamérica” não teria sido inocente. No fundo, tal mudança teria obedecido “a uma maior consciência do que constituía a identidade cultural do grupo de países que formavam a antiga América espanhola”, e que “em função das constantes tentativas de agressão de que eram objeto desde o momento da Independência,

Em linhas gerais, podemos afirmar que os inimigos das nascentes repúblicas hispano-americanas eram basicamente algumas potências europeias e os Estados Unidos. Entre todas elas, a que merece mais destaque é esta última nação [...] (Farret; Pinto, 2011, p. 33).

Desse modo, a “hispano americanidade” emerge como uma identidade conjunta de várias nações recentemente independentes em oposição ao jovem império da América, os Estados Unidos, que se afirmava como América e tinha uma política imperialista em relações aos outros países, como na Guerra Mexicano-Americana⁴, assim outros países dessa região buscavam uma identidade própria.

[...] então emergente “hispanoamericanidade” apareceu no contexto dessa luta, quando se procurava “definir e afirmar a identidade comum frente aos Estados Unidos, o jovem império que ameaçava a partir da América e com o nome de América”. [...] já que chama atenção para a “apropriação” do termo “América” pelos norte-americanos. Esse fato também teria contribuído para a definição de um outro termo que denominasse a antiga América espanhola [...] (Farret; Pinto, 2011, p. 34).

Apesar dos vários nomes sugeridos para parte do território se que convencionou chamar “Novo Mundo” prevaleceu a nomenclatura pela qual nós distinguimos e reconhecemos na atualidade o subcontinente “América Latina”. Com o decorrer do desenvolvimento do processo histórico, a região tem várias denominações como “Magna Colômbia”, mas prevalece a ideia de “América Latina” sobre as demais.

Chegamos assim ao momento-chave da trajetória do nome “América Latina”, por tratar-se da ocasião em que a necessidade de definir uma nova identidade, face à presença dos Estados Unidos, favoreceu o aparecimento de novos termos identitários para a América hispânica. Diversos nomes vieram à tona ao longo da busca dessa identidade, como por exemplo, Magna Colômbia, proposto ainda em fins do século XVIII pelo militar venezuelano Francisco de Miranda – considerado um dos precursores dos movimentos de independência da América espanhola – e que em meados do século XIX ainda era defendido por alguns intelectuais como a melhor definição para a região. Contudo, dentre todos os nomes que surgiram ao

⁴Foi uma Guerra entre 1846 e 1848 cujas consequências foram perda de metade do território do México para os Estados Unidos.

longo desse período, o termo “América Latina” foi sem dúvida aquele que mais logrou êxito, pois ao contrário dos demais, perpetua-se até os dias de hoje (Farret; Pinto, 2011, p. 34).

A América Latina é um conceito que nasce em contraposição à América Anglo-saxônica.

Em função da relevância dos Estados Unidos nesse processo de consolidação do termo “América Latina”, concordamos com [...] não podemos compreendê-lo em sua totalidade sem nos balizarmos pela expressão que de certa forma é a sua antítese: a “América Saxônica”. [...] América Latina e América Saxônica “são conceitos correlacionados, ainda que por oposição; não puderam aparecer e se desenvolver a não ser juntos, mesmo que por contraste (Farret; Pinto, 2011, p. 35).

Todavia, é preciso compreender que a consolidação do nome “América Latina” como designação de parte do território colonizado pelos europeus, não é imediata, estando precedida de outras denominações como “América Meridional”, “América do Sul”, “América” e “Hispanoamérica”. Portanto, a noção, isto é, o conceito de América Latina afirma-se entre os anos 1830 e 1850 do século passado, período de independência das jovens nações e relação ao velho continente.

Partindo da premissa de que o processo de criação da noção e do nome “América Latina” durou aproximadamente 50 anos, Ardao inicia sua argumentação apresentada aquela que considera como a primeira etapa da gestação: entre o início das independências e os anos 1830 não existia nem ao menos o conceito de “América Latina”; os termos utilizados à época para se referir a região eram “América Meridional”, “América do Sul”, “América”, “Hispanoamérica”.

A segunda etapa desse processo [...] se desenvolveu entre os anos 1830 e os 1850; trata-se do momento de criação da ideia de América Latina, mas não de seu nome (Farret; Pinto, 2011, p. 36).

Com o decorrer do processo histórico, o conceito de América Latina é apropriado pelos novos intelectuais latino-americanos, por artistas, políticos e pelo povo com outros objetivos, que não são os mesmos da elite crioula. A ideia de “América Latina” passa a ter conotação de resistência, afastando-se da sua origem histórica do colonialismo europeu, e sendo afiançada como conceito de resistência e oposição ao cerco da hegemonia estadunidense e europeia sobre o subcontinente.

O latino, em linhas gerais, é todo habitante da América Latina, subcontinente cujo território se distribui geograficamente do rio Grande⁵ até o sul da Patagônia⁶.

⁵ Rio Grande é um rio, que nasce em território estadunidense e separa naturalmente Estados Unidos e México, constituindo uma barreira natural entre os dois países.

Com o decorrer do processo histórico, a ideia de pertencimento na América Latina ganha conotação de resistência, criam-se os heróis latino-americanos e no imaginário popular, figuram nomes como Ernesto Che Guevara, Simon Bolívar, José San Martín; canções, filmes e telenovelas fazem alusão aos latino-americanos. A América Latina, já não é apenas um conceito abstrato forjado pela intelectualidade e pelas elites criollas, mas ganha existência, passando a ser um conceito que é incorporado à identidade dos povos que habitam a América Latina, inclusive, é reivindicado como conceito de resistência pelos povos que habitam o subcontinente.

A construção histórica conceitual do subcontinente ou continente da “América Latina”, não deslegitima a área, enquanto objeto de estudo e análise por parte das Ciências Sociais. A construção conceitual do nosso mundo e os seus significados é decorrência do processo histórico da mesma forma que nossa sociedade, as ciências e as tecnologias são obras da história, e nosso mundo moderno é por si só uma invenção dela.

É fato que a região que compõe, na atualidade, a América Latina é heterogênea, em sua geografia, economia e sociedade. São vários os níveis de desenvolvimento dos países que compreendem a região, todavia o atraso econômico dessa parte do Continente Americano e o pouco desenvolvimento dos países que compõem a região ao sul do rio Grande, podem ser compreendidos através da análise da sua totalidade.

Analizando a totalidade dos países latino-americanos, verificaremos as semelhanças do baixo desenvolvimento econômico e social que atravessam todos os países, e é preciso perceber que a origem das dificuldades que comprometem todos os países é a mesma, isto é, somente quando admitimos consequências negativas da influência política e econômica por parte dos Estados Unidos nos estados de nossa região, poderemos compreender a importância de uma integração regional, tanto como instrumento de libertação ou dominação, dependendo da força política e os objetivos intrínsecos a ideia de integração, isto é, das diretrizes econômicas e políticas de cada organização regional.

É verdade que alguns países são mais afetados negativamente e outros menos, pelo alcance da hegemonia estadunidense, mas é inegável que todos os

⁶ É uma região geográfica que está ao sul da América Latina e abarca os países da Argentina e Chile.

países do mundo, sobretudo, os do nosso hemisfério, sofrem uma grande influência, política, econômica e cultural dos Estados Unidos.

Em que medida a hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina está em contraposição às iniciativas de integração regional que são constituídas a partir da iniciativa dos países latino-americanos? Como essas iniciativas regionais são analisadas por Celso Furtado e Ruy Mauro Marini no decorrer do pós-guerra e após a financeirização econômica global capitaneada pelos Estados Unidos? Esses autores entendem a Integração Latino Americana como capitulação ou uma resistência diante da hegemonia econômica estadunidense? Em que medida, Furtado e Marini convergem e ou divergem das suas análises sobre a integração no pós-guerra?

1.2 A América Latina e as diversas iniciativas de integração regional

A integração é um processo complexo que será aqui abordado, inicialmente, de forma abrangente e depois de maneira específica e bem detalhada, analisando cada processo de integração existente na América Latina.

A partir do pós-guerra, a ideia de uma América Latina unida deixa de ser uma mera abstração, para constituir-se objetivamente, isto é, no plano econômico e político. A integração dos países, já não é a mesma integração defendida por Simon Bolívar⁷ e José de San Martín⁸, mas é nela que ideologicamente, se inspiram as novas iniciativas de integração latino-americana.

A integração pode ser analisada quanto ao número de países que determinado bloco regional agrupa, visto que existem blocos regionais que procuram envolver muitos países e outros grupos que incorporam poucos países, pois os objetivos econômicos e políticos são distintos. Portanto, pode-se vislumbrar dois tipos de integração: as mais abrangentes, isto é, que abarcam um número significativo de países e podemos chamá-las de regionais, e, existem as mais

⁷O venezuelano Simón Bolívar, foi uma das principais lideranças da independência dos países da América Latina. Para ele a independência era sinônimo de liberdade e rompimento com a Espanha, também defendeu a criação de uma confederação com as jovens nações independentes, a fim de assegurar que elas unidas pudessem assegurar os ideais de liberdade e independência.

⁸O argentino José San Martín juntamente com Simón Bolívar, lutou pela independência de vários países da América Latina. Participando nas guerras de independência Argentina, Chile e Peru. Também participou da Conferência de Guayaquil articulada com Bolívar para debater as formas de governo dos novos países independentes.

específicas que podemos chamar de sub-regionais. O primeiro tipo de integração compreende um número amplo de países como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)⁹. O segundo tipo de integração restringe-se a um espaço geográfico menor, agrupando poucos países, a exemplo do Mercado Comum Centro–Americano (MCCA), que, como o próprio nome do bloco indica, é direcionado para os países da América Central (como será estudado mais detalhadamente nas próximas páginas), os seus objetivos eram: fomentar o comércio e a industrialização dos países da América Central, a implicação disso é que este é um bloco econômico que geograficamente acabaria circunscrito à América Central¹⁰. “También en 1960 se creó otra iniciativa de integración latino-americana a nivel subregional: el Mercado Común Centroamericano (MCCA) entre Guatemala, El Salvador, Honduras y Nicaragua, al que luego se afiliaría Costa Rica, em 1963 ” (Eder, 2019, p. 42).

A ALALC, diferentemente do MCCA, incluía vários países da América do Sul e não era circunscrita geograficamente a uma parte da América Latina. A ideia de América Latina estava no próprio nome da ALALC, portanto, era uma associação que tinha como objetivo incorporar vários países desta região, não se restringindo ao istmo da América Central ou se concentrando nos países da Bacia da Prata ou das Cordilheiras dos Andes, pois seu objetivo era abranger um número expressivo de países da América Latina.

Em linhas gerais, a ALALC tem uma ideia mais abrangente e destoa dos blocos com característica sub-regional, que geograficamente, estão circunscritos a uma pequena parte de uma região, pois os seus objetivos macroeconômicos estão restritos a poucos países. É preciso entender que todo grande bloco regional começa de um grupo menor, portanto, todo bloco regional foi em determinado momento um bloco sub-regional; assim foi com o MERCOSUL, inicialmente formado por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, que no seu início aglutinava países que majoritariamente faziam parte da Bacia da Prata.

De fato, há blocos econômicos que já surgem grandes, mas sabemos que, para isso, as dificuldades do ponto de vista político e diplomático são maiores.

¹⁰O Mercado Comum Centro Americano (MCCA) foi fundado em 1960 através da assinatura do Tratado de Manágua com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos países centro-americanos. Os países que compõem este bloco: são Guatemala, El Salvador, Honduras Nicarágua e Costa Rica.

Quando a assinatura de determinado tratado envolve muitos países, há muito mais dificuldades de implementação e são necessárias várias rodadas de negociações. Neste caso, as chances de fracasso são muito maiores, pois quando se pretende de imediato formar uma organização supranacional ampla, a existência de mais países, também implica grandes diferenças econômicas, sociais e políticas entre os países, o que, por consequência, impõe maiores dificuldades para que os blocos econômicos se consolidem; portanto é razoável que os blocos econômicos comecem com poucos países e ampliem conforme sua consolidação. Mas, em todo caso, cada bloco regional tem um processo histórico distinto.

As associações regionais, também podem variar quanto ao seu objetivo, pois, se uma é criada para fomentar a industrialização como a Mercado Comum Centro Americano (MCCA), outras são criadas para melhorar a infraestrutura como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA); também existem as que buscam uma maior integração econômica como MERCOSUL e outras, cuja finalidade é a unidade política como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Neste primeiro capítulo, busca-se contextualizar historicamente a integração na América Latina no pós-guerra, e, a seguir vamos abordar minuciosamente o fracasso da ALALC e, o surgimento da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) além de analisar com maior profundidade a ALALC, ALADI, MCCA, PACTOANDINO, CARICOM, MERCOSUL, UNASUL, ALBA e IIRSA. Todas essas organizações serão posteriormente analisadas no decorrer do texto.

É evidente que o mundo não é uma série de caixas fechadas, e, portanto, uma iniciativa de integração regional que propõe melhorar a infraestrutura e está vinculada a um objetivo econômico. Do mesmo modo, um grupo de países que preconizam uma união política, também tem um tipo de visão econômica de mundo. Além disso, uma união política pode convergir para a união econômica, e o inverso também é verdadeiro.

É importante salientar que as várias iniciativas de integração apresentadas não são necessariamente excludentes, sendo indispensável uma visão sistêmica do conjunto do sistema econômico internacional e das suas instituições internacionais, pois cada bloco tem seus objetivos econômicos e políticos, que podem convergir ou não.

A proliferação de blocos econômicos na América Latina não pressupõe uma confusão do ponto de vista econômico ou político; é preciso que tenhamos uma visão de conjunto, pois, muitas vezes o objetivo da criação destes organismos não é apenas fomentar o comércio, mas também forjar um mínimo de autonomia econômica e política estabelecendo a soberania necessária diante da hegemonia econômica, política e cultural estadunidense.

Além disso, existem diversos países com grandes dimensões territoriais, que, devido ao seu potencial econômico e recursos naturais, influem decisivamente para a criação destes pequenos blocos ao redor deles, pois, existe uma dezena de outros países menores e próximos que estão na órbita de influência destes países com maior potencial econômico.

A partir da formação histórica do Brasil houve dificuldades para estabelecer relações diplomáticas e de cooperação mais profundas no âmbito econômico e no âmbito político com os estados do Cone Sul. As dificuldades são culturais, políticas, mas também são econômicas, analisemos as questões econômicas e depois nos desdobremos nos problemas políticos e culturais.

O Brasil, assim como os demais países do Cone Sul, no período histórico pós-independência tinha uma característica econômica que explicava por si só a ausência da integração regional. As economias latino-americanas, não eram industrializadas, portanto não possuíam qualquer complementariedade entre si. Majoritariamente agrárias e baseadas em diferentes monoculturas, eram economias cuja característica principal, era a existência de uma pauta de exportações em matérias-primas, portanto eram economias sem grande complexidade em seu desenvolvimento sendo mais vinculadas ao exterior, sobretudo, a Europa.

O baixo desenvolvimento econômico por parte das economias latino-americanas, todas voltadas para a exportação de matérias-primas, implicava a ausência de complementariedade entre estas economias, dificultando qualquer projeto econômico de integração regional.

Havia, também, outro fator que agrava este distanciamento entre os países latino-americanos: entre eles existia pouca unidade de propósitos, pois eram escassas as possibilidades de cooperação econômica entre regiões e países especializados em poucas matérias-primas de exportação (Santiago, 2018, p. 188).

Também contribuiu para não existência da integração, mas não foi fator determinante, a questão cultural e política¹¹, embora o Brasil seja um país de origem latina, visto que, devido a sua formação lusitana, o idioma falado pela maioria dos brasileiros é o português, o que constituiu uma barreira cultural para os demais vizinhos, a maioria formada por nações de origem hispânica. Enquanto as demais nações do continente, ao proclamarem sua independência, tornam-se repúblicas, o Brasil institui uma monarquia constitucional, apoiada na mão de obra escrava e no grande latifúndio.

O primeiro e segundo reinados seguiram padrão isolacionista. Esse isolacionismo ocorreu, especialmente, por prevenção dos países vizinhos, distanciados do Brasil pela forma de governo, obstáculos de linguagem, assim como pela recordação da política expansionista do sistema lusitano (Santiago, 2018, p. 188).

Os primeiros anos de independência do estado brasileiro são marcados por uma diplomacia com pouca cooperação econômica e política com os vizinhos latino-americanos, em parte pela questão cultural, sobretudo, a diferença linguística destacada acima, mas também pela própria organização política do estado brasileiro pós-independência, pois o Brasil foi por muito tempo uma monarquia, quando os demais países da América Latina eram, em sua maioria, repúblicas, e, dentre as características da nossa monarquia lusitana, estava o expansionismo territorial, legado dos tempos dos coloniais.

É importante salientar que o pouco desenvolvimento dos mercados nacionais dos países latino-americanos impediu a integração latino-americana, pois grande parte dos países com poucos, ou sem parques industriais, careciam de maior desenvolvimento e diversificação. As atividades econômicas regionais estavam especializadas na atividade do setor primário, na exploração de recursos naturais, como extrativismo, agropecuária e monocultura. O setor agrícola não era mecanizado e empregava grande parcela da mão de obra dos países em questão. Até mesmo, há que ressaltar que a integração era concebida como processo político de constituição de uma identidade cultural comum que, através de uma unidade política, constitui forças para fazer frente a ameaças externas; assim questões

¹¹ Esta questão não foi fator determinante, mas sim a economia pouco desenvolvida dos países latinos que não se complementavam, uma vez que atividade econômica desenvolvidas pelas jovens nações, eram especializadas na exportação de matérias-primas para Europa.

econômicas e inclusive acordos comerciais eram abordados como questões secundárias.

No entanto, esses pensadores não desenvolveram teorias explicativas gerais, mas contribuíram com um “saber”. Além disso, a maioria de suas propostas estavam associadas a um contexto regional no qual existiam temores a respeito da perda da independência ou da autonomia política vis-à-vis forças externas. Em consequência, a integração regional foi percebida principalmente como um processo político baseado na ideia de que uma base cultural similar levaria os estados latino-americanos a unificar esforços para enfrentar ameaças externas. A integração econômica foi secundária, mesmo que algumas propostas de acordos de livre comércio e navegação fossem promovidas em congressos hispano-americanos ao longo do século 19. Essa falta de interesse pela integração econômica regional foi ainda aprofundada após 1870, quando começou o chamado período de desenvolvimento orientado para o exterior ou período primário exportador na história econômica latino-americana (Briceño Ruiz; De Lombarde, 2018, p. 264).

O advento da república no Brasil não muda muito o processo de integração, até que se inicie no país a industrialização e o deslocamento do eixo econômico do campo para cidade, da agricultura para a indústria.

A ascensão da República no Brasil acontece concomitantemente com a ascensão da hegemonia econômica e política dos EUA na América, e a implicação disso são doutrinas políticas que procuram assegurar o novo continente sob a hegemonia estadunidense, como a Doutrina Monroe¹², que, sob o lema “América para os americanos”, defendia o jovem continente como região dos estadunidenses. Um processo em que a defesa da integração dos países, a partir dos Estados Unidos é, na verdade, uma cooptação em favor da hegemonia estadunidense. “Com a república, o conceito unitário continental deixava o terreno do igualitarismo latino-americano para transformar-se em um sistema de estados sob a liderança, especialmente no campo econômico, dos Estados Unidos” (Santiago, 2018, p. 188).

Com o tempo, a Doutrina Monroe, é substituída por política semelhante, a exemplo do “Big Stick”¹³, que em inglês significa “Grande Porrete”, instituída pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt. A doutrina em questão pressupunha também o uso do aparato militar para assegurar a supremacia dos Estados Unidos na América.

¹²Em 2 de dezembro de 1823 a doutrina Monroe, é instituída por James Monroe, presidente dos Estados Unidos, diante do Congresso estadunidense, é um conjunto de ideias contra a intervenção e o colonialismo europeu no Continente americano, legitimando a autoridade norte-americana sobre o novo continente.

E apesar de dar destaque ao intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina é preciso enfatizar que o atraso econômico no processo histórico da América Latina; em parte decorre da influência política e econômica estadunidense, mas não se pode atribuir a totalidade desse baixo desenvolvimento econômico aos Estados Unidos. Não obstante a isso, é explícito a influência desse país sobre o Caribe, a exemplo de Cuba, quando essa nação buscava a sua independência da Espanha, os Estados Unidos, enxergaram nesse conflito a oportunidade histórica para avançar com o seu expansionismo militar em direção ao mar do Caribe.

A luta pela libertação de Cuba, ensejou aos Estados Unidos a Grande oportunidade para lançar-se outra vez a guerra de conquista do que ainda restava do império colonial da Espanha, do qual já se haviam apossado de vastas extensões [...] (Bandeira, 2016, p. 46).

Em busca dos seus próprios interesses no mar do Caribe, os Estados Unidos, prosseguem no plano imperial, de transformá-lo no seu mar, estabelecendo com isso seus interesses econômicos, políticos e estratégicos na região. Aproveitando da debilidade do império espanhol, o jovem império se lançou na guerra de pilhagem e conquista das possessões ultramarinas da Espanha.

A imprensa americana acusou prontamente a Espanha *USS Maine*, sem que houvesse prova ou evidência de que ela tivera qualquer participação no acontecimento, o que nem era provável, pois não lhe interessava um conflito com os Estados Unidos quando se empenhava em sufocar a luta pela independência de Cuba.

Os Estados Unidos tinham interesses diretos nas ilhas pertencentes a Espanha, esses interesses não eram meramente econômicos, relacionados com açúcar, café e tabaco. Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba da mesma forma que Porto Rico e o das Ilhas Virgens (Bandeira, 2016, p. 47).

Apesar do poder duro exercido contra o continente, é o poder brando o exemplo de maior eficácia da influência estadunidense neste hemisfério, pois é através do seu poder econômico e também cultural que os Estados Unidos impõem a sua visão de mundo, colocando a defesa dos seus interesses como interesses da América. Assim, o pan-americanismo¹⁴ é a forma mais bem-acabada que assume a

¹⁴O processo de consolidação da hegemonia estadunidense é muito maior que a síntese inacabada presente nessa exposição, mas que culminará mais tarde na criação de fóruns regionais com ativa participação estadunidense, embora essas organizações tenha uma roupagem pan-americana serão

hegemonia estadunidense no plano ideológico com decorrer do processo histórico, e anos mais tarde é instrumentalizada na figura da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁵, como instrumento supranacional em defesa da América.

O pan-americanismo é uma ideologia gestada pelos EUA a fim de atender a seus interesses hegemônicos e a OEA é, no plano objetivo, uma organização política e institucional a serviço dos interesses econômicos e políticos dos estadunidenses para a região da América latina.

A primeira Conferência Internacional de Estados Americanos (mais conhecida como Conferências Pan-Americanas) foi realizada em Washington, em outubro de 1889. Patrocinada pelos Estados Unidos, seu objetivo era estabelecer a liderança norte-americana no Hemisfério Ocidental, promover seu comércio e seus investimentos na região, e criar estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países ao sul (Bethell, 2010, p. 77).

É importante aqui citar que, anos depois da criação da OEA, realiza-se, na cidade de Montevideu, Uruguai, em 1933, a 17ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, e neste encontro é proposto pelos Estados Unidos um tratado multilateral a fim de estabelecer uma área de livre comércio em todo o continente, mas os governos latino-americanos rejeitaram tal proposta, pois as dificuldades econômicas enfrentadas por estes países impediam a redução das suas tarifas de importação.

Os Estados Unidos, durante a 17ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Montevideu, entre 3 e 26 de dezembro de 1933, propuseram a redução das barreiras tarifárias, por meio de um tratado multilateral, ou acordos bilaterais, mas as condições oferecidas pelo secretário de Estado, Cordell Hull, desapontaram os países da América Latina. Esse novo intento de estabelecer uma área de livre comércio no

instrumentalizadas para defender os interesses estadunidenses na região, tornando-se instrumento diplomático de atuação dos EUA em todo hemisfério.

¹⁵ Dezoito Estados americanos participaram da conferência, na qual decidiu-se constituir a "União Internacional das Repúblicas Americanas para a pronta coleta e distribuição de informações comerciais," com sede em Washington, que depois tornou-se a "União Pan-Americana" e, finalmente, com a expansão das suas funções, a Secretaria Geral da OEA. Com respeito a questões jurídicas, a conferência recomendou a adoção de disposições para governar a extradição; declarou que a conquista não cria direitos; e produziu orientações para a redação de um tratado sobre arbitragem que evitasse o recurso à guerra como meio de resolver controvérsias entre as nações americanas. Essa conferência assentou as bases do que depois se tornaria o Sistema Interamericano: interesses comerciais dirigidos no sentido de obter maior integração; preocupações jurídicas com o fortalecimento dos vínculos entre o Estado e o setor privado num ambiente pacífico de cooperação e segurança regional; e o estabelecimento de instituições especializadas em diferentes esferas. Fonte: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp.

hemisfério, desdobrando a Doutrina Monroe em sua dimensão econômica, não teve êxito. Os diversos governos da América Latina, enfrentando graves dificuldades financeiras, não estavam dispostos a reduzir as tarefas alfandegárias, abrindo mercado para exportações dos Estados Unidos [...] (Bandeira, 2016, p. 95).

Assim, a ideia de integração econômica regional não pode ser compreendida sem analisar a ideologia e a política que estabelecem as diretrizes de cada organização política supranacional, portanto, cada organização internacional é um fórum de políticas econômicas que podem levar o país ao retrocesso ou lograr o seu desenvolvimento.

Portanto, discutir a integração econômica regional a partir de Marini e Furtado é, objetivamente discutir políticas econômicas que assegurem a soberania, a autonomia e o desenvolvimento do povo brasileiro e dos povos latino-americanos. A discussão da obra desses autores é importante para repensar o Brasil diante da nova configuração geopolítica internacional e dos novos desafios globais apresentados pelas discussões do modelo neoliberal e dos debates em torno da globalização e dos modelos de integração econômica.

Não é possível hoje pensar o Brasil distante de nossos vizinhos, e o fato de constituirmos um amplo mercado consumidor, e possuir uma das economias mais desenvolvidas do Cone Sul não deve ser razão para uma política econômica e social caracterizada pelo isolacionismo, pelo contrário, nossa importância econômica deve ser a razão para um protagonismo ao menos regional.

Por fim, segundo na análise mais detida do processo histórico de cada bloco econômico da América Latina, procurou-se reunir as principais organizações que em nível regional, e ou sub-regional existem ou existiram na territorialidade que compreende o espaço geográfico que na atualidade conhecemos e reconhecemos como América Latina.

1.3 Associação Latino-Americana de livre comércio (ALALC)/ Associação Latino-Americana de integração (ALADI) (1960)

A formação histórica da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) tem influência da Comissão de Estudos Para América Latina (CEPAL)¹⁶,

¹⁶ Comissão econômica para América Latina e Caribe foi fundada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas) e a partir desta comissão surgiram

órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) que no pós-guerra influiu decisivamente nos pensadores econômicos de toda América Latina no período histórico que vai de 1945 a 1980. Este projeto de integração regional foi uma das primeiras grandes iniciativas de constituir-se na América Latina um mercado comum a fim de fomentar o intercâmbio de mercadorias e o desenvolvimento industrial.

O documento da CEPAL de 1959, muito mais do que um exercício acadêmico (aliás, nunca se supôs a isto), teria como objetivo fixar um conjunto de normas para o estabelecimento efetivo de um mercado comum latino-americano. E de fato, teve influência decisiva na formação (ou pelo menos, na tentativa de formação) da ALALC- Associação Latino-americana de Livre Comércio, formalizada em 1960 pelo Tratado de Montevideu, assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Peru, e, posteriormente, pela Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Infelizmente a ALALC não chegou a se tornar um mercado comum de fato (Braga, 2002, p. 8).

O empresário José Mindlin destaca a importância da ALALC, afirmando que este fórum composto por vários países da região permitiria a existência de um amplo mercado latino-americano que beneficiaria as empresas da região, levando a expansão das empresas brasileiras para um mercado regional, sugerindo que “nossas” empresas, isto é, as empresas sediadas no Brasil, inclusive poderiam se associar a outras companhias externas da América Latina, viabilizando a exploração desse mesmo mercado. Para o autor, a hipótese de fracasso da ALALC constituiria risco e uma insegurança para a expansão das empresas brasileiras, sobretudo, aquelas vinculadas ao que ele se refere como “área dinâmica da economia nacional”:

[...] Limitar o desenvolvimento das empresas nacionais ao crescimento do mercado interno implica restringir os benefícios das economias de escambo e da absorção de tecnologia moderna. Equivale, por outro lado, a abandonar os demais mercados da região, a longo prazo, as empresas internacionais, com as quais normalmente deveríamos participar, sob a forma de empresas multinacionais. Nesse quadro, é importante salientar que as atuais incertezas em face do desenvolvimento da ALALC constituem grave fator de insegurança na definição de projetos de expansão das empresas ou das áreas do setor privado nacional [...] (Mindlin, 1973, p. 75).

O fato é que a organização acabaria por não conseguir lograr seus objetivos econômicos de promover a criação de um mercado regional devido às limitações

grandes nomes do pensamento econômico latino-americano como Raúl Presbisch e Celso Monteiro Furtado. Nesta organização teorizou-se sobre industrialização de substituição de importações que nos círculos acadêmicos foi denominado como corrente teórica do “desenvolvimentismo”.

econômicas e a competição das mercadorias produzidas pelos países desta associação com produtos com custos mais baixos do que de outros mercados. Dentre as causas do pouco progresso da ALALC estão as diferenças econômicas entre os países que constituíam essa organização. A assimetria econômica entre os países-membros, e a baixa competitividade econômica dos países do bloco, são fatores que contribuem para seu declínio.

Na análise das razões econômicas do definhamento da ALALC, deve-se levar em conta o surgimento de graves diferenças entre os países, cujas causas foram de várias origens. À medida que a negociação levava ao rebaixamento de tarifas de produtos com baixa competitividade, que poderiam ser comprados a preços menores em países externos à Associação, as tensões iam aumentando. Ao mesmo tempo, questão essencial em todos os processos de integração regional, vislumbravam-se crescentemente situações de distribuição desigual de custos e benefícios (Bueno; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2014, p. 566).

A ALADI, um novo arranjo institucional construído para substituir a antiga organização, não consegue enquanto instituição desenvolver-se, e fracassando do mesmo modo que a sua predecessora, entrando em declínio, não se configurando enquanto bloco pujante e capaz de cumprir os objetivos pretendidos entre os países membros.

[...]. Com fracasso da ALALC uma nova versão do Tratado de Montevideu foi assinada em 1980, criando a ALADI- Associação Latino-Americana de Integração, que não chegou a formar efetivamente um mercado comum na região, apesar de ter mantido a ideia da integração da América Latina (Braga, 2002, p. 8).

Diferentemente do bloco predecessor, a ALADI não tinha como pauta a articulação entre o desenvolvimento comercial e o desenvolvimento do setor produtivo, não tinha como objetivo a articular comércio e setor produtivo, e isto pode ser compreendido pelo novo contexto histórico e econômico em que é fundado, pois há o esgotamento do modelo de substituição de importações.

A ALALC, diferentemente da ALADI, tinha como objetivo: fomentar o aumento das trocas comerciais e estimular o desenvolvimento do setor produtivo entre os países membros, não era apenas um bloco voltado para aumentar as trocas comerciais, pois também tinha como objetivo incentivar o desenvolvimento industrial.

A ALADI conseguiu lograr um pequeno acordo tarifário com o objetivo de fomentar as trocas comerciais entre os países, mas este pacto não conseguiu produzir grande estímulo nas trocas comerciais entre os países membros.

Em seus primeiros anos, a Aladi consolidou parcialmente o que havia sido alcançado entre 1960 e 1980, [...] O Acordo de Preferência Tarifária Regional, assinado em 1984 em níveis baixos, continuou produzindo pequeno efeito comercial. Ao longo da década de 1980, o intercâmbio inter-regional reduziu-se, depois de ter alcançado US\$ 24 bilhões em 1981 (Bueno; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2014, p. 572).

Dessa forma, contribuíram para o pouco êxito desses projetos regionais, sobretudo, da ALADI, as crises econômicas dos anos 1970, que foram aprofundadas ao longo dos anos 1980. Os choques do petróleo e a elevação das dívidas externas dos países latinos, bem como a condução de políticas macroeconômicas contraditórias entre os governos dos países membros fizeram com que cada membro da ALADI buscasse a seu modo, solucionar os problemas econômicos, não havendo nenhuma grande articulação intrabloco para estabelecer uma alternativa para a superação dos problemas macroeconômicos que comprometiam a economia desses estados.

Por outro lado, as políticas liberais da Argentina, do Chile e do Uruguai haviam erodido as margens de preferências estabelecidas no quadro da ALALC. A partir de 1980, as crises do petróleo e, sobretudo, as crises da dívida externa, a começar pela do México de 1982, acentuaram a tendência de todos os países em buscar aumentar suas próprias exportações. Nesse contexto, a Aladi passou a valorizar os interesses individuais dos países-membros em prejuízo da visão comunitária (Bueno; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2014, p. 571).

Por fim, os motivos dos poucos avanços destas primeiras tentativas de integração da ALALC e da sua sucessora, a ALADI, são problemas como uma melhor articulação política entre os países, falta de estratégias objetivas ante os diferentes estados nacionais, as diferenças das políticas macroeconômicas praticadas pelos países da América do Sul, além da instabilidade econômica causada pela crise do petróleo, hiperinflação, endividamento externo e interno e uma melhor cooperação macroeconômica contraditória entre os países latino-americanos.

1.4 Mercado Comum Centro Americano (MCCA) (1961)

O Mercado Comum Centro-Americano constitui-se a partir de 1960 mediante o Tratado Geral de Integração Centro-americano, assinado em 13 de dezembro daquele mesmo ano, lançando as bases de uma área de livre comércio e mercado comum; a ideia era estabelecer estruturas para construção de uma união aduaneira com o objetivo de criar uma moeda comum aos países membros.

[...] Tratado General de Integración Centroamericana suscrito el 13 de diciembre de 1960 como instrumento jurídico que establece lo que se denomina Mercado Común Centroamericano - contempla La creación de un área de libre comercio y de una rancel común entre los países que lo suscriben – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua–; [...] las bases para una futura consolidación de una Unión Aduanera y, contempla, en sus declaraciones institucionales, la creación de una moneda única que permita La consolidación de una Unión Económica Centroamericana. (Moslares García; Ramírez Roma; Reyes, 2011, p. 74).

O grupo conseguiu avançar no livre-comércio, portanto, todas as mercadorias fabricadas nos países signatários têm assegurada a livre circulação entre os membros, faltando abarcar apenas 4,3 % dos produtos comercializados pelos países na união aduaneira, o que evidencia que esta aliança tem conseguido aprofundar a cooperação econômica ao permitir a ampliação do livre comércio entre os países-membros.

[...] largo proceso de integración centro americana, em el momento presente, todos los productos originarios de los países de La región gozan de libre comercio. Además, por lo que respecta a los resultados como Unión Aduanera, de los más de seis mil rubros que contempla em Arancel Centro americano de Importación, tansólo 4.3% de productos, queda pendiente de armonizar, incluyén do seen este apartado medicamentos, metales, madera y un grupo de productos agrícolas algunos de el los arancelarizados por la OMC (Moslares García; Ramírez Roma; Reyes, 2011, p. 75).

As economias do MCCA têm apresentado grande incremento na sua diversificação produtiva.

Um análisis detallado de la evolución del índice entre los años 1998 y 2007 (gráfica 1) refleja unos niveles elevados de diversificación en todos los países del MCCA, observándose diferencias muy reducidas entre ellos y una evolución favorable, a lo largo del periodo analizado, en Costa Rica, Guatemala y Nicaragua [...] (Moslares García; Ramírez Roma; Reyes, 2011, p. 79).

Portanto, a assimetria em termos produtivos é menor, apresentando semelhanças em suas estruturas produtivas:

[...] muestran una elevada similitud entre la estructura productiva de los países del Mercado Común Centroamericano. [...] Si se comparan los resultados entre los años 2007 con los de 1999, se observa un leve incremento e nel grado de similitud de la estructura productiva de los países del MCCA, con algunas excepciones como la observada entre Honduras y El Salvador y entre Nicaragua y Honduras. (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes, 2011, p. 81).

Desse modo, o MCCA tem buscado maior inserção externa, ampliando as suas exportações para os Estados Unidos e a União Europeia, e também há países que têm incrementado as vendas para China. Compreende-se a forte relação econômica com EUA e UE pela posição geográfica dos países da América Central próximos destas áreas econômicas; além disso, são os centros dinâmicos da economia mundial. Mas o incremento do comércio com a China, só pode ser compreendido pela expansão da economia chinesa nos últimos decênios, o que provocou a ampliação da participação desse país no comércio internacional:

Destaca, también, La fuerte participación porcentual de las exportaciones a Estados Unidos de todos los países del MCCA; participación que se situa al rededor de 40% en todos los casos con la excepción de Nicaragua que supera ligeramente 30%. Por lo que respecta a las exportaciones hacia La Unión Europea, destaca la significativa participación de éstas dentro del total de las exportaciones de Costa Rica, Honduras y Nicaragua. Por último, remarcar, la irrupción, en la última década, de China como destino de las exportaciones de Costa Rica (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes, 2011, p. 86).

Os países-membros MCCA têm adotados regimes cambiais diferentes; não obstante, as moedas destes países têm mantido a estabilidade:

[...] esta diversidad de regímenes cambiarios y, en parte precisamente por la adopción de regímenes de flotación limitada o fija, la evolución en los últimos años del tipo de cambio nominal de las monedas centroamericanas se caracteriza por una notable estabilidad [...] (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes, 2011, p. 88).

Ao analisar a integração financeira, percebe-se a ausência de regras para aquisição e ou venda de instituições financeiras locais, e estas normas valem tanto para as empresas locais quanto para as estrangeiras, havendo também destaque para ampla desregulamentação do mercado de capitais:

[...] la integración del mercado financiero cabe mencionar el proceso de liberalización en el sector que ha tenido lugar en las últimas décadas, que se ha traducido en la ausencia formal de restricciones para el establecimiento o adquisición de instituciones financieras por parte de bancos regionales o extranjeros, así como la reducción de los controles sobre las transacciones de capitales – que afecta a los instrumentos de los mercados de capital y de dinero, a las operaciones de créditos y en los derivados, a la inversión directa y a las transacciones inmobiliarias y personales de capital [...] (Moslares García; Ramírez Roma; Reyes, 2011, p. 88).

Como aconteceu em todo mundo, após a ascensão do capital financeiro, o processo de desregulamentação do setor financeiro é acompanhado pelo desenvolvimento significativo do sistema bancário e sua tendência à concentração, que se percebe pela diminuição dos bancos mediante fusões, ou aquisição de bancos menores por grandes conglomerados financeiros, implicando um processo econômico de fortalecimento do papel dos bancos e, por consequência, do capital financeiro na economia.

[...] Paralelamente, cabe señalar el proceso de concentración y consolidación que se ha observado en el sistema bancario centroamericano. Entre los años 1998 y 2008, el número de bancos que operan en alguno de los países de la región se ha reducido de 109 a 74. Desagregada por países, esta reducción viene motivada por el cierre o la fusión, durante el citado periodo, de 13 bancos en Guatemala, 6 en Costa Rica y El Salvador y 5 en Honduras y Nicaragua (Moslares García; Ramírez Roma; Reyes, 2011, p. 94).

Da mesma forma, dos outros processos de integração realizados na América Latina, este também é dirigido pelos governos dos países que constituem a força motriz deste regionalismo com ampla participação dos executivos dos países, respaldados nos grupos econômicos locais, com pouca ou nenhuma participação da sociedade civil e ou dos trabalhadores.

Como veremos nos próximos capítulos, Ruy Mauro Marini, defende que o processo de integração tenha ampla participação popular, dos sindicatos e do conjunto da população, o que não ocorre neste processo regional. Por outro lado, também veremos que Furtado enfatiza a importância do estado na integração.

A un que no sea estrictamente una muestra de integración política, puede interpretarse como tal los avances realizados en la articulación de una arquitectura institucional de carácter regional. Los inicios en la construcción de instituciones supranacionales se remontan a mediados de la década de los sesenta con la constitución del Banco Centroamericano de Integración Económica. En 1991, con la firma del Protocolo de Tegucigalpa se crea el Sistema de Integración Centroamericana (SICA), como marco institucional de la región. La nueva estructura institucional del SICA comprende la

Reunión de Presidentes – como órgano supremo –; el Consejo de Ministros; el Comité Ejecutivo y la Secretaría General (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes, 2011, p. 98).

Segundo os autores, o processo de integração regional tem progredido na área monetária, o que implicaria um maior aprofundamento da integração.

[...] el Mercado Común Centroamericano ha mostrado una evolución favorable en lo que respecta al cumplimiento de los requisitos de Área Monetaria Óptima que permitirían avanzar hacia estadios más avanzados de integración regional (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes, 2011, p. 99).

Segundo as informações apresentadas no decorrer do artigo, verifica-se o aumento das diversificações das exportações, aliado à estabilidade dos diferentes tipos cambiais, e também, segundo os articulistas, existe uma sincronia entre o setor monetário e financeiro, indicando ainda que há uma regionalização da atividade bancária. No âmbito da integração política e fiscal consolidaram-se os mecanismos supranacionais que foram criados para orientar no aperfeiçoamento das políticas macroeconômicas e no progresso da integração regional.

El sector exterior registra un incremento del grado de apertura y de la diversificación sectorial de las exportaciones, [...] En el sector monetario y financiero se observa una mayor sincronización de la evolución de tasa de inflación en relación con épocas pretéritas que se complementa con una reducción de los diferencial e sem los tipos de interés y con una remarcable regionalización de la actividad bancaria. Por último, en el ámbito de integración fiscal y política, cabe remarcar el esfuerzo realizado en la reacción y consolidación de instituciones supranacionales, orientadas a coordinar y avanzar en la realización de políticas macroeconómicas comunes (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes, 2011, p. 99).

Para Morato, o MCCA é um projeto de integração com grande participação no comércio sub-regional, destacando-se a ampla participação dos seus membros no comércio da América Latina e Caribe, e apesar da queda comercial em 2009, em 2011 tornou a ampliar o intercâmbio de mercadorias.

El MCCA es el esquema integracionista con más altas participación del comercio intrasubregional, dentro del comercio exterior total de sus miembros en América Latina y el Caribe. No obstante, su comportamiento actual muestra que, luego de once años de crecimiento, el comercio disminuyó en el 2009, mientras que en el 2011 superó el mayor valor alcanzado hasta entonces [...] (Morato, 2014, p. 111).

Todavía, Morato indica a debilidade da estrutura econômica desses países, uma vez que grande parte dos produtos exportados por essas nações é matéria-prima de baixo valor agregado e algumas manufaturas. Além de indicar a necessidade de explorar em profundidade o mercado interregional e as relações econômicas e comerciais com as demais nações latino-americanas, o autor salienta que a priorização com os grandes centros de econômicos não tem ajudado no desenvolvimento da integração regional.

Centroamérica necesita prioritariamente modificar su estructura productiva y comercial tradicional, en aras de buscar más diversificación económica, a favor de productos con un componente de mayor valor agregado que le permita reducir su dependencia de la exportación de pocos productos primarios y manufacturas producidas en régimen de maquila [...] Está probado que la priorización de sus relaciones con los grandes centros de poder no há favorecido el proceso de integración regional (Morato, 2014, p.114).

Por fim, MCCA progrediu na iniciativa do seu acordo regional, bem como na ampliação do comércio regional, e, em parte, isto seria decorrência da pouca assimetria entre os setores produtivos e os pequenos mercados das economias dos países da América Central. No entanto, esta afirmação de um progresso no projeto regional contrasta com a inserção comercial dos países, que em grande medida acontece através da exportação de matérias-primas com baixo valor agregado em direção aos grandes mercados mundiais como o estadunidense ou europeu, ou em ascensão como o chinês. Também se verificou uma crescente concentração do setor financeiro, particularmente a concentração da atividade bancária.

1.5 Pacto Andino / Comunidade Andina de Nações (CAN) (1969)

A região Andina tem sua economia baseada em atividades do setor primário como extrativismo, agricultura, pecuária, pesca e mineração. Os camponeses mais pobres realizam a agricultura de subsistência. Há ainda uma indústria de bens de consumo que atende ao mercado interno dos respectivos países, um setor industrial ensejado por atividades extrativistas, sendo Venezuela e Chile os países mais industrializados da região Andina.

A economia da América Andina está fundamentada em atividades primárias: a agricultura, a pecuária, a pesca e a mineração. A agricultura de

subsistência, praticada pelos camponeses mais pobres, segue modelos tradicionais de produção, dependendo muito da fertilidade natural do solo. A queimada é a prática mais comum nos cultivos de milho, arroz, trigo, cevada e batata (Silva, 2006, p. 74).

Também existe a moderna agricultura comercial na região, realizada em grandes propriedades rurais e com monoculturas direcionadas à exportação de mercados externos ao bloco.

Na agricultura comercial, utilizam-se técnicas mais modernas e grandes propriedades. Dessa forma, as produções de café, cacau, algodão, cana-de-açúcar e banana estão voltadas para o mercado internacional, porém os países do bloco andino encontram dificuldades nesse mercado, principalmente devido à concorrência dos países africanos, exportadores dos mesmos produtos (Silva, 2006, p. 74).

É preciso destacar a indústria pesqueira no Peru, Equador e Colômbia e o extrativismo em alguns países da região, como petróleo na Venezuela, Colômbia e Equador; e também a mineração do cobre no Chile e exploração de bauxita, estanho e gás na Bolívia, e a mineração da prata e o chumbo no Peru.

A pesca é outra atividade [...] sobretudo, no Peru, no Equador e na Colômbia.

As técnicas ainda são muito rudimentares e isso determina também uma baixa produtividade. O Peru é o maior exportador de farinha de peixe, utilizada como ração animal.

Os recursos minerais que se destacam são: o petróleo, na Venezuela, na Colômbia e no Equador; o cobre, no Chile; a bauxita, o estanho e o gás, na Bolívia; a prata e o chumbo, no Peru (Silva, 2006, p. 74).

A industrialização dos países andinos é tardia e acontece após a deflagração da Segunda Guerra Mundial, uma vez que o esforço de guerra das principais potências industriais privou os países do chamado mundo subdesenvolvido itens essenciais para o consumo, e o único caminho foi a criação de uma indústria de bens de consumo para atender às próprias necessidades.

A história industrial dos países andinos se deu durante a Segunda Guerra Mundial, quando surgiram vários obstáculos à importação de produtos industriais, e a única opção aos países dessa comunidade foi criar sua própria indústria para suprir seus mercados internos. Assim, formou-se, na América Andina, uma indústria de bens de consumo (Silva, 2006, p. 74).

Com o decorrer do processo histórico da industrialização da região, há grande participação do capital internacional, empregando pouca mão-de-obra qualificada, com parte das indústrias concentrada nas grandes cidades, com destaque do setor

industrial da Venezuela e do Chile, países onde há um significativo setor industrial desenvolvido e diversificado.

Atualmente, o quadro dessa industrialização comum a todos os países da América Andina é o seguinte: emprego de capital estrangeiro mão-de-obra pouco qualificada e barata, insuficiência de equipamentos industriais e uma rede de transportes precária. Nesses países, as indústrias também se fixam nas capitais e em grandes cidades, atraindo uma numerosa mão-de-obra ampliando o mercado consumidor. O Chile e a Venezuela formam os países de maior desenvolvimento industrial, pois implantaram siderúrgicas, indústrias petroquímicas, de automóveis, alimentos, tecidos e medicamentos (Silva, 2006, p. 74).

A heterogeneidade econômica dos países da região é um dos fatores que contribuíram para as divergências políticas que serão expressas pelos governos dos países-membros dessa comunidade supranacional dificultando a consolidação do acordo sub-regional.

A história da CAN começa antes mesmo de sua denominação atual, pois a primeira tentativa de constituição deste acordo sub-regional na região andina é chamada de Pacto Andino e inicia-se a partir da assinatura o “Acordo de Cartagena” em 1969.

Em 1969 é assinado o acordo que institui o Pacto Andino, projeto de integração regional de viés econômico e comercial, com poucos objetivos de cunho político e social. O bloco tinha como objetivos centrais: o estabelecimento de um mercado sub-regional para realização do livre-comércio, e posteriormente, a criação de uma união aduaneira. A composição deste bloco sub-regional acontece no mesmo contexto histórico da ALALC. Da mesma forma que esta almejava uma espécie de regionalismo fechado para constituição de um mercado latino-americano, dentro do modelo de substituição de importações, igualmente pretendia o Pacto Andino em nível sub-regional.

As políticas de integração na sub-região andina iniciam-se a partir da década de 1960, no contexto das primeiras iniciativas de integração econômica da América Latina, representados pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) de 1960. Inspirado na integração das Comunidades Europeias, o Pacto Andino, criado em 1969 pelo Acordo de Cartagena, tinha como objetivo fundamental o desenvolvimento de uma união aduaneira e de um mercado comum entre seus Estados-membros. Inserido nos princípios do regionalismo fechado, a integração andina naquele momento voltou-se principalmente para a consolidação de um modelo de substituição de importações [...] (Bressan; Luciano, 2018, p. 65).

Ao estudar o caso Andino, é importante destacar a semelhança da estrutura burocrática desta associação com as iniciativas de integração europeia; não se trata de exaltar este modelo de integração por ser parecido com a experiência europeia e nem de diminuir a importância das outras iniciativas regionais da América Latina, mas de compreender as especificidades desta associação, ao entender a alta complexidade das estruturas institucionais supranacionais que existiam nesta iniciativa sub-regional.

Mimetizando o desenho institucional da integração europeia, um órgão de natureza supranacional foi estabelecido no âmbito do Pacto Andino, a Junta do Acordo de Cartagena, responsável pelo controle e execução técnica das atividades da integração. Diferentemente do caso europeu, a iniciativa legislativa manteve-se atrelada às estruturas intergovernamentais da integração andina, por meio da Comissão de Acordo de Cartagena (Bressan; Luciano, 2018, p. 65).

Apesar de possuir uma estrutura institucional mais complexa e definições mais objetivas dos propósitos, isto não permitiu o aprofundamento da integração desta associação econômica e comercial. A dificuldade são os setores econômicos sensíveis à abertura comercial, e os programas políticos e econômicos nacionais de países que estiveram em contradição com os objetivos do bloco, a exemplo do Chile, cujo governo preferiu realizar uma abertura comercial e uma integração econômica beneficiando países do centro da economia capitalista, em detrimento dos países-membros do próprio bloco regional e da iniciativa de integração.

Composto inicialmente por quatro Estados-membros (Bolívia, Chile, Colômbia e Peru), o Pacto Andino teve seu número de componentes alterado com a entrada da Venezuela (1973) e com a saída do Chile (1976). Esse período foi marcado por uma fase de sistemáticos descumprimentos dos prazos previstos para a liberalização comercial nos anos 1970 e 1980 (Avendaño 1999). O processo progressivo de internalizar as normas andinas mostrou-se dependente das forças políticas domésticas de cada Estado-membro e, principalmente, da reação de setores nacionais sensíveis ao avanço da integração econômica e comercial (Bressan; Luciano, 2018, p. 65).

A partir do novo contexto histórico proporcionado pela redemocratização de diversos países da América Latina e com as novas iniciativas de integração no mundo, particularmente na América Latina, o Pacto Andino é reestruturado. Por conseguinte, em 1996 é assinado um novo acordo, o protocolo Trujillo, que modifica o acordo de Cartagena, e assim, surge, a Comunidade Andina de Nações (CAN).

Dentre os aspectos desta nova organização, cabe destacar, personalidade jurídica internacional, nova Secretaria Geral, em lugar da antiga Junta, constituição de um Conselho Presidencial e a existência de um órgão legislativo, o Parlamento Andino, eleito diretamente pelo voto popular, medida em consonância com o novo contexto histórico em que a abertura política permite maior engajamento das massas nos centros de decisão.

A partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, o sistema andino de integração passou por um novo processo de reestruturação, envolvido em um contexto de redemocratização dos países da região e de nova expansão do regionalismo no mundo [...] A assinatura do protocolo de Trujillo, em 1996, modificou o acordo de Cartagena e criou a CAN, substituindo o anterior Pacto Andino. Dentre as principais alterações no processo de integração, destacaram-se a dotação de personalidade jurídica internacional da CAN; a criação da Secretaria Geral (substituiu a antiga Junta) e da figura do secretário-geral da CAN; e a formalização do Conselho Presidencial Andino, instância máxima da integração, responsável pela impulsão, avaliação e orientação política do projeto. No ano seguinte, foi aprovada a futura inclusão de eleições diretas para escolha dos membros do Parlamento Andino, com a intenção de aumentar a participação social e a politização da integração [...] (Bressan; Luciano, 2018, p. 66).

A nova estrutura política da CAN, bem como seu regionalismo aberto, está em consonância com a reestruturação econômica e política global, caracterizados não apenas pela abertura democrática dos países latino-americanos, mas também pelo deslocamento do centro dinâmico da economia capitalista para a Ásia, com a reorganização dos parques industriais neste continente, reprimarização das principais economias industriais da América Latina, financeirização das economias, conhecida como “globalização” e implementação do neoliberalismo como política econômica de desregulamentação e abertura dos mercados em benefício do capital financeiro.

Entre 1997 e 1990, a CAN passou por diferentes estágios, dos quais o mais importante foi o da troca do modelo de substituição de importações por um mercado regional livre. Dessa forma, de uma concepção original de integração fechada, a CAN evoluiu nos anos de 1990, para um esquema de regionalismo aberto (Silva, 2006, p. 72).

As novas estruturas, como a criação do Parlamento Andino, não aumentaram o protagonismo no processo integração regional, pois as decisões ficaram a cargo do Conselho Presidencial, desta forma, nada mudou nas forças políticas que conduzem a força motriz do regionalismo, pois, a integração, para se aprofundar, dependeria das estruturas estatais, isto é, das decisões políticas do governo de cada um dos países membros. A criação dos novos órgãos supranacionais dentro da CAN

não significou a democratização do processo de integração, ou seja, o aumento direto da participação popular nesta iniciativa.

Embora a estrutura institucional da CAN tenha sido desenvolvida substancialmente em relação à criada no Acordo de Cartagena de 1969, especialmente no que diz respeito à dotação de instâncias supranacionais (Secretaria, Tribunal e Parlamento), prevaleceu a baixa consolidação e aprofundamento das mesmas, e o protagonismo das estruturas governamentais de alto nível na integração andina. A impulsão política da integração decorre das resoluções do Conselho Presidencial, e não das instituições supranacionais [...] (Bressan; Luciano, 2018, p. 66).

Embora a CAN tenha incorporado muitos elementos institucionais existentes nas iniciativas da integração europeia, como o Parlamento Andino, inspirado no Parlamento Europeu, construindo estruturas supranacionais mais elaboradas, como a ideia de direito comunitário e eleições diretas para membros do seu parlamento regional. Isto não significou que estas estruturas estivessem democratizadas em profundidade, isto é, que expressassem uma participação mais ativa das populações dos países na integração através desses órgãos colegiados, ou ainda que as decisões desses órgãos tivessem maior peso no processo de integração.

[...] CAN apresenta dispositivos institucionais dos mais avançados entre os projetos de integração do continente. A formalização de estruturas de natureza supranacional, a incorporação de um direito comunitário e a inserção de eleições diretas para os parlamentares andinos expressam a crença importada do Velho Continente [...] No caso andino, essa complexidade institucional não resultou, contudo, em um processo de integração que aprofundasse a interdependência econômica entre os Estados-membros e aproximasse as políticas públicas dos países em direção a uma maior integração social e política (Bressan; Luciano, 2018, p. 66).

Apesar da criação dos novos mecanismos institucionais, não se verificou nenhum grande desenvolvimento do protagonismo destas estruturas supranacionais na construção regional, o aparato estatal de cada país, isto é, o governo de cada nação consolidou-se como principal condutor do processo de integração.

CAN não alterou substantivamente o equilíbrio do binômio supranacional-intergovernamental, mantendo os governos nacionais como os principais atores da integração. Nesse sentido, as inovações institucionais da integração andina, mimetizadas do projeto europeu, não trouxeram grandes compromissos com um real aprofundamento da integração (Bressan; Luciano, 2018, p. 67).

O enfraquecimento da Comunidade Andina aprofundou-se após a retirada da Venezuela desse bloco, e a possível extinção do parlamento regional demonstrou os revezes desta aliança supranacional. As grandes divergências políticas por parte dos governos dos países pertencentes ao grupo expõem o novo contexto histórico, marcado pelo amplo processo de enfraquecimento regional.

[...] a Comunidade Andina, projeto pioneiro no esquema sub-regional, debilitou-se com a saída da Venezuela e o seu enfraquecimento institucional, com uma possível dissolução do Parlamento Andino, aconselhada pelos seus respectivos chanceleres e pelo próprio Congresso Nacional da Colômbia. O bloco enfrenta sérias divergências internas em razão dos diferentes intentos políticos de seus governantes, mormente no marco “pós-hegemônico” da integração regional, quando alguns países deste bloco, Bolívia e Equador, passaram a vislumbrar outros assuntos no cerne deste projeto. Além disso, a falta de liderança interna ao bloco dificulta sua orientação e desenvolvimento (Bressan; Luciano, 2018, p. 71).

O bloco Andino está se desarticulando, enquanto alguns países estão passando a órbita de influência da Aliança Para o Pacífico, outros estão sendo influenciados pela Aliança Bolivariana das Américas (ALBA). A primeira organização é liderada pelo México, mas tem histórico de proximidade econômica e ideológica com os Estados Unidos. Como contraponto à hegemonia estadunidense, a ALBA inspira-se nas ideias de Simon Bolívar, por uma América Latina unida, solidária, soberana; que não dependa inteiramente das forças políticas e econômicas do centro do capitalismo mundial.

A realidade mostra que Colômbia e Peru, com o acordo bilateral com os Estados Unidos e com adesão à Aliança do Pacífico, perseguem antigos objetivos de abertura comercial e estreitamento dos laços com a potência do norte e maior inserção no mercado Ásia-Pacífico. Seguindo outra direção, os governos da Bolívia e Equador conformaram a ALBA antes mesmo da criação da Aliança do Pacífico, e se alinharam ao protagonismo venezuelano e a seus ideais bolivarianos. A rachadura criada no seio do bloco denota direções distintas em que caminham seus membros, contribuindo fortemente para o enfraquecimento do antigo projeto andino (Bressan; Luciano, 2018, p. 72).

A análise da CAN assinalou o protagonismo de duas novas forças políticas regionais em disputa, embora, seja inquestionável a assimetria entre a hegemonia da influência estadunidense e a liderança da Venezuela. Este último país tem se apoiado nas exportações da sua principal matéria-prima, o petróleo, para ampliar a sua presença política e econômica entre os países do Caribe e Cone Sul. Como verificaremos mais adiante, a Aliança para o Pacífico sob influência dos

Estadunidenses e a ALBA, sob liderança da Venezuela, são as duas organizações que, no século XXI, aumentaram o protagonismo na região andina, não apenas agregando membros, mas aumentando a cooperação econômica e política.

1.6 Mercado comum e comunidade do Caribe (CARICOM) (1973)

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a integração caribenha, realiza-se, após diversos ensaios efêmeros e com negociações que duram mais de dez anos, sendo instituída em 1973 e oficializada mediante a assinatura do Tratado de Chaguaramas, que estabeleceu a CARICOM “Caribbean Community”; em português, da Comunidade Caribenha. Entre os países fundadores deste bloco comunitário encontravam-se: Barbados, Jamaica, Guiana e Trinidad e Tobago.

O Bloco do CARICOM — Caribbean Community — foi oficialmente estabelecido e efetivado em 1973, com o Tratado de Chaguaramas, tendo como membros iniciais Barbados, Jamaica, Guiana e Trinidad e Tobago. Porém, as negociações datam de pelo menos quinze anos antes da assinatura do documento na cidade trinitária (Farias, 2000, p. 46).

A CARICOM é sacudida politicamente, pois, ainda no contexto histórico e geopolítico da Guerra Fria¹⁷, ocorre a invasão de um dos seus membros, o país de Granada, por forças dos Estados Unidos, que temiam perder influência política e econômica sobre a ilha caribenha, uma vez que a deposição do governo desse país e o assassinato do seu líder de esquerda, por também outros grupos considerados “radicais de esquerda”, permitiram a consolidação do poder de grupos políticos alinhados à ideologia socialista, simpatizantes de Cuba, dos países do bloco socialista e da extinta URSS¹⁸.

Um episódio importante que deve ser mencionado na história do CARICOM, quando quase ocorreu a sua extinção, ocorreu durante a primeira metade da década de 1980, [...], com a invasão de Granada pelas forças norte-americanas. Em 1979, cinco anos após a independência da ilha caribenha, assumiu a liderança desse país Maurice Bishop, de orientação socialista, que iniciou um processo de aproximação com Cuba e com a União

¹⁷ Guerra Fria foi uma disputa política, ideológica, econômica, e militar indireta entre a extinta URSS e os Estados Unidos pela supremacia política mundial, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial e que perdurou de 1945 à 1990.

¹⁸ A União Soviética ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é fundada em 1922 a partir da reunião da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, com decorrer do processo histórico tem adesão das repúblicas da Ásia Central e pequenos países da Europa que pertenceram ao antigo Império Russo. A URSS deixa de existir em 1991 com fim da confederação que reunia quinze países da Ásia central e do leste europeu.

Soviética. Em 1983, radicais, também da “esquerda”, promovem um golpe e fuzilam o Primeiro Ministro Bishop. Nesse mesmo ano, ocorre a invasão norte-americana, preocupada com a consolidação de um governo comunista na ilha (Farias, 2000, p. 47).

A invasão deste país pelos Estados Unidos expõe os atritos ideológicos entre os países integrantes, pois a política externa e diplomática de cada país é influenciada pelos seus posicionamentos políticos. É importante salientar, que mesmo antes de acontecer a invasão de Granada, por causa dessas mesmas divergências ideológicas, várias reuniões da CARICOM haviam sido canceladas. Entre os países simpatizantes do socialismo encontravam-se: Granada, Guiana e Santa Lúcia, em oposição, à Jamaica, Barbados e Dominica.

A invasão acirra as divergências políticas, Trinidad e Tobago, Guiana, Bahamas, Belize que se contrapõem à iniciativa estadunidense, acompanhada dos partidos de oposição de Jamaica e Barbados, países que apoiam a ação dos Estados Unidos.

[...] a Jamaica, Barbados e Dominica – e os simpatizantes do socialismo, como Granada, Guiana e Santa Lúcia. Os contatos, como um todo, entre os líderes dos países do bloco, tornaram-se mínimos, com várias reuniões do CARICOM sendo canceladas. Antes mesmo da invasão de Granada em outubro de 1983, a situação era extremamente delicada quanto à continuação do CARICOM [...] assassinato de Bishop e a tomada do governo granadense por radicais, [...] Os conflitos políticos entre os líderes dos países membros do CARICOM tornam-se ainda mais graves. Houve apoio favorável à invasão da parte dos governos da Jamaica e de Barbados e forte oposição de Trinidad e Tobago, Guiana, Bahamas, Belize, além dos partidos de oposição de Jamaica e Barbados (Farias, 2000, p. 47).

Com o decorrer do processo histórico, esta organização retorna à normalidade política, embora, de acordo com autor a crise, tenha legado a recíproca desconfiança entre os países membros:

A situação dentro do CARICOM só se amenizou nos idos de 1985-86; no entanto, essa discórdia gerou desconfianças mútuas que certamente tiveram seu efeito no desenrolar dos trabalhos de consolidação do bloco (Farias, 2000, p. 48).

Após o fim da Guerra a Fria, a CARICOM tem procurado realizar uma maior inserção internacional das economias dos países membros, a fim de realizar acordos com grandes blocos econômicos como NAFTA e o MERCOSUL. Em geral, são países com territórios e economias pequenas, portanto, o concurso destes numa

organização maior, aumenta a capacidade de barganha e o poder de negociação para tratados comerciais e outras parcerias internacionais.

Em termos gerais, o CARICOM tem como meta a integração e a coordenação das políticas e interesses dos seus Estados membros – especialmente no âmbito externo. Tendo como vizinhos grandes blocos econômicos – o NAFTA e o Mercosul – o CARICOM busca um maior poder de voz para seus representantes, relativamente ao que teriam se seus membros agissem individualmente, de modo a buscar um maior poder de barganha nas diversas instâncias de negociação (Farias, 2000, p. 48).

No que concerne aos aspectos políticos e econômicos desta organização, podemos definí-la como bloco de alcance sub-regional, não apenas pelo alcance territorial e geográfico, mas também pela função que esses países ocupam na estrutura mundial. Segundo o autor, esta organização tem aprofundado seu processo de integração formando uma união aduaneira que progride para constituir um mercado comum:

La Caricom puede ser caracterizada como un microsistema de integración subregional, no sólo por el “tamaño, [...] sino también por el lugar que sus integrantes ocupan en la estructura internacional. [...] la Caricom se destaca en el contexto latinoamericano porque havenido profundizan do su proceso integrador, alcanzando niveles de cooperación muy significativos: en lo económico, se ha consolidado como una unión aduanera que transita hacia el mercado común (Morales Ruvalcaba, 2018, p. 89).

Portanto, os países do bloco apresentam muitas similaridades, por exemplo, a extensão dos seus territórios, e as mesmas dificuldades econômicas como: a pouca produção em escala, a dependência em relação aos mercados externos, ausência na diversificação dos produtos exportados. Além disso, são inegáveis as semelhanças culturais caracterizadas pelo idioma e organização das instituições, trazendo também problemas sociais como o: desemprego e a pobreza.

São países que apresentam problemas semelhantes: pouca produção em escala, dependência dos mercados externos, pequena área territorial, problemas sociais como desemprego e pobreza, pouca diversificação na pauta de exportação etc. Além disso, contam com um aspecto histórico comum de passado europeu-com a presença marcante da Grã-Bretanha e dos seus modelos de instituições políticas – tendo como uma das línguas oficiais o inglês [...] (Farias, 2000, p. 48).

Os dispositivos institucionais do Caricom são órgãos intergovernamentais, portanto, a integração é dirigida a partir das deliberações de um fórum com os

chefes de governo de todos os países-membros. Também existe o Conselho Ministerial, que congrega os ministros de cada estado para o debate dos temas regionais.

Os órgãos máximos do CARICOM são o encontro dos Chefes de Governo e do Conselho Ministerial; o primeiro representa a autoridade máxima, enquanto no outro é onde se buscam alcançar o consenso em questões regionais e de política (Farias, 2000, p. 49).

O bloco tem algumas particularidades como, Bahamas, que não pertence a área do mercado comum; também existe um território não independente nesta aliança, que é o caso de Montserrat, constituindo uma dependência britânica com três mil e duzentas pessoas.

[...] Uma dessas peculiaridades é o caso das Bahamas que, apesar de pertencerem à Comunidade, não pertencem ao Mercado Comum. Montserrat é outro país que tem uma característica peculiar: é o único membro não-independente do CARICOM, sendo ainda uma dependência britânica. Tendo apenas 102 km² ainda se recupera da explosão do vulcão Chances Peak em 1995, essa ilha – que antes da explosão possuía cerca de dez mil habitantes – hoje em dia é habitada por pouco mais de 3.200 (três mil e duzentas) pessoas (Farias, 2000, p. 49).

Dessa forma, há países em diferentes níveis de integração dentro do mesmo bloco e são:

Observadores ou de membros Associados. No primeiro bloco estão: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Bermuda, Colômbia, Ilhas Cayman, México, Porto Rico, República Dominicana, Venezuela; no segundo estão as Ilhas Virgens Britânicas, e as Ilhas Turks e Caicos (GB) (Farias, 2000, p. 50).

Segundo a autora, a dificuldade da integração regional apresenta-se na integração comercial entre os países, pois os entraves estão apresentados pela pequena dimensão dos mercados e o vínculo externo decorrente da especialização em atividades de exportação.

Nos próximos capítulos veremos que Furtado, acredita ser mais viável a integração com mercados menores, pois segundo o autor existiria maior homogeneidade dos mercados, mas o problema aqui não parece ser a dimensão dos mercados, e sim a baixa complexidade das economias e sua propensão primária-exportadora que será examinada.

De acordo com Farias (2000, p. 50): “[...] a integração econômica não tem ocorrido de forma intensa. No geral, o maior obstáculo para essa integração tem sido a pequena dimensão dos mercados e da base de exportação dos países do bloco.

Também foram realizados acordos internacionais a fim de estabelecer uma Tarifa Externa Comum, com a assinatura do Acordo de Nassau em 1984; no entanto, a tarifa nunca chegou a ser completamente instituída, e, em 1990, entra em vigor outra tarifa que é novamente revisada em 1998.

O principal mecanismo de integração econômica tem sido discutido no âmbito do Mercado Comum Caribenhos com base na Tarifa Externa Comum. Nessa área do Mercado Comum, através do Acordo de Nassau, assinado nas Bahamas em 1984 se estabeleceu uma Tarifa Externa Comum, que, no entanto, nunca chegou a ser aplicada por completo. Em 1990, se concordou com outra Tarifa Externa Comum, que revisada em 1992, instituiu um cronograma para entrar em funcionamento em 1998 (Farias, 2000, p. 50).

A maior parte dos fluxos comerciais do grupo são direcionados aos grandes mercados mundiais, com destaque para os Estados Unidos e Canadá, regiões a que se destina parte das exportações dos países da Caricom, em geral matérias-primas. Cabe destacar que há um acordo comercial entre Canadá e os membros do Caricom. Os produtos do comércio intrabloco também são *commodities* como: “arroz”, “madeira”, além de alguns produtos manufaturados.

O comércio entre os países caribenhos é pequeno em razão dos limitados recursos industriais e do padrão econômico monocultural. Bens e commodities comercializados dentro da economia caribenha são poucos: arroz da Guiana; madeira de Belize; [...] O principal destino da maior parte dos produtos da região tem sido os Estados Unidos e o Canadá. Estes países importam principalmente banana, açúcar, café, bauxita, rum e óleo (Farias, 2000, p. 51).

É preciso destacar que com a queda do muro de Berlim, em 1989, o fim da Guerra Fria, em 1991, o mundo entra, numa grande reconfiguração política e econômica global, os membros da Caricom, que até então possuíam divergências ideológicas entre si, estabelecem acordos de cooperação com Cuba no âmbito econômico e comercial, como o: “Acordo de comércio e cooperação econômica entre o governo da República de Cuba e a Comunidade do Caribe”.

De manera paralela, y replicando la estrategia mexicana, se creó en 1993 la Comisión Mixta Cuba-Caricom. Todo esto contribuyó al incremento del diálogo y la confianza entre las partes hasta desembocar en el “Acuerdo de comercio y cooperación económica entre el Gobierno de la República de

Cuba y la Comunidad del Caribe”, suscrito el 5 de julio de 2000 (Morales Ruvalcaba, 2018, p.103).

Dessa forma, a CARICOM tem suplantado as suas contradições políticas e ideológicas, buscando estabelecer um fórum político-econômico apoiado na cooperação macroeconômica entre os países membros e os parceiros-não membros.

A organização conseguiu chegar até o século XXI, desenvolvendo-se com o decorrer do contexto histórico, e neste início do século tem suportado os impactos da crise econômica e financeira de 2008 e a recessão econômica global que se estendeu a todos os países.

Una de las razones para la creación de la Caricom ha sido contribuir a reducir la vulnerabilidad y dependencia de sus Estados miembros através de la integración. Sin embargo, la crisis económico-financiera global iniciada en 2008 y, en especial, la subsecuente “Gran Recesión” derivada de esta han llevado a postergar la plena implementación de algunos proyectos comunitarios. Frente a esta situación, y conscientes de los cambios geopolíticos contemporáneos, los socios caribenhos han buscado profundizar la cooperación dentro del bloque y, luego, diversificar conjuntamente sus relaciones con el exterior (Morales Ruvalcaba, 2018, p.103).

Por fim, a organização caribenha tem logrado avanços apesar de períodos de estagnação, causados por crises políticas e ou econômicas, tem conseguido compor parcerias com o conjunto de outros países. Mas percebe-se que as dificuldades de integração dentro do próprio grupo, decorrem da baixa complexidade econômica dos países membros, o que é consequência do pouco desenvolvimento industrial e tecnológico dos países, em geral, pequenos e especializados na exportação de um tipo ou mais de matérias-primas.

1.7 Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (1991)

As diversas iniciativas de integração regionais na América Latina remontam ao século XIX, ocorreram durante o século XX, como apontamos anteriormente: a ALALC-ALADI, MCCA, o PACTO ANDINO-CAN e a CARICOM. Algumas delas estavam circunscritas a áreas específicas da América Latina, como a Zona Andina, América Central e Caribe. Na atualidade, a integração deixa de estar circunscrita à área econômica ampliando-se para as áreas política, militar, cultural e diplomática.

Desde el siglo XIX, con la formación de los Estados nacionales em Latinoamérica, se han promovido proyectos integracionistas a ún no concluído sem la región. Em la actualidad, se resalta la necesidad de la integración entre países en distintos aspectos: económico, político, militar, diplomático, entre otros (Torres, 2011, p. 116).

O acordo do MERCOSUL inicia-se no contexto histórico caracterizado pelo fim da Guerra Fria e alguns anos após a queda do Muro de Berlim¹⁹. Com o fim da URSS e do socialismo real²⁰, a economia capitalista e a política mundial passam por uma reestruturação; a queda do bloco socialista consolida o avanço do poder estadunidense pelo mundo, sobretudo, com a expansão da influência estadunidense nas ex-repúblicas socialistas do leste europeu, e o aumento das intervenções políticas no Oriente Médio com apoio a guerrilhas e golpes de estado, incluindo intervenções militares diretas articuladas a partir do ocidente.

No plano político, os Estados Unidos estabelecem a agenda da democracia e a defesa dos direitos humanos, e na economia impõem o neoliberalismo. Na economia mundial, ocorre uma intensa expansão do capital financeiro, liberalização comercial, integração financeira e produtiva, bem como a consolidação de novas cadeias globais de produção fenômeno que muitos autores denominam como “financeirização da economia”, também chamadade “Mundialização do capital” ou “Globalização”.

Com la terminación de la Guerra Fría la competencia económica entre las grandes potencias capitalistas há sustituido el antiguo enfrentamiento ideológico-militar que oponía a Occidente al campo socialista. Surgió una nueva época que impusoun reacomodo o reestructuración de las relaciones económicas internacionales. Obedeciendo a estas nuevas tendencias, em el ámbito mundial se han presentado innumerables arreglos regionales [...] (Torres, 2011, p. 116).

Dessa forma, esse acordo é instituído a partir dos anos 1990, período histórico marcado pela proliferação de acordos regionais, num contexto político e econômico de aprofundamento do neoliberalismo imposto pelos EUA e aliados diretos, ocorrendo também a financeirização de grande parte das economias periféricas com abertura comercial e dos mercados de vários países da América Latina.

¹⁹Muro construído após a segunda Guerra Mundial, para separar Berlim Oriental (Socialista) da Berlim Ocidental (capitalista).

²⁰Socialismo real é a experiência econômica existente nos países classificados como socialistas entre 1917 e 1991.

“Nuevo Regionalismo” cabe destacar, por un lado, la proliferación de acuerdos de libre comercio entre países de la región y respecto a terceros y, por otro, la creación de nuevos acuerdos de integración regional así como la revitalización de acuerdos ya existentes (Moslares Garcia; Ramirez Roma; Reyes; 2011, p. 74).

A partir dos anos 1990 (Culpi *et al.*, 2013) com o esgotamento da industrialização apoiada na substituição de importações, e com a consolidação da democracia, bem como a ampliação da desregulamentação dos mercados, cresce a preocupação de melhorar a inserção produtiva e tecnológica da América Latina na economia global.

A integração do MERCOSUL realiza-se num contexto histórico, marcado pelas novas políticas macroeconômicas amparadas na releitura de economistas liberais, um conjunto de medidas pensadas a partir dos centros econômicos mundiais que refletiu nas ideias propagadas pela mídia e setores importantes da sociedade civil como intelectuais e empresários defensores do neoliberalismo.

É neste mundo pós-guerra fria, pós-ditadura, com a redemocratização dos países latino-americanos, que começa o processo de integração regional, primeiro entre Brasil e Argentina e, depois agrega Paraguai e Uruguai através da constituição do MERCOSUL. Apesar dos graves problemas econômicos, resultado das políticas fomentadas pelos governos neoliberais (Culpi *et al.*, 2013) que beneficiam o capital especulativo e grandes transnacionais em prejuízo da indústria local, o Mercosul ²¹ avança enquanto projeto para fomentar o intercâmbio de mercadorias e o desenvolvimento econômico regional.

O objetivo do MERCOSUL é a liberalização comercial entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai fomentando trocas comerciais entre os países membros, sendo instituído com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991 e oficializado mediante o Protocolo do Ouro Preto, no ano de 1994. Em 2013, a Venezuela torna-se membro pleno do MERCOSUL, pois o Paraguai é suspenso do bloco, em razão da deposição do Presidente Fernando Lugo²² (Culpi *et al.*, 2013) permitindo a entrada do país

²¹ O Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul foi instituído pelo Tratado de Assunção, firmado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1995, como objetivo alargar o processo de integração, a cooperação e o desenvolvimento dos Estados signatários e dos demais Estados sul-americanos que vierem a aderir ao bloco. Veio a ter personalidade jurídica internacional declarada no Protocolo de Ouro Preto (1994).

caribenho, pois era o veto do Parlamento do Paraguai, a única oposição para tornar a Venezuela membro pleno do bloco. Posteriormente analisaremos mais especificamente os desdobramentos da suspensão do Paraguai e a adesão e também suspensão da Venezuela.

A integração regional tem forte apoio nas relações desenvolvidas entre Brasil e Argentina, com o objetivo de aproveitar-se da inserção num mundo globalizado para transformar a região do Cone Sul (Culpi *et al.* 2013) num polo de produção e desenvolvimento.

Num primeiro momento, a ideia da integração regional tinha como objetivo a modernização da infraestrutura, e, após os anos 2000 (Culpi *et al.*, 2013), o foco volta-se para o incentivo econômico e comercial. Os acordos delineados entre os países do bloco procuram permitir entre os países membros a livre circulação de bens e serviços, além da instituição de uma Tarifa Externa Comum (TEC) (Culpi *et al.*, 2013) que é uma padronização de preço dos produtos importados de outras regiões e ou países que não pertencem ao bloco.

A inviabilização da TEC (Culpi *et al.*, 2013) é devido à “Lista de Exceções Nacionais”, pois haveriam setores econômicos sensíveis, não ocorrendo de fato nenhuma grande modernização do setor de infraestrutura, avançando significativamente o comércio inter-regional e a inversão externa (Culpi *et al.*, 2013).

Ainda segundo alguns autores, o bloco tinha como objetivos: a implantação de legislação comum em diversos setores nos âmbitos fiscal, econômico, comercial e político e constava ainda como objetivo uma moeda única e um Banco Central (Culpi *et al.*, 2013).

Como o MERCOSUL não se consolidou (Culpi *et al.*, 2013; Silva, 2013) nenhuma grande estrutura institucional importante, as grandes decisões intrabloco são decididas por organismos intergovernamentais: O Conselho do Mercado Comum (CMC), da qual são membros os ministros de Relações Exteriores e da Fazenda de cada país-membro, Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio e também tendo como parte desta estrutura institucional, duas instituições consultivas formadas por representantes parlamentares, da sociedade civil e um Secretariado, localizado em Montevideu (Culpi *et al.*, 2013).

Além dos membros plenos do MERCOSUL: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, Venezuela (suspens), existem os membros associados; a própria

Venezuela antes da sua adesão plena e posterior suspensão, foi um país associado. Muitos países pertencentes à Comunidade Andina (CAN) estão solicitando adesão ao bloco econômico.

Recientemente se ha incrementado el número de países que, formando parte de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) han solicitado pertenecer al Mercosur como miembros asociados; incluso Venezuela, una vez protocolizó su retiro de la CAN, solicitó la integración plena al grupo, la cual está en trámite y en espera de completarse. Venezuela recientemente ha apuntado a la integración más al sur del continente como respuesta a su nueva dinámica de relación con los países vecinos (Torres, 2011, p. 123).

É importante mencionar, ainda que brevemente, as controvérsias em torno da adesão da Venezuela ao MERCOSUL e posteriormente sua suspensão do bloco. Portanto, as proposições venezuelanas e sua política exterior independente em relação à influência estadunidense, a geopolítica anti-imperialista, e sua diplomacia não subserviente ao império estadunidense suscitaram polêmicas sobre seu ingresso no MERCOSUL.

A Venezuela tinha como objetivo geopolítico fazer dessa organização mais do que um mecanismo de inserção soberana das economias da América do Sul no mundo moderno, mas também compartilhava da ideia de estabelecer a partir do sul do continente um bloco contra-hegemônico, contrapondo-se à influência dos EUA sobre o hemisfério. Embora o contexto histórico, por ocasião da maré rosa²³, permitisse a semelhança ideológica entre os vários governos latino-americanos mais progressistas e nacionalistas, foi a Venezuela que protagonizou as maiores polêmicas com os discursos mais abertos contra o poderio dos Estados Unidos, com uma árdua retórica anti-imperialista.

Precisamente, la aceptación definitiva de Venezuela como miembro pleno Del Mercosur há sido objeto de debate, ya que son distintas las percepciones de los países miembros sobre el papel que debería asumir el Mercosur. La visión sobre el Mercosur por parte de los sectores radicales venezolanos, es distinta a la visión de los sectores dominantes en Argentina y Brasil; por ejemplo, el discurso anticapitalista Del gobierno venezolano se diferencia del discurso de Lula da Silva y Cristina Fernández de Kirchner, pues a un que estos dos gobiernos vienen proponiendo una ampliación de la agenda, que trascienda lo comercial, no han sugerido separarse de los objetivos de inserción internacional y de aplicación de mecanismos de mercado que caracterizan al bloque [...] (Torres, 2011, p. 123).

²³ A maré rosa ou onda vermelha foi a ascensão de uma série de líderes progressistas e nacionalistas nos países da América do Sul, a exemplo de Hugo Chaves na Venezuela em 1999, 2001 e 2007; Nestor Kirchner, na Argentina em 2003; Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula em 2003 e 2007 no Brasil; José Mujica no Uruguai em 2010; Evo Morales 2006 e 2019.

Portanto, a Venezuela, assim como América Latina, dá uma guinada política à esquerda, com governos progressistas e nacionalistas, que modificaram substancialmente as políticas econômicas no plano interno de cada país com aumento da intervenção estatal na economia e com fomento de políticas sociais, e, além disso, os novos governos latino-americanos instituíram uma política exterior independente, contra-hegemônica ou não subserviente às imposições estadunidenses.

Em resposta à oposição sistemática da Venezuela às políticas estadunidenses para região, os EUA e os seus tradicionais aliados na região, as burguesias nacionais dos países do MERCOSUL, representadas pelos partidos de direita, iniciaram uma ampla campanha com respaldo da grande mídia para a demonização, a ojeriza e aversão à Venezuela. Os Estados Unidos e as elites latino-americanas promoviam o isolamento diplomático e político desse país, e os Estados Unidos, com apoio dos aliados internos dos países latino-americanos procuram primeiramente debilitar a posição venezuelana por uma integração sul-americana verdadeiramente autônoma e independente.

Os EUA não somente procuravam abolir o protagonismo da Venezuela na América do Sul, mas minar os governos que expressavam na prática o conceito de um subcontinente unido e independente. E os desdobramentos dessa ingerência estadunidense sobre a América Latina acontecem de muitas formas, inclusive com o rechaço do parlamento do Paraguai à entrada da Venezuela no MERCOSUL, sendo o único órgão legislativo do bloco em vetar a entrada da Venezuela.

Mas o processo histórico é dinâmico, e uma crise política é desencadeada no Paraguai, após a destituição de Fernando Lugo²⁴ então presidente deste país em um controverso processo de impeachment de apenas 24 horas. O Paraguai é alvo de uma série de críticas de países da região, sobretudo os países do MERCOSUL, que se unem em rechaço unânime à destituição de Lugo, e os governos dessas nações consideram a deposição do líder sul-americano como um golpe de estado.

²⁴ “A destituição do ex-presidente Fernando Lugo pelo Congresso paraguaio deu-se por meio de um impeachment decidido em 24 horas, o que foi possibilitado pelo fato de o governo de Lugo ser minoritário no Congresso e seu gabinete estar dividido.

O gatilho para o impeachment foi um confronto violento entre a polícia e os camponeses sem-terra que ocupavam terras no distrito de Curuguaty, em 15 de junho de 2012. Tal incidente resultou na morte de 17 pessoas - 11 manifestantes e seis policiais. “[...] afirmam que a maneira como Lugo lidou com a crise foi um fator decisivo para a destruição da coalizão, fator que agravou a crise” (Monte; Anastasia, 2017, p. 25).

As declarações de repúdio ao processo de impeachment de Lugo, feitas por presidentes de países da região, começaram ainda no dia 22 de junho. Cristina Kirchner, presidente da Argentina, denominou o evento um golpe de estado, ainda que suave. Durante o discurso de abertura da Cúpula de Mendoza, [...] O governo brasileiro, semelhantemente, condenou a destituição de Lugo, destacando a ausência de direito à ampla defesa e afirmou que “o procedimento adotado compromete o pilar fundamental da democracia (Monte; Anastasia, 2017, p. 25).

A crise política no Paraguai implicou a suspensão deste país como membro do bloco sul-americano, pois segundo os estados dessa entidade ocorreu a violação da cláusula democrática²⁵ do bloco. A exclusão temporária do Paraguai do MERCOSUL abre caminho para a entrada da Venezuela nesta entidade, uma vez que o veto do parlamento paraguaio era o único impedimento para a adesão desse estado ao bloco, e o Paraguai suspenso já não poderia obstruir a entrada da Venezuela.

Além de suspender a participação do Paraguai no Mercosul, o Comunicado Conjunto de 29 de junho de 2012 concluiu o longo processo de adesão da Venezuela ao Mercosul, uma vez que o único empecilho naquele momento era a nãoaprovação pelo Parlamento paraguaio (Monte; Anastasia, 2017, p. 29).

Todavia, uma crise política e econômica interna desencadeada no Brasil, mas com fortes indícios de influência, externa culminacom a deposição da então Presidente eleita Dilma Rousseff e alça ao poder o vice-presidente Michel Temer, que adota uma agenda política e econômica de aprofundamento do neoliberalismo, que no plano externo não privilegia as relações comerciaiscom o MERCOSUL.

A política exterior do novo governo apregoa, inclusive, o abandono do bloco e defende acordos bilaterais para incentivar o comércio com outros estados; é o retorno ao regionalismo de tipo aberto em que se abandona a estratégia mais autônoma de integração, ao buscar nos Estados Unidos uma parceria econômica estratégica, deixando de lado os países sul-americanos e aceitandoum alinhamento automático às posições defendidas pela diplomacia estadunidense, mas é uma visão política para mundo com novo contexto histórico, pois, o poderio dos EUA começa a

²⁵“O Protocolo de Ushuaia afirma que o pleno funcionamento das instituições democráticas é indispensável para que ocorram processos integrativos entre os signatários. Ele foi anexado ao Tratado de Assunção e se aplica a todos os Estados do Mercosul e àqueles que vierem a fazer parte do Bloco, além do Chile e da Bolívia, que assinaram o documento embora não fizessem parte do Mercosul” (Monte; Anastasia, 2017, p. 12).

declinar, e a abertura comercial, cede lugar de novo ao protecionismo²⁶ em razão da Guerra Comercial²⁷ com a China.

A transição finalmente ocorreu em maio, com o afastamento de Dilma e a chegada de Temer ao poder como presidente interino. O senador José Serra (PSDB-SP) assumiu a chancelaria com a promessa de reaver os recursos da pasta e de “desideologizar” a política externa – dissipando, de uma vez por todas, o legado petista nas relações internacionais do Brasil. Para empreender uma guinada diplomática (alegadamente) sem ideologias, o novo ministro tomou duas providências imediatas: em primeiro lugar, exigiu a transformação do desenho institucional da política externa, submetendo ao Itamaraty toda a área de promoção comercial – por meio da incorporação da Apex-Brasil, outrora vinculada ao MDIC – e conferindo à chancelaria a poderes sobre a política comercial, ao aproximar-se da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), agora atrelada à presidência da República (Casaroes, 2021, p. 448).

A ascensão da China e dos BRICS²⁸ redesenha o conjunto das relações internacionais, mas é importante compreender que a visão subserviente do governo Temer não apreende as mudanças no conjunto das relações internacionais ao submeter a política exterior brasileira aos ditames dos Estados Unidos, inclusive abdicando da liderança regional independente e propositiva que exercia o Brasil regionalmente. As ações do novo governo não produzem resultados, e isolam o nosso país dos vizinhos ao iniciar uma guerra diplomática com os países da ALBA, em particular Cuba, Venezuela e Nicarágua, países que criticaram duramente a deposição de Dilma, tratando o impeachment sem crime, como Golpe de Estado.

Em segundo lugar, Serra promoveu uma ofensiva diplomática contra os principais críticos do impeachment. Três dias de governo foram suficientes para que o novo ministro, antes mesmo da cerimônia de posse, lançasse três duras notas públicas em nome do Ministério das Relações Exteriores: a primeira atacando os governos de Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e Nicarágua, além da ALBA/TCP, por “opinar e propagar falsidades sobre o processo político interno do Brasil” (MRE, “Manifestações”); a segunda

²⁶ Conjunto de ações realizadas pelo estado para assegurar a proteção da economia nacional criando mecanismos para favorecimento de diversos setores da mesma, em particular a indústria, dentre as medidas estatais podemos citar a taxação produtos de outros países, crédito barato para empresas nacionais, além toda infraestrutura necessária para estabelecimento da indústria, como escolas técnicas, usinas de energia, ferrovias, estradas, portos e aeroportos.

²⁷ A Guerra Comercial entre EUA e China engloba três dimensões. Num nível mais superficial, representa o recrudescimento do protecionismo estadunidense voltado à base eleitoral de Trump e à consequente barganha em relação à China para diminuir os déficits comerciais. Contudo, pretendemos argumentar, esse tensionamento bilateral encerra disputas mais profundas: no nível intermediário, pela liderança de importantes segmentos tecnológicos produtivos e, no nível mais profundo, pela liderança do sistema internacional (Pautasso *et al.*, 2021, p. 2).

²⁸ “BRICS Brasil Rússia, Índia China e África do Sul Os países que compõem o acrônimo BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South África, em inglês) são cotados para assumir o papel de líderes mundiais no século XXI em diversas frentes e consequentemente mudar a vigente ordem da governança global” (Ansani, 2016, p. 54).

criticando os argumentos “errôneos, infundados e preconceituosos” de Ernesto Samper, da UNASUL (MRE, “Declarações do Secretário-Geral”); a terceira condenando a decisão do governo de El Salvador de suspender contatos oficiais com o Brasil, com base em “amplo e profundo desconhecimento sobre a Constituição e a legislação brasileiras” (MRE, “Declarações do governo”) (Casaroes, 2021, p. 448).

A política exterior é alicerçada no princípio de “desideologizar” as ações do Itamaraty, ou seja, abandonar qualquer agenda externa autônoma e em parceria com os países sul-americanos, submetendo o Brasil a um alinhamento automático aos Estados Unidos, em vez de negociar com os países da região a abertura dos seus mercados para os produtos das empresas brasileiras.

A diplomacia de Temer e de José Serra então Ministro das Relações Exteriores atuaram de acordo com o discurso hegemônico reproduzido a partir do centro do capitalismo financeiro inutilizando as relações diplomáticas estabelecidas com vizinhos sul-americanos.

Assim, o Brasil, nas palavras de Marini foi um foco de irradiação do “subimperialismo”, ao liderar a partir do MERCOSUL uma ofensiva política e diplomática regionalmente pró-estadunidense, sendo um elo do imperialismo estadunidense para isolar diplomaticamente e politicamente Venezuela, apoiando a suspensão desse país do bloco sul-americano.

Mais importante, Serra fez do embate com a Venezuela de Nicolás Maduro sua principal bandeira político-diplomática. Como senador, ele já havia realizado diversas críticas à situação política e humanitária do país, exigindo que o governo venezuelano fosse suspenso do Mercosul. À frente da chancelaria, Serra resolveu tornar seu desejo realidade: bloqueou a chegada de Maduro à presidência pro tempore do Mercosul, acusando-o de violação de direitos humanos e, na sequência, pressionou pela suspensão venezuelana, alegando que o país não havia adequado sua legislação aos acordos e compromissos previstos no protocolo de adesão ao Mercosul. Em dezembro de 2016, a Venezuela oficialmente perdia seus direitos no bloco, mas não sem deixar um rastro de discordâncias entre os membros do Mercosul, sobretudo entre Brasil e Uruguai (Casaroes, 2021, p. 449).

Demandaria muitas mais páginas discorrer sobre os atritos entre Brasil e Uruguai²⁹. Dedicaremos aqui uma nota sobre estas divergências, mas é importante evidenciar que o bloco tem dois países-chaves, Brasil e Argentina, e apesar das

²⁹A probabilidade de um Tratado de Livre Comércio entre o Uruguai e a China pode forçar o Mercosul a uma modernização ou a uma ruptura. O governo uruguaio anunciou recentemente “avanços concretos” nas discussões com Pequim e acrescentou que também negocia acordos com outros países. Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/rfi/2021/09/14/por-que-negociacao-comercial-uruguai-e-china-coloca-mercosul-em-rota-de-colisao-interna.htm>.

divergências entre eles, o acordo regional tem se consolidado sempre com a convergência Brasil-Argentina; a ação estatal desempenhada pelos países é fundamental, uma vez que estes países são as duas maiores economias regionais, os principais mercados do MERCOSUL.

Por otra parte, tanto Argentina como Brasil, cada uno à medida que há avanzado dicho proceso de integración han desarrollado percepciones diferentes sobre el bloque subregional. En Argentina há existido la prevención desde el punto de vista político com el proceso de integración del Mercosur, debido a las diferentes interpretaciones que se tienen sobre el papel que desempeña Brasil em las relaciones internacionales de la región (Torres, 2011, p. 124).

Além disso, é preciso considerar as duas economias mais fortes do mundo, que ameaçam desintegrar o bloco. Trata-se dos EUA influenciando através da sua hegemonia, patrocinando partidos que submetem os países da América Latina a políticas macroeconômicas com elevado retrocesso social, e que tornam ainda mais dependentes os países latino-americanos da economia norte-americana, e, por outro lado, há a ascensão da economia da China, que tem colocado à prova a competitividade das fábricas locais, pois trata-se de um país que põe no mercado produtos muitos competitivos.

A partir do prisma geopolítico mercosulino, faz-se necessário lançar um olhar sobre a influência das principais potências globais – Estados Unidos e China – sobre os rumos do bloco. Lastreada na competição para atrair Estados e regiões para sua órbita geopolítica, a rivalidade sino-estadunidense alcança e modifica a correlação de forças sul-americanas, constituindo uma força centrífuga nos processos integracionistas ao enfraquecer a autonomia dos atores regionais e sujeitá-los a uma crescente atomização (Costa; Garcia, 2022, p. 111).

Por fim, os desafios do MERCOSUL dentro da nova ordem global estão colocados: a Guerra Comercial, a atuação do imperialismo estadunidense, ascensão da China, as divergências Brasil- Uruguai no âmbito do MERCOSUL, suspensão da Venezuela, e a necessidade de fortalecer o bloco para não perder relevância sendo desintegrado pelas modificações em curso na economia global com declínio da financeirização econômica e o fim da hegemonia do dólar.

1.8 IIRSA – o plano de ação para a integração da infraestrutura regional

Em 1977, os países da América do Sul iniciam as primeiras conversações tendo em vista aperfeiçoar a infraestrutura regional, pois este objetivo era uma condição indispensável para aprofundar as relações comerciais. O nome da primeira iniciativa regional para infraestrutura é a “Rede Fundamental de Transporte do Cone Sul”, um conjunto de obras para desenvolver a infraestrutura na parte meridional do continente.

[...] à intenção dos países em fomentar o comércio inter-regional. Desta maneira, já no ano de 1977, os governos dos países da região em parceria definiram a “Rede Fundamental de Transporte do Cone Sul”, [...] conjunto de obras identificadas como essenciais para ampliação da fluidez territorial sul-americana, com destaque para a porção austral do continente [...] (Souza, 2015, p. 22).

Mas é apenas com a criação do IIRSA no ano 2000, que estes projetos se materializam, com a criação de agendas específicas focadas em aprimorar as redes de transportes, sobretudo nos países abarcados pelo MERCOSUL.

Foi somente com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no ano 2000 que algumas das antigas demandas por transporte, anteriormente identificadas nos projetos elaborados a partir da década de 1970, saíram do papel [...] a evolução dos Portfólios e da Agenda de Implementação Consensuada da IIRSA para o período 2005-2010; assim como o Portfólio do COSIPLAN e a Agenda de Projetos Prioritários (API), para o período de 2011-2016, entre outros documentos analisados, com enfoque para a região do MERCOSUL [...] (Souza, 2015, p. 22).

O IIRSA é criado num encontro de presidentes da América do Sul. O Brasil então era o país-sede da reunião, e a iniciativa do Plano de Ação e Integração e Infraestrutura Regional Sul-americana partiu do ex-presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, que articulou um documento que foi entregue ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que posteriormente foi subscrito pelos demais mandatários dos países sul-americanos, e, neste documento, havia propostas para a modernização da infraestrutura sul-americana, em particular, dos setores de energia, transporte e telecomunicações.

A ideia de fortalecer a infraestrutura física como fator essencial para a integração do espaço econômico e do desenvolvimento foi lançada na Primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada em 2000. A iniciativa partiu do presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. O Brasil, como país-anfitrião, cuidou para que o documento de apoio à

discussão, enviado para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) [...] não fosse tomado como uma imposição. Na Declaração Final da reunião, os mandatários simplesmente “tomaram nota” e acordaram impulsionar o Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que contém sugestões e propostas, com um horizonte de dez anos para ampliação e modernização da infraestrutura na América do Sul, em especial, nas áreas de energia, transporte e comunicações, [...] (Quintanar; López, 2003, p. 2013).

A partir da “Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul”, na cidade de Guayaquil, no ano de 2002, o IIRSA define os princípios orientadores. Dentre estes princípios estão: a coordenação e cooperação entre os setores públicos e privados, a redução de barreiras internas ao comércio, o aperfeiçoamento da infraestrutura, a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, o aumento do valor agregado dos produtos exportados, a importância das novas tecnologias de informação para o desenvolvimento regional, além de definir a América do Sul como espaço geoeconômico conjunto.

Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Guayaquil, em julho de 2002, [...]

[...] a visão estratégica da América do Sul, estabelecidos no IIRSA podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- a) Coordenação público-privada: [...]
 - b) Regionalismo aberto e convergência normativa: a América do Sul é concebida como um espaço geoeconômico plenamente integrado, [...]
 - c) Eixos de integração e desenvolvimento: o espaço sul-americano é organizado em faixas multinacionais [...] nas quais se busca estabelecer um padrão mínimo de infraestrutura de transportes, energia e comunicações, [...] apoiar cadeias produtivas com grandes economias de escala ao longo desses eixos, seja para o consumo interno da região, seja para a exportação aos mercados globais.
 - d) Sustentabilidade econômica, social e ambiental: [...]
 - e) Aumento do valor agregado da produção: as economias devem orientar-se para a conformação de cadeias produtivas em setores de alta competitividade global, com base na geração de valor agregado nos recursos naturais.
 - f) Tecnologias de informação: o uso intensivo das mais modernas tecnologias de informática e comunicações é parte integral das condições para um desenvolvimento viável no âmbito da economia globalizada. [...]
- (Quintanar; López, 2003, p. 2014).

Conforme indicado na citação acima, o IIRSA estabelece os espaços no continente, instituindo zonas para aperfeiçoamento da infraestrutura, tecnológica, energia, transportes, e de comunicações para a materialização de cadeias produtivas com economias de larga escala.

Dessa forma, o IIRSA definiu “10 eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)”, organizando o continente em diferentes espaços, por exemplo, “Andino” a fim

de estabelecer planejamento adequado para a execução dos projetos de infraestrutura:

[...] enquanto um plano de integração para toda a América do Sul, regionalizou o continente por meio da seleção de 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) Andino, Andino do Sul, Capricórnio, Hidrovia Paraguai-Paraná, Amazonas, Escudo Guianês, do Sul, Interoceânico Central, Peru-Brasil-Bolívia e MERCOSUL-Chile, isto é, grandes obras de infraestrutura com capacidade de articular territórios (Souza, 2015, p. 23).

Para a materialização do IIRSA forma-se a de Agenda Implementação Consensuada (AIC) com previsão de execução de mais de 30 obras entre 2005-2010. A partir de 2011, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), atualiza os projetos fundamentais, e a AIC passa a denominar-se Agenda de Projetos Prioritários (API).

[...] assim, em novembro de 2004, foi selecionado, em meio ao Portfólio da IIRSA, um grupo constituído por 31 obras, que vieram a compor a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) para o período de 2005-2010. Já no ano de 2011, com o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) essa lista de projetos principais foi atualizada, recebendo o nome de Agenda de Projetos Prioritários (API), com obras delimitadas para o período de 2011-2016 (Souza, 2015, p. 25).

O custo das obras soma mais de 1 milhão de dólares, e, neste período de 2005-2010, havia três projetos em sendo efetivados, três estágios de pré-elaboração e um projeto em fase de concessão. De acordo com último informe de 2010, o conjunto de obras havia evoluído para um custo de mais de 7 milhões de dólares, apesar de não haver nenhuma finalizada.

[...] no ano de 2005, investimentos estimados no valor de US\$ 2.882 milhões, havendo três projetos em execução, três projetos em pré-execução e um projeto em licitação. Prontamente, no ano de 2010, momento em que foi divulgado o último informe da carteira de projetos, os custos totais das obras haviam evoluído para US\$ 8.135 milhões e nenhuma obra ainda tinha sido concluída (Souza, 2015, p. 25).

É preciso mencionar algumas obras de infraestrutura realizadas no âmbito desse acordo; dentre essas, a intervenção para melhorias na BR101- e outras obras viárias anexas. Também se realizou a construção de pontes entre Brasil e Uruguai, como a “Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco” e uma série de aperfeiçoamentos nos eixos rodoviários que conectam Brasil, Argentina e Uruguai.

[...] ampliação e duplicação da BR-101 entre o município de Palhoça/SC e Osório/RS, trata-se de uma extensão de 337,5 km de rodovia (249 km no Estado de Santa Catarina e 88,5 km do Estado do Rio Grande do Sul). O projeto contou também com a restauração de pontes, construção de túneis, viadutos, passagens interiores e passarelas, a fim de reduzir tempo e custo de viagem pelo trajeto [...]

O Brasil, em parceria com o Uruguai, foi responsável igualmente pela construção da segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, a Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco, que ligará a BR-116 e a Rota 26 UR.

Já no território argentino, deverá ocorrer a duplicação [...] da Rota 14, de modo a ampliar a capacidade operacional da estrada, buscando facilitar a circulação entre as cidades fronteiriças de Uruguaiana (BR), Paso de Los Libres (AR), a cidade de Frey Bento (UR) e Gualeguaychú (AR) (Souza, 2015, p. 26).

Também há outras obras importantes sendo desenvolvidas como a “Rota Transandina” e o “Gasoduto do Nordeste Argentino”. Essas obras permitirão o incremento comercial e econômico regional; a “Transandina”, por exemplo, permite que sejam transportadas mais de 4 milhões de toneladas de mercadorias vindas do MERCOSUL.

[...] ampliação das rodovias da Rota Internacional 60 CH (Rota Transandina), a qual tem início na fronteira entre Chile e Argentina, nesse trecho percorrem cinco milhões de toneladas de mercadorias anualmente advindas dos países do MERCOSUL.

[...] o projeto Gasoduto do Nordeste Argentino (GNEA) deverá percorrer 1500 km, perpassando pelas províncias de Salta, Formosa, Chaco, Misiones, Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé, possibilitando a interconexão das reservas de gás do norte argentino e da Bolívia, com o Sistema Nacional Interconectado de Gasodutos Troncales de Argentina (Souza, 2015, p. 27).

Cabe destacar que parte dos investimentos do IIRSA tem sido em infraestrutura, sobretudo, no modal rodoviário; dos seis grupos de ação propostos dentro da iniciativa regional, percebe-se grande parte dos programas é para infraestrutura de transporte e, em menor medida, para o setor de energia.

[...] em seis Grupos de Trabalho que ficaram responsáveis pela elaboração de projetos que compuseram o EID em questão, como poderemos verificar adiante. Destacam-se, assim, cinco grupos de infraestruturas de transporte: G1, Belo Horizonte – Fronteira Argentina/ Brasil- Buenos Aires; G2, Porto Alegre – Limite Argentina/ Uruguai – Buenos Aires; G3, Valparaíso – Buenos Aires; G4, Coquimbo – Região Central Argentina e Paysandú; G6, Pehuenche; e, por fim, o G5, Grupo Energético (Souza, 2015, p. 30).

Também se verificam projetos nos setores hidroviários, ferroviários e energia com diversos projetos, a exemplo do túnel fluvial entre as cidades de “Paraná e Santa Fé. Também é importante mencionar os projetos relacionados à infraestrutura

energética, como as iniciativas de ampliação de energia e construção de novos gasodutos.

G4: Coquimbo – Região Central Argentina e Paysandú tem grande parte dos projetos designados em território argentino. Os mesmos foram estruturados em torno da reconstrução/ampliação da Rota Nacional 168 e do túnel subfluvial entre as cidades de Paraná e Santa Fé, com grande parte dos projetos ligados à pavimentação, duplicação e construção de novas pontes nessa rota.

G5: Equipe destinada ao setor energético, com enfoque nos projetos de energia elétrica (ampliação da geração de energia em plantas existentes) e gás (projetos de gasodutos) (Souza, 2015, p. 30).

O IIRSA é organizado para constituir um elo estratégico para melhorar a integração regional através do aprimoramento da infraestrutura dos países sul-americanos, acarretando competitividade e crescimento econômico. A ideia é que o desenvolvimento da infraestrutura alavanque a competitividade regional, implicando a ampliação das trocas comerciais.

O IIRSA coloca a integração física à frente da integração econômica, para acelerar a marcha de todo o processo de integração sul-americano. Orientado por uma visão estratégica sul-americana, estabelece as bases para aumentar o comércio inter-regional, permitindo reter e distribuir uma maior parte de seus benefícios, aumentando ao mesmo tempo a competitividade da região (Quintanar; López, 2003, p. 215).

Os obstáculos geográficos, como Cordilheira dos Andes ou Floresta Amazônica constituem um dos entraves para a integração mercados. Portanto, só o aperfeiçoamento da infraestrutura poderá superar as barreiras naturais que dificultam o aprofundamento da integração.

Na América do Sul, o acesso a mercados é dificultado pela presença de importantes obstáculos geográficos, como a Cordilheira dos Andes, a Floresta Amazônica e um extenso sistema de rios e pântanos. Devido aos fatores naturais, bem como a um centralismo absorvente, a população sul-americana se encontra principalmente nas áreas costeiras, havendo espaços semivazios nas zonas internas. A combinação desses fatores implica que a articulação do território para gerar acesso a mercados seja de vital importância e requeira grandes investimentos em infraestrutura (Quintanar; López, 2003, p. 216).

É necessário destacar que o IIRSA não promove uma integração simétrica, por exemplo, as necessidades energéticas são diferentes de um país para outro, portanto, países mais industrializados demandam por mais energia. Dessa forma, os projetos de infraestrutura acabarão por beneficiar com maior intensidade os países

mais industrializados como o Brasil e a Argentina. Há uma assimetria econômica entre os estados, portanto, a distribuição dos benefícios do IIRSA será de acordo com atividade econômica de cada um. A heterogeneidade econômica também é reflexo da dimensão territorial das nações e do número de habitantes de cada espaço geográfico.

Por último, é necessário levar em consideração que o IIRSA não é uma iniciativa nem de aplicação nem de resultados homogêneos para todos os países sul-americanos. Como conclusão preliminar pode-se inferir que o significado e os benefícios potenciais podem favorecer a todos os sócios no sentido dos ganhos conjuntos, mas em termos relativos, mais ao Brasil do que à Argentina.

Quanto à integração energética, é provável que os países de maior desenvolvimento industrial da região e que padecem de crises energéticas recorrentes, como a Argentina, porém mais acentuadamente o Brasil nos últimos anos, favoreçam-se com um mercado energético integrado que possa fornecer energia a países com déficit (Quintanar; López, 2003, p. 218).

Em suma, o IIRSA é um mecanismo de articulação da integração regional entre os países do MERCOSUL e da UNASUL a partir do estabelecimento de projetos de infraestrutura nos 12 países da América do Sul. Mais do que um simples projeto, a IIRSA é objetivamente a materialização da integração sul-americana por meio da construção de estradas, rodovias, ferrovias e, gasodutos.

1.9 Aliança Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA) (2004)

A partir da crise da Comunidade Andina, como vimos anteriormente, surgem dois importantes fóruns no século XXI para esta região da América Latina, sendo estes dois grupos respectivamente: a ALBA e a Aliança Para o Pacífico. ALBA é liderada pela Venezuela, país favorecido economicamente pelos ganhos com exploração petrolífera, que se aproveita dessa força econômica para impulsionar seu regionalismo, influenciando países com governos que partilham da mesma ideologia política e econômica.

A ALBA surge em 2004, denominada de Alternativa Bolivariana para as Américas como contraponto à Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA³⁰), iniciativa de integração continental liderada por Estados Unidos, com apoio

³⁰ ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) foi uma ideia apresentada George W. Bush então presidente dos Estados Unidos na Cúpula das Américas, realizada na cidade Miami em 9 de dezembro de 1994. A proposta estadunidense constituía eliminar as barreiras alfandegárias em todos os países americanos, com exceção de Cuba, estabelecendo uma área de livre comércio.

econômico do capital financeiro internacional e de marcas conhecidas pelo *Establishment* como: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, todas as instituições-chaves do Consenso de Washington³¹.

Em 2004 foi criada, por iniciativa cubana e venezuelana, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). [...] é sustentada por princípios norteadores como a solidariedade, cooperação, bem-estar, formação integral [...] Inicialmente, denominada Alternativa Bolivariana para as Américas, essa organização foi criada no intuito de constituir um contraponto a proposta de integração hemisférica da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), liderada pelos Estados Unidos e impulsionada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional [...] (Bressan; Luciano, 2018, p. 73).

Portanto, a ALBA é a principal organização latino-americana, em termos regionais, que se opõem ao projeto da ALCA; a Aliança Bolivariana é fundada sob liderança de Cuba e Venezuela para reunir os países latino-americanos a fim de formar uma aliança política independente da hegemonia estadunidense no hemisfério. Enquanto a ALCA propunha exclusivamente uma relação comercial em consonância com neoliberalismo, a ALBA pautava a cooperação social, cultural, política, enfatizando a luta contra a desigualdade social, o analfabetismo entre outras questões que inviabilizam o desenvolvimento e a superação do retrocesso socioeconômico nos países dependentes.

Ao estruturar um eixo político-ideológico, a ALBA, promovida pela Venezuela e Cuba, foi inicialmente identificada como a principal contraposição à ALCA. Não obstante, independentemente da reorientação que a ALCA tomou a partir de 2005, ela se caracterizou por enfatizar a necessidade de reforçar a integração a partir de um enfoque de cooperação e solidariedade política, social e cultural, destacando a luta contra a pobreza, a exclusão social, a discriminação e o analfabetismo, entre outros elementos. Essa iniciativa, que representa a ponta de lança da proposta de integração bolivariana, tal como propõe o governo de Hugo Chávez, em seu Plano Estratégico da União de Povos e Repúblicas [...] (Preciado, 2008, p. 258).

Dentre os países fundadores destacam-se Cuba e Venezuela; o primeiro país, em razão da Revolução socialista³², enfrenta há mais de 40 anos o embargo

³¹Constituem um conjunto de dez medidas econômicas neoliberais formuladas pelo economista britânico John Williamson dentre as quais incluem desregulamentação financeira, austeridade fiscal, livre-mercado, privatização de empresas estatais, taxas de juros determinadas pelo mercado, estas ideias são a base da política econômica do FMI, Banco Mundial e das demais instituições financeiras sediadas em Washington.

econômico estadunidense. Desde a ascensão de Hugo Chávez³³ ao poder, a Venezuela tem apresentado uma política econômica e social independente do centro hegemônico mundial. Também são membros dessa associação: Bolívia, Equador, Nicarágua estando outros países em processo de adesão.

A ALBA é marcada pelo discurso que destaca a importância de combater a pobreza e a exclusão social, com retórica anti-imperialista. O ideal bolivariano, inspirado em Simon Bolívar, é uma nova versão da luta pela independência dos países latino-americanos, uma luta que já não é pela independência política, e sim, econômica, dos países.

O protagonismo crescente da Venezuela na região, junto aos ganhos derivados da exportação de petróleo, contribuiu para o projeto ganhar força entre países ideologicamente próximos e enfatizar as questões sociais entre seus princípios, como a luta contra a pobreza e a exclusão social. Ademais, preconizam o anti-imperialismo e o ideal bolivariano entre seus membros, que atualmente são Venezuela, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua, além de Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Santa Lucia e Suriname, em processo de adesão. [...] (Bressan; Luciano, 2018, p. 73).

Deste modo, o protagonismo da Venezuela é fundamental, pois com recursos obtidos pela exploração do petróleo, financia e fomenta a política em torno da ALBA, sendo o principal impulsionador do grupo e da sua agenda. Ao liderar a iniciativa, esse país consolida sua posição como semiperiferia emergente e leva sua influência aos países vizinhos, articulando estados e grupos sociais de esquerda.

[...] importante identificar as aspirações da Venezuela, que se autopromove (e obtém uma crescente interlocução) como uma semiperiferia emergente, em busca de uma projeção continental. Sua estratégia, caracterizada por seu enfático discurso anti-estadunidense, promove uma série de projetos reivindicativos da integração bolivariana, mediante alianças político ideológicas regionais com estados e grupos sociais de esquerda, e um sustentável exercício da petropolítica em âmbito mundial (Preciado, 2008, p. 258).

³²A Revolução Socialista ou Cubana, foi um movimento político e militar sob a liderança de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, que depuseram o ditador pró-estadunidense Fulgência Batista, consolidando o poder político em 1959, após isso foram realizadas uma série de medidas econômicas e sociais como nacionalização de empresas estrangeiras, a expropriação de terras, investimentos maciços na saúde básica e na educação. Portanto, realizou-se uma série de medidas econômicas e sociais que contrariavam os interesses estadunidenses, a consequência disso foi retaliação econômica com a proibição das empresas que atuam nos EUA de estabelecerem negócios com o regime cubano.

³³Hugo Rafael Chávez Farias ou apenas Hugo Chávez, foi presidente nacionalista da Venezuela entre 1999 a 5 de março de 2013 dentre suas teses defendidas estavam, o bolivarianismo e o socialismo do século XX. O governo caracterizou-se por utilizar o dinheiro ganho no petróleo em ações sociais no país, o seu governo foi mundialmente conhecido pela retórica anticapitalista, antiamericana e anti-imperialista.

Entre as ações realizadas no âmbito deste fórum regional destacam-se mecanismos que visam diminuir as diferenças econômicas entre os países-membros, além de uma política que prioriza a cooperação deste bloco com as demais iniciativas regionais da América Latina. Também existe a proposta de que os países participantes adotem uma moeda comum.

A ALBA propõe a criação de mecanismos cooperativos no intuito de compensar desequilíbrios entre os países do hemisfério, pois além de levar a cabo iniciativas para diminuir as assimetrias entre seus membros, prioriza também a construção de relação e cooperação com os demais projetos de integração da América Latina. O bloco propõe a construção de uma moeda comum chamada de Sistema de Compensação Único Regional, Sucre (Bressan; Luciano, 2018, p. 73).

Dentre as realizações implementadas em consonância com a ALBA está a Petrocaribe, uma cooperação na área petrolífera impulsionada pela Venezuela a fim de assegurar a segurança energética regional através de uma política de subsídios e o estabelecimento de empresas mistas para operar no mercado petrolífero; além de uma política que tem como objetivo desenvolver a infraestrutura aérea e marítima regional.

Concomitante à ALBA, foi criada a Petrocaribe, por iniciativa venezuelana, em cooperação aos países da América Central e do Caribe, cujo principal objetivo é contribuir para a segurança energética da região. O mecanismo defende um modelo de cooperação de energia [...] cuja base é a política de concessão preços subsidiados da Venezuela e a construção de empresas mistas para operar no mercado de petróleo. A Petrocaribe deve ser entendida como um instrumento de cooperação da ALBA para além das questões estritamente energéticas propõe projetos para o desenvolvimento do transporte aéreo e marítimo na sub-região (Bressan; Luciano, 2018, p. 73).

Assim a ALBA é caracterizada por um regionalismo antineoliberal, com uma política econômica que se contrapõe à hegemonia estadunidense na América Latina colocando-se como aglutinador de forças políticas na preservação e defesa da soberania econômica dos países. A aliança logrou conseguir protagonismo apoiando-se nas receitas do petróleo venezuelano, e seus líderes fundadores já falecidos, são Fidel Castro e Hugo Chávez, respectivamente de Cuba e Venezuela.

[...] qualifica-se no marco “pós-hegemônico” pela oposição aos Estados Unidos, pelo questionamento das políticas neoliberais [...] novas formas de cooperação e comércio [...], baseados em outros princípios e valores. [...] proposta bolivariana, capitaneada pela liderança de Chávez e de Castro e

financiada pelos recursos do petróleo venezuelano, segue radicalmente preceitos do regionalismo pós-liberal, com forte discurso antihegemônico e antiamericano (Bressan; Luciano, 2018, p. 74).

Em suma, o Bolivarianismo, é parte integrante da política ideológica da ALBA e pode ser definido, em termos genéricos, como resposta às imposições políticas e econômicas do império estadunidense aos países da região. Mais do que um simples contraponto ao neoliberalismo, o Bolivarianismo, cuja expressão visível é a ALBA, indica um caminho alternativo às demandas do mercado financeiro internacional e à política de rapina praticada pelos grupos econômicos do centro do capitalismo.

1.10 União de Nações sul-americanas (UNASUL) (2008)

A UNASUL é organizada no contexto histórico marcado pela redemocratização dos países sul-americanos e posterior aos governos neoliberais que conduziram a região. Neste período acontece na América Latina um fenômeno político que muitos estudiosos denominam de onda vermelha, em referência à chegada ao poder dos países latino-americanos de vários líderes de esquerda. A ascensão desses governos progressistas e nacionalistas na região do Cone Sul, implicou uma agenda política e econômica que buscou a autonomia e soberania em relação à hegemonia estadunidense, tanto no plano interno, pois eram avessos ao neoliberalismo, quanto no plano externo; propondo um regionalismo heterogêneo e com viés político emancipatório e autônomo em relação à influência política do ocidente, em particular dos Estados Unidos, pois buscavam trilhar seu próprio caminho com mais autonomia política e soberania econômica.

O início do século XXI foi marcado por um sentimento de esperança em toda a América do Sul. Após os regimes militares e os governos neoliberais que os sucederam, partidos progressistas – de esquerda ou nacionalistas – assumiram o poder nos principais países da região. No âmbito doméstico, os governos eleitos implementaram políticas econômicas mais intervencionistas e políticas sociais responsáveis por retirar milhões de pessoas da extrema pobreza. No plano internacional, os novos líderes adotaram políticas externas mais autônomas e propuseram a construção de um regionalismo diferente, marcado pela heterogeneidade e por seu caráter político, cuja principal expressão é a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (Nery, 2016, p. 59).

A UNASUL é a primeira grande iniciativa de integração regional que busca abarcar todos os países da América do Sul, e o objetivo dessa organização supranacional, consiste em uma integração ampla, abarcando várias áreas: política, economia, e a infraestrutura etc., sendom elo convergente com os outros projetos regionais desenvolvidos na América Latina.

União de Nações Sul-Americanas (Unasul) desenha-se nos últimos anos como novo nível de integração regional na América do Sul, somando-se ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), à Comunidade Andina (CAN) e à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) – sem contar as várias iniciativas de cooperação bilaterais no interior do subcontinente e multilaterais [...] veredas que se bifurcam do multilateralismo sul-americano, a Unasul é criada com amplos objetivos políticos, sociais, econômicos, securitários e de infraestrutura, visando à convergência gradual das demais iniciativas de integração na região (Meuner; Medeiros, 2011, p. 673).

As origens desta organização remontam à “Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul” realizada no Brasil no ano 2000, e neste encontro, são temas de debate, entre líderes dos países, estruturas de organização e cooperação entre os estados sul-americanas em várias áreas como: comércio, segurança e tecnologia. É importante destacar que, durante esta conferência, é criada a IIRSA. Mas é na terceira Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2004, que seria composta a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Mais tarde, em 2007, os representantes dos países mudam o nome da iniciativa regional para União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e ano seguinte os países sul-americanos ratificam o tratado de constituição, que será completado por todos os integrantes em 2011, portanto, o ano que pode ser considerado como de sua fundação.

As origens da Unasul remontam à Primeira Reunião de Presidentes da República da América do Sul, a qual se dá em Brasília, [...] 2000, a convite do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.[...] discute-se como organizar a convivência cooperativa e coordenada entre os Estados nos setores de comércio, infraestrutura, luta contra drogas ilícitas, informação e tecnologia [...]

É na Terceira Reunião de Presidentes do subcontinente, realizada [...] 2004 em Cusco, que se decide criar a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), reforçando a pretensão de formar um bloco econômico entre os doze países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname.

Em 2007, os representantes dos Estados-membros da CASA, [...], decidem mudar sua epígrafe para União de Nações Sul-Americanas (Unasul), assinando no ano seguinte seu Tratado Constitutivo – o qual tem a ratificação [...] em agosto de 2011 (Meuner; Medeiros, 2011, p. 673).

A diferença importante dessa ação regional para as demais, é que essa aliança é marcada pela busca da autonomia regional, portanto, um grupo que é articulado entre os países latino-americanos, sendo sua área de circunscrição a América Latina, com o objetivo do fortalecimento econômico, político e econômico dos países latino-americanos.

Embora reconheça as instâncias de integração latino-americanas e tenha o objetivo de para elas contribuir, a Unasul reduz o âmbito regional do latino ao sul-americano respondendo a anseios operacionais e de autonomia, já que a maioria dos países da América Central, inclusive o México, possuem nas relações com os Estados Unidos (Meuner; Medeiros, 2011, p. 677).

Também é parte da estratégia da UNASUL estabelecer a convergência regional com dois blocos, o MERCOSUL e a CAN, nesta direção criou-se em 2010, o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças. Apesar da pouca integração em matérias de comércio, indústria e finanças, os líderes regionais têm estabelecido iniciativas políticas que se desdobram em consequências econômicas, a própria ideia da IIRSA está articulada ao objetivo da UNASUL.

[...] estratégia econômica da Unasul se baseia na convergência dos outros processos de integração (Mercosul e CAN) e dos acordos bilaterais entre eles e com outros países da região. Ainda não se estabeleceram regulamentações próprias sobre como se dará essa convergência, e apenas em 26 de novembro de 2010 criou-se uma instância específica para fomentá-la, o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças. [...] Ademais, a promoção de obras de infraestrutura, central desde a primeira Reunião de Presidentes Sul-Americanos, tem como fim primeiro o desenvolvimento econômico dos países por meio da articulação física entre eles (Meuner; Medeiros, 2011, p. 678).

Portanto, a UNASUL é construída pelos países da América Latina para ser uma alternativa política e econômica, um fórum multilateral com autonomia em relação aos países centrais para debater temas políticos, sociais, econômicos e de segurança que afetam a região. A ideia é a construção dessa entidade para operar dentro dos termos de um mundo multipolar, inclusive como mecanismo institucional capaz de substituir as funções que cabem na atualidade a OEA:

[...] primeiro, a ideia de que a Unasul permite a organização do sistema regional sul-americano de modo a constituir a região num polo de poder frente o mundo multipolar do século XXI, seja pela manutenção da estabilidade democrática, pela promoção de integração setorial, pela emancipação democrática e dos direitos humanos ou pela substituição do mecanismo hemisférico da OEA; segundo, a ideia de que a Unasul é um conjunto de possibilidades: suas capacidades para

alcançar seus objetivos ou cumprir suas funções são capacidades potenciais – a institucionalização da organização e a convergência de interesses dos Estados-membro seriam as bases para transformar essas potencialidades em realidade (Antunes, 2020, p. 234).

Não obstante as ambições em torno da UNASUL, a baixa institucionalidade da entidade, e a dependência dessa organização em relação à liderança do Brasil dificultou seu avanço e significou a sua estagnação após a crise política interna brasileira, cujos desdobramentos remetem a 2013³⁴, que culminaram com a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff.

[...] a Unasul representaria a constituição da América do Sul em um novo polo de poder num mundo multipolar, a substituição da governança hemisférica pela governança subcontinental, e a possibilidade de estabilização das relações regionais. Contudo, constatou-se que a Unasul sempre foi dependente da liderança e do apoio brasileiros, além de integrar um projeto que fazia dela um dentre vários objetivos internacionais [...] outra observação [...] diz respeito à fraca institucionalização e à heterogeneidade de países como fatores que mantinham a Unasul refém da disposição brasileira – a qual, como se sabe, mudou drasticamente a partir da crise interna desatada em 2013 (Antunes, 2020, p. 241).

Por fim, a UNASUL é uma iniciativa regional liderada pelo Brasil, e com o apoio de países-chaves como Venezuela e Argentina, duas importantes economias regionais, buscou reafirmar a soberania e autonomia dos países da região em relação à hegemonia estadunidense e de seus aliados diretos, é um projeto que rivaliza com *status quo* da ordem mundial em descenso, ordem que imperou desde o fim da Guerra Fria sob a liderança dos Estados Unidos e o grupo do G7³⁵.

³⁴ A partir de 2013 eclodiram no Brasil manifestações contra o aumento do preço das passagens de ônibus, metrô e trem iniciadas a partir da cidade de São Paulo, logo estas manifestações espalharam-se pelo país, e com decorrer do processo histórico os atos públicos foram disputados pelos segmentos políticos da esquerda e direita. Após uma disputa acirrada nas ruas entre direita e esquerda, a direita passou a liderar as passeatas e conseguiu capitanear a insatisfação popular expressa nesses protestos contra o governo de esquerda, então liderado pela presidenta Dilma Rousseff. A direita aproveitou-se da insatisfação de relevantes setores da classe média e convocou protestos políticos contra o governo de Dilma Rousseff que foi deposta, após um questionável processo impeachment sem crime, que também foi chamado de Golpe de Estado pelos partidários e simpatizantes do governo.

³⁵ O G7 é uma organização política internacional e intergovernamental formada por Alemanha, Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido. Além de representação política da União Europeia. Esse grupo já reuniu as principais economias do mundo, mas na atualidade, outras nações ganham relevância política e econômica no cenário internacional, exemplo da China que em termos econômicos ultrapassou o Japão e Alemanha se tornando a segunda economia mundial.

1.11 Comunidade dos Estados Latinos e caribenhos (CELAC) (2010)

O surgimento da CELAC não pode ser compreendido sem reconhecer o papel do Brasil como ativa liderança desse processo de integração, pois foi sob a direção brasileira que se promoveu a aproximação dos países da América do Sul com a América Central e Caribe, após o governo da maior nação sul-americana articular reuniões entre os líderes dessas diferentes nações.

A política externa brasileira tem priorizado fomentar as relações diplomáticas, políticas, culturais e econômicas com os países da América Sul, aproximação que antecede a reabertura democrática desses países. E a partir de 1985 ainda no contexto de redemocratização dos países do América do Sul, os presidentes da Argentina e Brasil, respectivamente, Raúl Alfonsín e José Sarney, estabelecem as bases da nova e moderna iniciativa de integração, ao firmar a pedra fundamental do Mercado Comum Latino Americano com a “Declaração do Foz de Iguaçu”.

A América do Sul é uma das prioridades da política externa brasileira há mais de 20 anos. A partir da reaproximação com a Argentina, iniciada ainda na ditadura militar, o primeiro marco dessa orientação pode ser considerado a Declaração de Foz do Iguaçu, assinada em 1985 pelos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina. Esta declaração foi a base da integração do Cone Sul e da futura constituição do Mercado Comum do Sul (Gonçalves, 2011, p. 49).

A aproximação do Brasil com os países da América do Sul progride, mas é a partir do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que existe o desenvolvimento dessas relações diplomáticas, em direção aos demais países da América Latina, alcançando a América Central e Caribe. O país tornar-se observador desde 2004 da CARICOM, e a declaração de Brasília ratifica o compromisso do Brasil com a integração latino-americana.

O Brasil se tornou, desde 2004, observador junto à CARICOM. Em 2005, o presidente Lula participou da Reunião de Cúpula do CARICOM, em Paramaribo. A aproximação se intensificou com a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília em abril de 2010. A Declaração de Brasília, resultante dessa cúpula, evidencia o comprometimento do Brasil com a integração da América Latina e o Caribe (Gonçalves, 2011, p. 50).

Mas em 2008 a iniciativa se consolida a partir da reunião da “I CALC” Cúpula de chefes de estado e governo da América Latina e Caribe.

A iniciativa mais importante no processo de aproximação do Brasil com a América Latina e o Caribe, no entanto, foi a convocação da I CALC. [...]

A iniciativa mais importante no processo de aproximação do Brasil com a América Latina e o Caribe, [...]. O encontro ocorreu em dezembro de 2008, em Salvador, e foi a primeira ocasião em que os chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe se encontraram sem o patrocínio dos Estados Unidos ou de países europeus (Gonçalves, 2011, p. 51).

Na abertura do evento, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou o compromisso da nação lusófona com a integração latino-americana e caribenha, e, em novembro de 2009, Cuba é incorporada ao Grupo do Rio, além de se definir compromisso para aprofundar a cooperação política existente entre os países:

[...] A vocação latino-americana e caribenha é, portanto, colocada pelo presidente do Brasil como condição sine qua non para a integração dos países da região. No mesmo período, Cuba foi incorporada ao Grupo do Rio. Em novembro de 2009, na Jamaica, houve uma reunião em nível ministerial entre os países da CALC, na qual foi aprovado o Plano de Ação de Montego Bay, avançando as discussões iniciadas na primeira cúpula (Gonçalves, 2011, p. 51).

Mas é no segundo encontro da Cúpula dos Chefes de Estado e Governo da América Latina e Caribe, que é formada a CELAC a partir da fusão dessa entidade com os países do Grupo do Rio, constituindo a primeira organização que reunirá todos os países da América Latina e Caribe, sem ter participação dos Estados Unidos ou Canadá, portanto, constituindo integralmente um agrupamento que se circunscreve somente a países da periferia do capitalismo.

Na II CALC, realizada em fevereiro de 2010 em Cancun, os países da região decidiram criar a CELAC, fundindo o Grupo do Rio com a CALC. A CELAC, que deverá ser formalizada na III CALC, em dezembro de 2011 em Caracas, será a primeira organização que reunirá todos os países da América Latina e do Caribe, sem a presença dos Estados Unidos e do Canadá (Gonçalves, 2011, p. 51).

A CELAC é consequência da fusão de dois grupos de países latino-americanos, o Grupo Rio e a CALC. O Grupo do Rio é formado a partir de fóruns regionais que buscavam soluções negociadas dos conflitos civis existentes na América Central sem a participação direta dos EUA ou URSS, envolvidos nessas disputas políticas que eram decorrência da Guerra Fria.

[...] a fusão dessas duas iniciativas até então independentes, a CALC e o Grupo do Rio – nome pelo qual ficou conhecido o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986. Os antecedentes do Grupo do Rio foram o Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) e de Apoio a Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), criados durante a Guerra fria com intuito

de obter uma solução negociada para as guerras civis na América Central, sem a participação direta dos EUA e da URSS (Silva, 2022, p. 214).

A participação brasileira é determinante na organização da CELAC, pois o país é a maior economia da América Latina, o que lhe permitiu os recursos financeiros necessários para o estabelecimento de quinze novos postos diplomáticos, conseguindo assim possuir pela primeira vez representações consulares em todos os países da região, pois nenhuma integração regional poderia ser viável sem o esforço diplomático, condição imprescindível para aprofundar a cooperação econômica e política entre as nações latino-americanas.

Desde 2003, o Brasil abriu 15 novos postos diplomáticos na América Latina e no Caribe, possuindo, pela primeira vez, embaixadas residentes em todos os países da região. Essa ação é significativa, [...] (nenhum processo de integração pode ser bem-sucedido sem fortes ações bilaterais, especialmente quando há uma percepção ampla acerca da existência de assimetrias entre os países envolvidos (Gonçalves, 2011, p. 51).

Em 2011, a CELAC progride, ao estabelecer metas e definir pactos políticos indispensáveis para o seu funcionamento, alicerçada por uma estrutura política intergovernamental. A instância superior é a “Cúpula de Chefes de Estado” em que os líderes das respectivas nações deliberam o futuro desta cúpula, apreendida como fórum de cooperação Sul-Sul, baseado em princípios como multilateralismo, e o direito internacional.

O encontro de 2011 na capital Venezuelana [...] listou os temas de cooperação, princípio políticos e parâmetros de funcionamento da CELAC, aos quais definiram uma institucionalidade mínima, [...] intergovernamentalismo: a instância suprema é Cúpula de Chefes de Estado, que toma as decisões políticas e decide a evolução do organismo. [...] concebida como foro de concertação política e de articulação e promoção da cooperação Sul-Sul. Em relação ao sistema internacional, a posição adotada correspondia a uma irrestrita adesão ao multilateralismo, ao direito internacional e à carta das Nações Unidas (Silva, 2022, p. 214).

Não obstante aos revezes políticos que se desdobram por toda América Latina, com a ascensão da direita e extrema direita neoliberal em diversos países e com campanhas que sabotam e põe fim aos governos progressistas e abertamente hostis aos interesses dos Estados Unidos na região. A reação dos aliados do império na região materializou-se na nova agenda anti-CELAC e pró-estadunidense, com

desarticulação e o enfraquecimento de iniciativas regionais mais autônomas como UNASUL.

[...] as mudanças políticas vivenciadas a partir de 2015 por diferentes países da região, com ascensão de governos de direita, levaram ao abandono de projetos regionais pós-liberais, causando reconfiguração da integração de tipo subordinada, em detrimento das estratégias regionais autonomistas. Os projetos políticos dos novos governos demonstraram outras prioridades para região, incluindo a volta do exclusivismo da agenda comercial e da preferência de articulações externas com Estados Unidos e a Europa em detrimento das relações inter-regionais (Silva, 2022, p. 215).

Por fim, o esvaziamento da CELAC não é seu fim, mas isto é perene frente à nova agenda neoliberal protagonizada pelos governos de direita e extrema-direita. O retorno do Brasil a este fórum acontece após a mudança de governo, após a ascensão da liderança progressista de Luiz Inácio Lula da Silva, que retorna à presidência da República Federativa do Brasil. O novo mandatário promove uma nova agenda diplomática em prol da cooperação Sul-Sul, ao visitar nos primeiros meses de governo, a Argentina, o Uruguai e planejar visitas aos países da África e China.

1.12 Aliança para o pacífico (2012)

Em contraste com a Aliança Bolivariana Para os Povos de Nossa América, é articulada a Aliança Para o Pacífico, com princípios ideológicos em defesa de um regionalismo aberto, optando por uma liberalização comercial mediante assinatura de tratados de livre-comércio com países com grande assimetria econômica, por exemplo, entre os países centrais e periféricos. É evidente a disparidade, pois muitos setores que são altamente desenvolvidos nos países centrais como as áreas de tecnologia, robótica, informática e indústria 4.0.

Por sua vez, recentemente, em 2012, inaugurou-se uma iniciativa de integração ideologicamente oposta, a qual retoma no preâmbulo de seu acordo marco os princípios do regionalismo aberto. A Aliança do Pacífico, composta por Colômbia, Peru, Chile e México, aglomera países com padrões de inserção internacional muito próximos, pautados pela liberalização comercial e a assinatura de tratados de livre-comércio com países desenvolvidos e em desenvolvimento. (Bressan; Luciano, 2018, p. 74).

A criação da Aliança do Pacífico indica o aprofundamento da complexidade dos processos de integração na América do Sul, sobreposições de experiências diferentes, contraditórias entre si e inacabadas.

Com a criação da Aliança do Pacífico, o quadro dos esquemas de integração na América Latina se tornou mais complexo e sobreposto, haja vista a presença de iniciativas tanto de escalas diferentes (latino-americana, sul-americana, andina), como de premissas de modelos de integração distintas (Bressan; Luciano, 2018, p. 74).

O México destaca-se como liderança política e econômica e importante deste bloco, além da participação de relevantes países em matéria econômica como Colômbia e Chile:

[...] la Alianza del Pacífico cuenta con una clara potencia regional latinoamericana: México. De igual manera, dentro de la configuración del orden regional, y teniendo en cuenta las capacidades de Estados menores, Colombia y Chile han sido catalogados como potencias regionales secundarias (Ortiz Morales, 2017, p. 60).

O bloco tem uma política econômica que privilegia tratados de livre-comércio com outras áreas do mundo em detrimento da relação econômica com os países da região, além de manter estreito vínculo político e econômico com os Estados Unidos:

[...] opta por una transformación moderada del orden vigente, observa a Estados Unidos como un amigo, preserva una posición de relativa indiferencia hacia la región y es bastante activo en la búsqueda de mayores vínculos extra-hemisféricos [...] Estados Unidos constituye un importante referente de política exterior más no el único, en su puesta por la diversificación de relaciones económico-comerciales a través de la estrategia de firmas de TLC como mecanismo de inserción internacional (Ortiz Morales, 2017, p. 65).

Também há contradições existentes nesta Aliança, o México se aproxima economicamente em relação aos Estados Unidos, pois sua economia está diretamente atrelada à economia estadunidense, o que se explica pela sua posição hegemônica e a própria proximidade geográfica do México em relação a esse país. Enquanto isso, países, a exemplo, do Chile, têm optado por uma inserção externa que implicou no distanciamento das relações econômicas estabelecidas regionalmente.

A partir del modelo de regionalismo abierto, se encuentran distinciones entre las partes. México ha privilegiado su relación con los socios del norte [...] así como una activa inserción internacional hacia el Asia-Pacífico. Chile ha

apostado por uma activa estrategia de inserción internacional, que le llevó a distanciarse de la región (Ortiz Morales, 2017, p. 66).

Como verificaremos no próximo capítulo, se a integração da Aliança para o Pacífico fosse analisada com base na primeira fase do pensamento de Mauro Marini, do Pós-guerra até a Guerra Fria, poderíamos aplicar o conceito de “integração superior”, pois é isto que ocorre objetivamente com o México ao vincular-se à economia estadunidense.

A Aliança Para o Pacífico não atua como bloco exclusivista, isto é, impedindo que seus membros estabeleçam relação com outros tipos de integração, seja regional ou sub-regional, pois o objetivo desta organização é estabelecer áreas em comum com outros fóruns a fim de incentivar o incremento do comércio regional.

[...] la Alianza del Pacífico resalta su interés regional hacia la convergencia, planteándose “no como un esquema excluyente de otros mecanismos, de otros esquemas de integración regional o subregional sino con el propósito de encontrar áreas de interés común a partir de la necesidad de fortalecer el comercio intrarregional” [...] (Ortiz Morales, 2017, p. 68).

A aliança em questão está em contraposição ideológica, à ALBA cuja perspectiva política busca a superação do neoliberalismo, organizando uma política de integração, que em matéria econômica podemos classificar como desenvolvimentista e nacionalista, além de possuir ampla ação social.

A Aliança para o Pacífico não se opõe ao neoliberalismo, mas faz dele um caminho, estabelecendo uma política de liberação comercial e incentivo às trocas materiais como primeira medida deste projeto regional.

De esta manera, la Alianza del Pacífico se constituye como una entidad geoestratégica, social y cultural, cuya esencia neoliberal propende por el establecimiento de un área de libre comercio orientada hacia la creación de una área de integración profunda dentro de una región heterogénea en construcción (Ortiz Morales, 2017, p. 68).

Além de fomentar o comércio, esta entidade pretende aprofundar a integração, estabelecendo a livre circulação de serviços, capitais e pessoas. Também propõe incentivar maior crescimento econômico, aumentando a competitividade econômica dos países membros e reduzindo a desigualdade socioeconômica, com a inclusão social. Inclusive com o objetivo de se constituir uma

plataforma de articulação política e integração comercial com projeção mundial mirando a área da Ásia e Pacífico.

- a. La construcción de un área de integración profunda para avanzar progressivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas;
- b. Impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad de las economías de las partes, con miras a lograr, un mayor bienestar, la superación de la desigualdad socioeconómica y la inclusión social de sus habitantes; y
- c. Convertirse en una plataforma de articulación política, de integración comercial, y de proyección al mundo, con especial énfasis al Asia-Pacífico [...] (Ortiz Morales, 2017, p. 70).

Como em muitas iniciativas regionais na América Latina, o processo de integração é uma iniciativa embrionária dirigida a partir dos governos nacionais de cada país, com o suporte do empresariado, não apresentando nenhum grande desenvolvimento institucional e político ou ativa participação da sociedade civil e dos trabalhadores. Além disso, o grupo precisa progredir numa complementaridade econômica entre os países, aprofundando as relações econômicas estabelecidas entre os seus membros.

Alianza del Pacífico es una iniciativa intergubernamental en la cual, el proceso de toma de decisiones se lleva a cabo por consenso, contando con la participación del sector empresarial como motor de las relaciones económico-comerciales; además, es necesario resaltar que como régimen internacional no implica un profundo esquema de integración política y económica. [...] se configura como un esquema de cooperación económica con trasfondo político, dada la interdependencia política [...] una débil institucionalidad para una mayor proyección internacional que aumente el poder negociador y que trascienda la característica de un proceso embrionario caracterizado por la suma de las economías [...] (Ortiz Morales, 2017, p. 71).

Desse modo a aliança em questão tem um viés político que a coloca muito mais sob a influência econômica estadunidense, constituindo um arranjo político, que embora tenha outras metas, tem pautado por desenvolver a integração a partir do fomento do comércio entre os países, recorrendo a acordos bilaterais para incentivar o intercâmbio de mercadorias entre os países.

Dessa forma, o processo de regionalização em questão, como os demais que foram analisados, tem especificidades, como uma economia que exerce maior influência ou um país que se coloca como liderança regional, ainda cabe mencionar as disparidades econômicas entre os países-membros. Tudo isso corrobora com as

contradições políticas e econômicas existentes nos processos de integração e que foram observadas ao longo do texto.

Essas contradições econômicas e políticas, de certo modo, dificultaram as várias iniciativas que propunham desenvolver a integração regional latino-americana. A maioria delas não logrou êxito, e, em muitos casos, aconteceram avanços parciais. Isso denota que muitas vezes as iniciativas de integração, foram embrionárias, mas também demonstram que há entre as nações latino-americanas diferentes interesses geopolíticos e econômicos que impedem a efetivação desses projetos regionais.

O continente tem uma vasta dimensão territorial, com diversos países, que variam na sua dimensão territorial, no desenvolvimento econômico, culturalmente e linguisticamente; assim, os vínculos que essas nações desenvolvem entre elas e outros continentes são diferentes.

Por fim, as experiências regionais abordadas ao decorrer do capítulo demonstram como é difícil a integração, mesmo com a experiência mais exitosa do MERCOSUL, os limites do processo integração são palpáveis. Na atual conjuntura política e econômica, o Mercado Comum do Sul atravessa uma crise em que os países-membros não estão de acordo sobre os caminhos políticos e os econômicos dessa organização; as divisões percebem-se a partir das eleições, quando os governos de uma tendência ideológica são substituídos pelos de outra corrente política, e isso impacta diretamente em como cada país concebe a integração.

Dessa forma, o tema da integração e as dificuldades existentes nesses processos regionais serão abordados nos próximos capítulos a partir do estudo da questão da integração latino-americana na obra de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, ambos os autores irão problematizá-la, debatendo-a a partir das suas perspectivas teóricas, metodológicas, políticas e econômicas.

CAPÍTULO II: A INTEGRAÇÃO REGIONAL ECONÔMICA LATINO-AMERICANA NO PÓS-GUERRA: AS PERSPECTIVAS DOS PENSAMENTOS DE CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI

2.1 A formação intelectual dos autores

Os autores desenvolvem a sua carreira acadêmica no pós-guerra, sendo influenciados diretamente e indiretamente pelos acontecimentos históricos que se desdobram mundialmente a partir da Guerra Fria.

Os temas como revolução, desenvolvimento, subdesenvolvimento são temas recorrentes nos debates entre a intelectualidade política que surge no mundo pós-guerra, as discussões teóricas e políticas de como deve se reconstruir esse novo mundo são objetos de debates em todo mundo, não será diferente no Brasil, onde autores como Furtado e Marini irão debater sobre os rumos da economia política para definir os destinos da nação brasileira.

O primeiro autor Celso Monteiro Furtado, também foi influenciado pelas transformações socioeconômicas desse mundo, inclusive participando de acontecimentos históricos relevantes como a Força Expedicionária Brasileira (FEB), sendo ministro de estado nos governos Juscelino Kubstichek, João Goulart, tendo que se exiliar em razão do Golpe de 1964, todos estes fatos históricos contribuíram para formação do seu pensamento econômico.

A inequívoca defesa da importância do papel do Estado na economia, só pode ser compreendida se tivermos em conta que o autor esteve em órgãos chave para condução do processo econômico do país.

Além disso, a sua formação intelectual é diversa, refletindo uma heterogeneidade de quem precisa pensar um país singular, com contradições latentes, assim sua obra apropriou-se de pensadores como Schumpeter, Raúl Prebisch, W.W. Rostow entre outros (Szmrecsányi, 2001, p. 354).

Deste modo Furtado, enxerga a partir do Estado os problemas e os desafios econômicos do Brasil, enquanto Marini constrói a sua forma de pensar a partir do ativismo político da Polop³⁶, com os golpes de estado na América Latina patrocinados pelos Estados Unidos como política para assegurar o controle político

³⁶ Organização Revolucionária Marxista Política Operária.

sob sua órbita de influência, derrubando qualquer projeto político que pudesse se parecer com o socialismo soviético.

[...] suas primeiras formulações desenvolvidas em uma organização da esquerda brasileira – POLOP – e na UNB, a teoria marxista da dependência teve o seu principal lugar de elaboração no Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile (CESO), reorganizando-se posteriormente, a partir do golpe de Estado de Pinochet, na UNAM, no México (Martins; Filgueiras, 2018, p. 446).

O pensamento de Marini é uma resposta as contradições e aos limites do desenvolvimento dependente associado. A fim de compreender a reestruturação econômica no pós-guerra que desdobra-se sobre os países da periferia, são elaboradas críticas sobre desenvolvimento do imperialismo, essas formulações teóricas fundamentam-se em autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, André Gunder Frank e Vania Bambirra

Adicionalmente, as teorias da dependência reelaboraram as análises do imperialismo estabelecidas pelo paradigma leninista– que protagonizou os debates dos anos 1910- 40 – para interpretar a reestruturação da economia mundial no pós-guerra sob a hegemonia dos Estados Unidos e das corporações multinacionais, bem como as novas bases da divisão internacional do trabalho e dos padrões de acumulação (Martins; Filgueiras, 2018, p. 446).

Apesar do autor ser contemporâneo a Furtado, a sua trajetória intelectual percorre outros caminhos, ele está longe das estruturas estatais, é a partir da militância política e da academia que é forjado o seu pensamento. Além disso, grande parte da sua obra populariza-se no exterior.

Por fim, o autor desenvolve pressupostos teóricos para criticar os limites do desenvolvimento do capitalismo na periferia, depositando as esperanças nas transformações políticas e econômicas que suplantem o sistema capitalista.

2.2 Perspectivas gerais dos pensamentos de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini

A temática da Integração Regional Latino Americana é trabalhada nos dois autores, e em ambos esta não é considerada apenas em seu aspecto econômico, isto é, toda a integração regional na visão dos autores precisa da ação conjunta do estado, ou então apenas constituirá um negócio econômico em favor das

transnacionais e dos grandes grupos econômicos. Portanto, tanto Furtado como Marini argumentam que a integração não pode compor um processo meramente econômico com abertura comercial, financeira e integração econômica entre diferentes países baseada apenas em critérios “técnicos”; mas que deve ter participação do Estado, como argumenta Furtado e ou constituir desdobramento de um processo político revolucionário liderado pelo conjunto de trabalhadores, como afirma Marini.

Temos ainda de considerar que, embora a integração entre ambos os autores se transforme de acordo com o contexto histórico e a partir das mudanças materiais decorrentes dele, alguns aspectos gerais sobre a integração permanecem, enquanto outros se modificam.

A questão regional em Celso Furtado é debatida a partir da ideia de desenvolvimento, temática que é central em sua obra. A partir dele, Furtado afirma que, em razão dos países latino-americanos não terem economias desenvolvidas, a integração pode significar o aprofundamento da dependência econômica em relação aos conglomerados estadunidenses, e alerta sobre os problemas decorrentes de uma integração:

O primeiro problema que se coloca, do ponto de vista da América Latina, é o de indagar que tipo de organização política poderá ser compatível, nos países latino-americanos com sistema econômico regional principalmente controlado por poderosas forças sociedade anônimas norte-americanas (Furtado, 1968, p. 43).

Assim, nem sempre a defesa por parte das classes dirigentes da ideia de conformações regionais seriam perspectivas progressistas e em favor da soberania dos povos latino-americanos, pois, a defesa de um “projeto” por parte da elite, não seria de fato desenvolvimento regional, mas uma ideologia a serviço das burocracias dirigentes, um plano para esvaziar os centros de decisões nacionais.

O nacionalismo³⁷ é uma força política progressista nos países economicamente atrasados, pois é um espectro político que luta pela emancipação econômica e, portanto, pelo desenvolvimento das forças produtivas do país dependente ou subdesenvolvido, constituindo um grupo político em contradição com

³⁷O conceito do nacionalismo para Furtado refere-se ao desenvolvimento das “forças produtivas” de um país, isto é, do seu progresso material e bem-estar qualitativo distribuído ao conjunto da sua população, portanto, o economista defende a construção de um projeto de economia endógeno, não tratando aqui de ufanismo xenófobo ou nacionalismo de extrema-direita.

a burguesia desses países, tradicional aliada do capital internacional e subordinada ao imperialismo.

Esse “projeto” desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força na América Latina, apresenta muito atrativa para importantes setores das classes dirigentes locais, que veem aí uma fórmula hábil para esvaziar o “nacionalismo”, ao qual atribuem grande responsabilidade pela presente inquietação social. [...] subtrair ao Estado grande parte de suas funções substantivas na orientação do processo de desenvolvimento econômico e social, que caracteriza muitos países latino-americanos, tende a reduzir-se, passando os governos a atuar principalmente no plano “técnico” (Furtado, 1968, p. 44).

Para Furtado, a integração pode debilitar os centros de decisões nacionais, esvaziando os instrumentos macroeconômicos, que para ele são fundamentais para induzir o desenvolvimento interno de cada país. A análise a seguir dos trechos de “*A Economia Latino-Americana*” denota a perspectiva crítica que tem destes projetos de integração comandados pelos grandes conglomerados.

Ao criarem situações privilegiadas para os consórcios internacionais, que estão em condições de planificar a expansão própria em escala regional, tais sistemas podem conduzir a formas de “integração” que prescindem de centros nacionais de decisão ou tendem a esvaziá-los (Furtado, 2019, p. 387).

Em linhas gerais, Furtado analisa a integração, a partir da perspectiva da superação do subdesenvolvimento, argumentando que é necessário que todo tipo de projeto regional seja economicamente endógeno e autônomo. Para isso é necessário a internalização dos centros políticos e econômicos de decisões estejam vinculados a partir dos países da região, ou melhor, esses países precisam de projetos econômicos que busque autonomia e soberania econômica em relação aos capitais externos. Para ele não é possível alcançar o desenvolvimento com um tipo de configuração regional dependente aos interesses externos. Ou seja, a integração regional não pode estar subordinada aos interesses de conglomerados estrangeiros, pois qualquer ajustamento neste sentido não beneficiaria os países latino-americanos.

O desafio para Furtado consiste em forjar novos instrumentos para constituição de um sistema econômico regional de fato, e não apenas um mero processo de abertura das fronteiras comerciais e da eliminação das alfândegas; que beneficie interesses de grupos econômicos externos. O desafio da criação dos blocos está na organização de instrumentos macroeconômicos que proporcionem

capacidade aos estados de coordenar o processo econômico, induzindo ao desenvolvimento das economias.

[...] longe de ser uma simples liberalização do comércio, o verdadeiro problema consiste em promover a criação [...] de um sistema econômico regional, o que não seria tarefa pequena [...] dos riscos de agravamento da concentração tanto das atividades econômicas como da apropriação dos frutos do desenvolvimento, da considerável autonomia com que atual [...] poderosos consórcios internacionais (Furtado, 2019, p. 387).

Nesse contexto histórico do pós-guerra, para Marini a dependência econômica da América Latina também é uma questão-chave em sua obra. Ao analisar o capitalismo periférico da América Latina, ele sublinha a influência negativa dos interesses dos consórcios estadunidenses. A hegemonia estadunidense é para ele motivo para se opor a qualquer projeto de integração regional. Nos seus escritos do período em pauta, compreende a integração regional nos marcos do capitalismo dependente como decorrência do processo de expansão do capital internacional, sob liderança estadunidense, sendo uma integração subordinada e dependente da economia latino-americana. Este processo é chamado pelo autor de integração imperialista.

Para Marini, neste período, não há qualquer chance de autonomia, soberania ou superação da dependência econômica em relação ao capital dos centros hegemônicos dentro dos marcos do capitalismo. Este é um sistema que beneficia os grandes monopólios, os conglomerados internacionais, decorrência das exportações de capitais dos países do centro do capitalismo. “[...] capitalismo mundial y la acentuación del proceso monopolístico mantuvieron constante la tendencia integracionista, que se expresa hoy, de manera más evidente, en la intensificación de la exportación de capitales ”(Marini, 1966).

Ainda em “Subdesenvolvimento e Revolução”, o autor afirma que a Integração Regional como está planejada dentro do atual processo de dependência, é um aprofundamento da integração superior; isto é, da dependência econômica, da subordinação ao imperialismo, e da superexploração da classe trabalhadora.

É preciso apontar que se Furtado está preocupado com a nossa emancipação a partir do conceito de desenvolvimento; também Marini está pensando em nossa emancipação, só que a partir dos conceitos de dependência e subimperialismo, e a partir destas ideias, ele aborda a integração latino-americana, depositando

esperanças na Revolução Latino-americana. É nela que haverá superação da dependência da América Latina. Se, para Furtado, a soberania latino-americana pode ser lograda no capitalismo (Furtado, 1968, p. 117), para o Marini isto só será possível mediante uma tarefa revolucionária (Marini, 2017, p. 132).

Para Marini a integração econômica na América Latina é imperialista, e os projetos regionais que poderiam resultar desse processo seriam intrinsecamente imperialistas.

Neste esquema, os atuais projetos de integração regional e a ditadura aberta de classe representada pelos regimes tecnocráticos militares desempenham papel preponderante. A integração da economia se estabelece de fato, como uma forma de levar ao auge, na América Latina, a integração imperialista dos sistemas de produção, no quadro de uma situação econômica marcada por uma capacidade potencial crescente de oferta e uma restrição sistemática das possibilidades de consumo (Marini, 2017, p. 64).

Apontadas essas considerações gerais sobre o pensamento dos autores, a pesquisa, como já indicado anteriormente, terá como enfoque a análise do pensamento de Furtado e Marini no período do pós-guerra, especificamente de 1960 a 1970. Esse estudo utilizará o método materialista, para compreender as modificações no pensamento dos autores a partir das transformações materiais existentes na economia capitalista.

2.3 Furtado: a integração latino-americana debatida a partir do conceito de desenvolvimentismo

Em primeiro lugar, o mundo que emerge no pós-guerra traz consigo transformações econômicas, geopolíticas e sociais relevantes, que alteraram a estrutura econômica e política do sistema capitalista. A Guerra Fria exemplifica as contradições desse novo mundo; o capitalismo versus o socialismo, o sonho revolucionário, a descolonização da Ásia e África e, pôr fim, a industrialização latino-americana, modificaram as relações entre os povos, e os novos países recém-independentes. A partir de 1945 começa a forjar-se um novo cenário político para as relações internacionais, com a destruição da economia europeia causada pela Segunda Guerra mundial e o enfraquecimento das potências coloniais europeias, implicou em grandes transformações geopolíticas e econômicas como o processo de descolonização da África e Ásia (Hobsbawn, 2003).

A partir daí configuram-se dois blocos econômicos e políticos opostos, iniciando-se a Guerra Fria (Hobsbawn, 2003) ela influenciou nos autores que estudaremos a seguir, particularmente naqueles pensadores com perspectivas teóricas revolucionárias como Marini, como constataremos a seguir a ideia de integração em Marini está relacionada a revolução.

Concomitante a “coexistência pacífica” da Guerra Fria, em que as superpotências definiam zonas de influência política e econômica (Hobsbawn, 2003), foram firmados os acordos de Bretton Woods, que redesenharam o sistema monetário e financeiro internacional, baseados no padrão-ouro dólar. A crise da paridade ouro-dólar modifica substancialmente a relação dos Estados Unidos com o resto do mundo e os petrodólares permitem agora aos Estados Unidos financiarem os seus próprios déficits a partir da emissão de papéis e mais papéis, e o dólar como moeda de curso e reserva internacional significou o mundo comprando essa moeda e financiando o império estadunidense.

O dólar, moeda-chave da economia mundialdo pós-guerra planejada e garantida pelos EUA, enfraqueceu. Em teoria apoiadopelos lingotes de Fort Knox, que abrigava quase três quartos das reservas deouro do mundo, na prática consistia sobretudo em dilúvios de papel ou moedacontábil - mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligaçãocom determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçadospelos ultracautelosos franceses de olho no metal, preferiram trocar papelpotencial mente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou doFort Knox, o preço aumentando com o crescimento da demanda. Durante amaior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela a do sistemade pagamento internacional , não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas nadisposição dos bancos centrais europeus - sob pressão americana - de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num "Pool do Ouro" para estabilizar opreço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968 o "Pool do Ouro", esgotado, dissolveu-se (Hobsbawn, 2003, p. 238).

Portanto, quando Marini abordar a necessidade de superação do capitalismo e da consolidação do processo revolucionário, ele está refletindo substancialmente as ideias políticas da sua época.

[...] América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heroicas. Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de "dois, três, muitos Vietnãs" (Hobsbawn, 2003, p. 428).

Do mesmo modo, Furtado quando propõe soluções dentro dos marcos do capitalismo está sendo influenciado por pensadores como o economista britânico

Keynes, que fomentou ideias que tornaram possível a existência do “Estado de Bem-estar social” na Europa e que provou ser possível soluções econômicas no âmbito desse sistema econômico sem a necessidade de superá-lo; mas reformá-lo a partir da ação estatal. Com o decorrer do texto, observaremos que Furtado não é um crítico por escolha do liberalismo e do seu viés tecnicista, mas que sua forma de pensar é influenciada pelo contexto histórico em que viveu.

[...] Maynard Keynes (1883- 1946). O argumento keynesiano e m favor dos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa era tão econômico quanto político. O s keynesianos afirmavam, corretamente, que a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão (Hobsbawn, 2003, p. 100).

As obras de Celso Furtado como as de Ruy Mauro Marini constituem um esforço teórico no sentido de interpretar e ler as transformações desse mundo que emerge após a Segunda Guerra Mundial. Cada autor contribuirá, a partir de suas posições, para as reflexões sobre o contexto político e econômico da América Latina, e em particular do Brasil.

Furtado parte da premissa de que é indispensável analisar a América Latina a partir da sua formação econômica e política. Para ele, as estruturas econômicas e políticas da América Latina formaram-se a partir da expansão da economia europeia. Como ele mesmo diz: “transplantadas da Europa”. Ora, sem compreender o processo histórico da economia mundial fica difícil estudar as particularidades que essa mesma economia engendrou na América Latina.

A realidade latino-americana deve ser analisada tendo em conta que as instituições políticas e sociais da região foram, em sua essência, transplantadas da Europa e que as economias nacionais da América Latina existiram desde o começo como uma fronteira da economia europeia ou europeia-norte-americana na fase mais recente. As características que assumiu o desenvolvimento do capitalismo industrial, a qual se processou no marco de poderosos estados nacionais, provocou desde o início, uma forte concentração dos frutos do progresso técnico (Furtado, 1968, p. 38).

Como indicado anteriormente e corroborado na citação a seguir, o desenvolvimento do capitalismo industrial ocorreu a partir da Europa. Deste modo, a industrialização esteve restrita a este continente e a outros países que compunham o centro, contudo, a partir do transcorrer da história, a industrialização se ampliou para a periferia da economia mundial. Mas o avanço desse processo na periferia não

significou a independência econômica do conjunto desses países, mas sim, uma nova etapa de exploração econômica. A obra de Celso Furtado terá como objeto principal o debate de como superar assimetrias em relação aos países do centro. Essa desigualdade será denominada no conjunto de sua obra como subdesenvolvimento.

[...] Este processo pode ser observado no próprio continente europeu onde, até a Segunda Guerra Mundial, os países do centro, este e sul, não obstante estivessem “integrados” na economia regional, quase nenhum acesso haviam tido frutos do progresso técnico, após um século de revolução industrial.

Na América Latina o desenvolvimento induzido pela revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos foi suficiente para transformar parte dos sistemas econômicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autônomos, capacitados para autogerar crescimento. Desta forma, a América Latina permaneceu como simples “periferia” das economias industriais desenvolvidas numa fase avançada, quando os mercados de produtos primários haviam perdido o seu vigor de expansão inicial e estavam longe de poder gerar impulso dinâmico de que necessitava (Furtado, 1968, p. 38).

Esse processo tardio de industrialização na América Latina denominou-se de “substituição de importações” e teve como particularidades a utilização de “tecnologia poupadora de mão-de-obra” e o estímulo a concentração de renda, ampliando a assimetria econômica entre os países e a desigualdade social existente no conjunto dos países da periferia.

O ensaio de industrialização de tipo “substitutivo de importações”, durante um certo período constituiu uma alternativa e permitiu levar adiante algumas modificações adicionais nas estruturas produtivas de alguns países. [...] Ocorre, entretanto que a forma de organização industrial viável em determinadas condições históricas, não é independente do tipo de tecnologia a ser adotada. A tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX é altamente poupadora de mão-de-obra e extremamente exigente no que respeita as dimensões do mercado. [...] A experiência tem demonstrado na América Latina, que esse tipo substitutivo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando esgota a fase das substituições “fáceis”, e eventualmente provoca a estagnação (Furtado, 1968, p. 38).

Após indicar os limites do modelo de industrialização de substituições de importações, Furtado assinala os caminhos para romper os entraves desse processo ao argumentar sobre a necessidade de realização de reformas institucionais, a fim

de impedir que a tecnologia eleve a concentração de renda³⁸, além disso, ele discorre sobre a importância de ampliar os mercados regionais, através do mecanismo da integração regional, bem como o desenvolvimento das economias da América Latina e a modernização dos processos sociais.

[...] a) no sentido de evitar que a própria tecnologia venha a provocar a concentração de renda e a deformar a aplicação dos recursos produtivos, reduzindo eficiência do sistema econômico; b) no sentido de ampliar as dimensões atuais e potenciais dos mercados através de esquemas de integração econômica dentro da região, e c) visando a influir na própria orientação do progresso tecnológico, em função dos requerimentos específicos da presente fase do processo de desenvolvimento das economias regionais e de modernização das estruturas sociais (Furtado, 1968, p. 39).

Embora este item tenha como objetivo analisar as perspectivas de Furtado sobre a integração regional, deixando os aspectos de convergência e divergência dele em relação a Marini; pois é preciso ressaltar que o próprio autor, ao discorrer sobre a necessidade de desenvolver a economia da América Latina, se aproxima da posição de Marini, ao argumentar que qualquer iniciativa que busque o desenvolvimento econômico dessa região terá que se apoiar num esforço político e institucional, não depositando crenças na força espontânea do mercado.

Apesar de Marini pertencer à corrente teórica marxista, algo que Furtado não era, ambos compartilham do ceticismo do mercado autorregulado.

[...] Na América Latina, o desenvolvimento não poderá ser simples resultantes das forças que operam espontaneamente nos mercados. Somente a ação consciente e deliberada de órgãos centrais de decisão poderá levar adiante esse desenvolvimento. O que se chama correntemente de “revolução latino-americana” consiste na tomada de consciência desse problema e num esforço, ainda que disperso e descontínuo, visando a criar um sistema de instituições políticas capazes de superintender as mudanças sociais sem as quais o desenvolvimento não será viável (Furtado, 1968, p. 40).

Portanto, Furtado ao refletir sobre a integração, Furtado compreende que a superação das contradições econômicas da América Latina não é possível sem um esforço político, mas isso não significa revolução socialista.

³⁸ No seu entendimento na periferia desenvolve-se uma indústria de capital intensivo criando um mercado consumidor restrito a uma pequena classe média, ao mesmo tempo em que o conjunto da população está imersa na pobreza social, de acordo com autor existe um desequilíbrio estrutural e são necessárias reformas para ampliar o mercado consumidor.

Além disso, o autor coloca os desafios que tem a América Latina para se desenvolver diante da hegemonia estadunidense, pois esta atua incisivamente como poder extra territorial, submetendo política e economicamente essa região, como uma das principais áreas sob domínio estadunidense. Dessa forma, os países dessa região têm duas opções: a integração econômica e política sob influência dos Estados Unidos ou o deslocamento dessa esfera de poder, buscando uma soberania tolerada por essa potência econômica, o que significa ter uma autonomia arbitrada desde o exterior, a exemplo de Cuba, país caribenho, que embora seja independente, está submetido a uma grande pressão política e econômica externa que ameaça sua sobrevivência.

Consideremos agora em confronto os problemas da “segurança, dos Estados Unidos e os do “desenvolvimento” da América Latina. Sendo a área latino-americana o círculo mais interno da zona de influência dos Estados Unidos, é natural que a política de hegemonia desse país aí se exerça de forma exemplar. [...] aos países da América Latina ficam abertos dois caminhos: a integração política e econômica sob hegemonia dos Estados Unidos, com uma situação particular a ser definida dentro da esfera de influência. Neste segundo caso, entretanto, o país em questão poderá apenas aspirar a ter uma soberania “tolerada” dentro de regras arbitradas em cada caso pela potência dominante. As regras dessa tolerância poderão ser suficientemente rigorosas para que as pressões internas se tornem incontroláveis, ou poderão fazer da sobrevivência do regime (como é o caso presente de Cuba) um pesado ônus para quaisquer potências de fora da esfera de influência que se envolvam politicamente no caso (Furtado, 1968, p. 40).

Furtado expõe como os EUA estabelecem o domínio sobre a América Latina e como essa influência econômica está intrinsecamente relacionada com o processo de integração das economias nacionais. O poder político-militar dos EUA garante os interesses das grandes companhias estadunidenses, que se transformaram num superpoder em qualquer país da América Latina. São essas companhias que decidem a orientação dos investimentos, a distribuição geográfica das suas atividades econômicas, a quantidade dos aportes em tecnologia e a medida de integração entre as economias nacionais. Para o autor, está posto que os centros nacionais passarão a ter uma função secundária conforme o avanço da integração das economias nacionais.

Convocadas para atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas terão necessariamente que transformar-se em um superpoder em qualquer país latino-americano. Cabendo-lhes grande parte das decisões básicas com

respeito à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias nacionais, é perfeitamente claro que os centros de decisão representados pelos atuais estados nacionais passarão a plano cada vez mais secundário (Furtado, 1968, p. 44).

Posto isso, para o autor, a ideia de um “projeto de desenvolvimento regional” liderado pelas grandes corporações tende a tornar arcaico o conceito de nacionalidade; que para ele é parte integrante da força política em defesa da soberania econômica e política da América Latina. Assim, as forças hegemônicas atuam no plano ideológico para retirar a centralidade dessas ideias do debate político das nações latino-americanas.

A importância do nacionalismo³⁹, enquanto força política e ideológica para aglutinar as massas na defesa do desenvolvimento e do Estado como agente privilegiado desse processo, é central para Celso Furtado. Portanto, o arrefecimento do nacionalismo e a substituição deste pelo discurso “técnico” é o esvaziamento político-ideológico da definição do Estado como indutor do desenvolvimento. É importante ressaltarmos isso, pois para o autor o Estado é a instituição indispensável para o desenvolvimento dos países da América Latina.

Apesar de Furtado ser um defensor do Estado como principal indutor do desenvolvimento, cabe questionar se, com as novas cadeias de valor e a reestruturação da economia global, essa ideia não estaria arcaica. O próprio autor parece ponderar sobre a função do Estado ao longo da sua reflexão ao analisar as modificações da economia capitalista.

Esse “projeto” de desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina, apresenta muito atrativo para importantes setores das classes dirigentes locais, que veem aí uma fórmula hábil para esvaziar o “nacionalismo”, ao que atribuem grande responsabilidade pela presente inquietação social. Em realidade, se se consegue subtrair ao Estado grande parte de suas funções substantivas na orientação do processo de desenvolvimento econômico e social, seria de esperar que atual “fermentação” política, que caracteriza muitos dos países latino-americanos, tende a reduzir-se, passando os governos a atuar principalmente no plano “técnico”. Teríamos assim alcançado por caminho inverso o ideal sainsimoniano de substituir o governo dos homens pela administração das coisas (Furtado, 1968, p. 44).

O autor pondera que não irá tratar de como seria a relação desse projeto regional com a cultura latino-americana, mas sim que irá tratar dos “aspectos

³⁹ Ver nota de rodapé nº 35 para compreender o conceito de nacionalismo em Celso Furtado.

técnicos do problema”, ou seja, das consequências econômicas que uma estrutura de poder regional acarretaria para as economias latino-americanas. Ele compreende esse processo negativamente. Isso implicaria a ampliação da desigualdade socioeconômica, aumento do desemprego, além de destacar que isso diminuiria a capacidade de controle macroeconômica por parte dos governos de cada país latino-americano o que beneficiaria os conglomerados estadunidenses.

Não entraremos em considerações sobre o tipo de organização compatível com o controle das economias da região pelos grandes consórcios norte-americanos pode ou não conciliar-se com os ideais da cultura latino-americana. Abordaremos apenas alguns aspectos do problema. Existem amplas razões que levam crer que tal “projeto de desenvolvimento” é inviável nas presentes condições históricas da América Latina. [...] com efeito a penetração indiscriminada em uma estrutura econômica frágil de grandes consórcios, os quais se caracterizam por elevada inflexibilidade administrativa e grande poder financeiro, tende a provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápida acumulação, de desemprego aberto e disfarçado. Se se reduz a capacidade de controle dos governos nacionais, permitindo-se que as grandes empresas norte-americanas atuem com mais liberdade do que já gozam, é de se esperar que tenda se acentuara concentração de atividades econômicas [...] agravando as disparidades dos níveis de vida entre grupos sociais e áreas geográficas (Furtado, 1968, p. 45).

Como exposto por Furtado, qualquer integração com esse viés técnico, favoreceria as companhias estadunidenses em detrimento das condições socioeconômicas do conjunto da população latino-americana. Além disso, o desenvolvimento econômico dos países da região não pode ser impulsionado tão somente com uma integração econômica. Mas isto só poderá acontecer se for pensado a partir da realização política com ampla mobilização popular. Portanto, o processo de desenvolvimento latino-americano é uma tarefa política e não técnica, que, para se efetivar, precisa estar ancorada nos centros nacionais de decisão.

O desenvolvimento econômico, nas difíceis condições que enfrenta presentemente a América Latina, requer uma atitude cooperativa de grandes massas de população e a participação ativa de importantes setores dessa população. É por esta razão que as tarefas mais difíceis são de caráter político e não técnico. Uma difícil ação política deverá ser realizada, e isto somente será possível com apoio nos atuais centros de poder político nacional [...] o princípio da nacionalidade é vital na atual fase do desenvolvimento latino-americano (Furtado, 1968, p. 46).

Dessa forma, todas as ações políticas que tenham como objetivo enfraquecer as estruturas estatais dos países da região, inviabilizarão o desenvolvimento

econômico, pois os centros políticos nacionais atuam como porta-vozes das aspirações das massas e do seu anseio para o progresso. Assim, qualquer integração econômica da América Latina tem de existir a partir de um arranjo político amparado nos estados nacionais; para o autor, a integração é aceitável apenas nesses marcos e não na articulação de grandes companhias capitalistas que atuam regionalmente.

Toda medida que se venha a tomar no sentido de enfraquecer os estados latino-americanos como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns, terá como resultado limitar as possibilidades de desenvolvimento da região. Assim a integração econômica latino-americana somente se justifica se for concebida como definição de política comum entre estados nacionais, e não como articulação entre grandes empresas estrangeiras que operam na região (Furtado, 1968, p. 46).

Nessa direção, Furtado reafirma, que qualquer projeto de desenvolvimento da América Latina dependerá da capacidade dos líderes locais em mobilizar as massas e essa tarefa acontecerá na esfera de decisão dos centros políticos nacionais, isto é, no marco legal do Estado-Nacional, apoiando-se na ideia de nacionalidade. Além disso, ele reitera que qualquer integração econômica coadunará com os objetivos do desenvolvimento econômico se essa for uma formulação política dos governos dos países latino-americanos e não uma imposição de conglomerados estrangeiros. A ênfase do autor na mobilização das massas é, sem dúvida, uma modificação teórica sutil, uma vez que o autor em questão foi um ator político derrotado em 1964, um tecnicista defensor do Estado como único meio de transformação política e social.

6. O êxito de uma política de desenvolvimento na América Latina dependerá fundamentalmente da capacidade daqueles que a liderem para mobilizar a participação, em graus diversos, de grande parte da população, e essa tarefa somente poderá ser realizada a partir dos centros políticos nacionais e com base em valores e ideais de cada nacionalidade.

7. A integração econômica somente servirá aos objetivos do desenvolvimento regional se resultar numa formulação de política comum entre governos autenticamente nacionais, e não da justaposição de interesses de grandes empresas estrangeiras que atuam na região. (Furtado, 1968, p. 47).

Posto isso, Furtado compreende que qualquer processo de integração envolvendo nações subdesenvolvidas terá de levar em conta as particularidades dessas economias, isto é, o grau de desenvolvimento de cada uma. O autor assevera que a integração de economias não industrializadas, fomentaria a

industrialização a partir da instalação de indústrias leves, a exemplo de bebidas e alimentos, reduzindo com isso as economias de escala, permitindo a concentração industrial numa área geográfica formada por diversos países. Por outro lado, ele argumenta que a industrialização tende a acelerar em países com mais habitantes; além disso, estudos da CEPAL indicariam a importância demográfica para a América Latina.

A integração de economias subdesenvolvidas comporta distintas situações. Assim cabe considerar, em primeiro lugar, o caso de países em que o processo de industrialização praticamente ainda não se iniciou e cujos mercados são de reduzidas dimensões. Como a integração deverá permitir o começo da industrialização, isto é, a instalação de indústrias com respeito às quais são reduzidas as economias de escala-têxtil, alimentos etc. -, é possível que as principais vantagens por ela proporcionadas estejam do lado da aglomeração. Os mesmos fatores que provocam a concentração das indústrias dentro de um país levariam à sua concentração dentro de uma região formada por um grupo de países. Já observamos que num país de 10 milhões de habitantes a industrialização anda mais rápido que num de 2 milhões. Os estudos realizados pela CEPAL sugerem a importância do fator da dimensão demográfica ainda é maior na América Latina do que nas demais áreas (Furtado, 1983⁴⁰, p. 232).

Todavia, esse tipo de integração que procura beneficiar-se da aglomeração, tem suas distorções econômicas, pois uma integração como essa beneficiaria assimetricamente a economia dos países envolvidos, o que demandaria dos estados-nacionais participantes um planejamento amplo, uma política fiscal, de salários e preços conjuntos para distribuir os frutos do progresso.

Contudo, deve-se ter em conta que esse tipo de integração apoiado principalmente nas vantagens da aglomeração tende a favorecer desigualmente os países que se integram, ou exige um planejamento amplo, coordenado-incluindo política fiscal, de salários e preços, se se pretende evitar a tendência à concentração geográfica dos frutos do desenvolvimento (Furtado, 1983, p. 233).

Dessa forma, a união aduaneira de pequenos países poderia fomentar a industrialização, mas isso não impediria problemas relacionados à estagnação econômica ocasionadas pelo esgotamento do modelo de industrialização de substituição de importações, sucedidos nos países subdesenvolvidos de médio e grande porte.

A simples união aduaneira de pequenos países pode intensificar o desenvolvimento industrial no conjunto durante um certo período, mas não

⁴⁰ A edição é de 1983, mas a primeira vez que essa obra foi publicada foi no ano de 1967.

evita que se coloquem os mesmos problemas de tendência à estagnação, uma vez esgotadas as possibilidades de substituição de importações, que têm conhecido países subdesenvolvidos (Furtado, 1983, p. 233).

Por outro lado, também são analisados os casos de integração de economias industrializadas, mas assimétricas, em que a integração promoverá economias de aglomeração e economias de escala, beneficiando o país com setor industrial mais desenvolvido; podendo até mesmo haver regressão no desenvolvimento da economia mais fraca, inclusive, o autor menciona disparidades regionais internas existentes na economia brasileira e italiana para corroborar os argumentos. Salienta que se os níveis de industrialização forem semelhantes, o país que possuir mais indústrias são os que se beneficiam das economias escalas de produção será favorecido.

O segundo caso é o da integração de economias em graus distintos de industrialização. Neste caso, a integração deverá permitir reunir às economias em graus distintos de industrialização deverá permitir reunir às economias de aglomeração as de escala, favorecendo, de preferência, o país mais industrializado. É o mesmo concebível, neste caso, que ocorra uma regressão da economia menos desenvolvida, como ocorreu no sul da Itália, na segunda metade do século passado, e no Nordeste do Brasil a partir de 1930. Se são similares os níveis de industrialização, a integração favorecerá de preferência o país onde se localizam as indústrias que mais beneficiam de economias de escala de produção (Furtado, 1983, p. 233).

O autor indica o tipo de indústria que se beneficiaria das economias de escala, com destaque para o setor que transforma produtos primários como siderurgia, indústria de alumínio, papel e celulose, química pesada. Sob essa perspectiva, o país ou os países que concentram essas indústrias seriam os principais favorecidos numa integração econômica:

As economias de escala são particularmente significativas nas indústrias que transformam produtos primários. Assim, com respeito à siderurgia estima-se que, passando a unidade de produção de 300 mil para 1 milhão de toneladas anuais, o investimento por tonelada se reduz em 40% e os custos médios por tonelada de laminado se reduzem de 131 para uma gama de 77 a 102 dólares. Na produção de alumínio primário, [...]. Na indústria de papel celulose, passando a capacidade de produção de 50 para 200 toneladas diárias, o investimento por toneladas se reduz de 180 000 para 92 500 dólares, e os custos de produção em cerca de 40%. Na química pesada também se obtém, de maneira geral, redução substancial nos investimentos e nos custos de produção. O país ou os países em que se concentram indústrias desse tipo são os principais beneficiários da integração econômica (Furtado, 1983, p. 233).

Embora, na citação anterior, o autor explicita os benefícios que a integração econômica acarretaria ao conjunto dos países que dela participassem, não se pode deixar de salientar que, para Furtado a integração é um desdobramento da temática do desenvolvimento econômico, pois, para o autor, a centralidade do desenvolvimento encontra-se geograficamente no plano nacional. Desse modo, a obra dele destaca o papel do Estado como indutor e planejador do desenvolvimento econômico e sua vinculação à construção de um projeto político autônomo para a sua realização.

Após as ponderações para ressaltar esses aspectos que foram abordados nos parágrafos anteriores, é imprescindível retomar a análise das passagens da obra do autor referente ao tema da integração econômica entre diferentes países, que têm economias complementares e entre aqueles com distintos estágios de desenvolvimento:

Se as economias que se integram possuem capacidade ociosa em indústrias, em indústrias complementares, ou possuem capacidade ociosa em indústrias que competem com importações provenientes de terceiros realizadas por uma delas, os benefícios da integração são imediatos e rápidos. Por outro lado, se o setor com capacidade ociosa de uma economia compete com a indústria semiartesanal do outro país, temos o caso extremo de concentração total dos benefícios em um país e redução da renda real no outro (Furtado, 1983, p. 233).

Deste modo, o autor argumenta que a integração poderia maximizar os ganhos em escala, considerando a complexidade desse processo quando agrega diferentes tipos de economia, sendo também necessário diferenciar as oportunidades econômicas que visam beneficiar a coletividade, daquelas que são apropriadas pelos grupos econômicos, a fim de maximizar os seus lucros.

A integração econômica é, no essencial, um esforço visando a maximizar a economia de escala de produção, em função da tecnologia disponível, sem reduzir as economias de aglomeração, ou compreendendo adequadamente os efeitos negativos dessa redução sobre determinadas coletividades. [...] A apreciação do custo de fatores de oportunidade dos fatores torna-se ainda mais complexa quando se consideram simultaneamente várias economias que pretendem integrar-se, o mesmo ocorrendo com respeito à estimativa das economias externas de um conjunto de projetos, quando se torna necessário distinguir aquelas que são internalizadas pelas empresas das que beneficiam diretamente a coletividade (Furtado, 1983, p. 233).

Neste sentido, a integração para Furtado, é uma etapa superior à ideia de desenvolvimento, que qualquer iniciativa sem planejamento para coordenar decisões

econômicas, sobretudo, em relação às economias periféricas acarretaria o aumento dos desequilíbrios regionais, elevando a concentração da renda delas. Também afirma que um processo integracionista, dependendo do contexto político e/ ou econômico, poderia constituir um obstáculo ao desenvolvimento das nações periféricas ou subdesenvolvidas. As políticas de tipo qualitativo, isto é, que visem à distribuição mais equitativa do conjunto do progresso material da sociedade, encontrariam mais dificuldades de serem implementadas num sistema multinacional. Todavia, novamente pondera que a política de integração teria maior eficácia para as nações territorialmente menores, inclusive para a formulação de políticas com o objetivo de lograr o desenvolvimento econômico.

[...] a teoria da integração constitui uma etapa superior a teoria do desenvolvimento. O planejamento da integração surge, assim, como a forma mais complexa dessa técnica de coordenação das decisões econômicas. Em se tratando de economias subdesenvolvidas, a integração não-planificada leva necessariamente ao agravamento dos desequilíbrios regionais, isto é, a concentração geográfica da renda. [...] Se se tem em conta que adoção de políticas de tipo qualitativo, para não falar de reformas estruturais em profundidade, será sempre mais difícil num sistema multinacional integrado que numa economia nacional, cabe reconhecer que o processo integracionista, pode em certos casos, tornar-se ainda mais difícil a superação do subdesenvolvimento. Não há dúvida, entretanto, que no caso de pequenas nações como as centro-americanas, ele constitui requisito prévio à formulação eficaz de desenvolvimento (Furtado, 1983, p. 234).

Deste modo, a partir das transformações históricas que modificam a economia global, o autor destaca o aumento da importância das estratégias regionais para alcançar os objetivos nacionais. Embora Furtado continue a entender que os centros de decisões nacionais são os primeiros em representar as demandas da coletividade, a partir deles articular-se-ão soluções regionais, uma vez que as novas transformações da economia global implicam no aumento da importância do regionalismo para o plano nacional.

[...] é que os espaços econômicos nacionais, muito provavelmente, continuarão a desempenhar o papel principal como marcos definitórios de valor. Em outras palavras os centros básicos de decisão intérpretes dos interesses substantivos das coletividades humanas, continuarão a ser de nível nacional, [...] O terceiro ponto a assinalar é que na definição das estratégias nacionais terão peso crescente os entendimentos regionais (Furtado, 1968, p. 116).

Assim como observado ao longo do texto, o autor faz novas ressalvas acerca dos “agrupamentos regionais”, a forma como denomina essas articulações políticas no plano internacional entre diferentes países, ao asseverar que os mecanismos regionais devem ser um meio para ampliar os horizontes dos centros nacionais, todavia, ressalta que estes mecanismos podem permitir que os centros econômicos internacionais atuem contra o desenvolvimento das nações latino-americanas.

[...] Contudo, os agrupamentos regionais serão essencialmente um meio visando a ampliar o horizonte de opções dos centros nacionais de decisão, vis-à-vis dos centros de influência mundial. As agrupações regionais que favoreçam as possibilidades de dominação destes últimos, atuarão contra o desenvolvimento, porquanto estarão limitando as opções criadas pelo policentrismo (Furtado, 1968, p. 117).

Portanto, é fundamental na visão de Furtado a recuperação do Estado Nacional como centro de decisão principal das economias nacionais latino-americanas, e a integração somente será positiva ao conjunto dessas economias nacionais, se internamente, elas estiverem consolidadas e articuladas. Se a integração, acontecer com as economias desarticuladas e controladas desde o exterior, haverá o aumento dos custos, dificultando o desenvolvimento econômico dessas nações.

Na América Latina, a articulação multinacional, para transformar-se em efetivo instrumento do desenvolvimento, requer prévia recuperação do Estado Nacional como centro básico de decisões. Sem essa recuperação, é de prever que continue a agravar-se a desarticulação das economias nacionais e que persista o impasse da estagnação. As tentativas de integração das economias nacionais desarticuladas e controladas do exterior servirão apenas para aumentar os custos e fazer mais remota a retomada do desenvolvimento (Furtado, 1968, p. 117).

Enfim, como já discorrido anteriormente, Celso Furtado enxerga mais positivamente a integração de economias de países menores, pois de acordo com sua visão, haveria entre esses países uma menor heterogeneidade econômica, além disso, em diversas passagens da obra do autor há ponderações sobre o processo de integração, e, de acordo com essa visão; o processo de integração econômica não é um processo apenas de ação espontânea do setor privado e da autorregulação do mercado, mas demanda ação do Estado. Toda e qualquer iniciativa regional tem de ter a premissa de atender a coletividade sendo planejada a fim de lograr o desenvolvimento econômico.

2.3.1 Como Furtado compreende a integração na América Central no século XX

A partir de uma sucinta explicação econômica das razões do atraso econômico dos países da América Central, o autor realiza uma breve contextualização histórica sobre a América Central, que será analisada posteriormente. Ao iniciar a análise da área que atualmente corresponde à América Central, primeiramente Furtado expõe a sua perspectiva sobre as dificuldades que travaram o desenvolvimento econômico dos países dessa região, ao argumentar que uma das causas constituiria a escassez de recursos naturais dessas nações; que podemos questionar, pois um país como o Japão tem escassez de recursos naturais, mas isso não impediu seu desenvolvimento econômico. Ainda, segundo o autor, outra causa que dificultaria o desenvolvimento dessas nações seria a baixa densidade demográfica, o que também pode ser questionado citando o exemplo dos “Tigres Asiáticos”, nações que, embora tivessem baixo índice populacional, alcançaram grande desenvolvimento econômico e intensa industrialização.

A exportação de produtos primários constitui para muitos países latino-americanos, conforme vimos em capítulos anteriores, o ponto de partida de um primeiro processo de industrialização. A indução externa de transformações estruturais internas de maior envergadura dependeu, entretanto, da ação concomitante outros fatores [...] o grau de controle interno da atividade exportadora, a política fiscal, a existência de imigração recente de origem europeia em volume significativo, etc. [...] dentre esses fatores de ação concomitante é provável que nenhum haja sido tão importante quanto o tamanho do país, entendendo-se como tal, em primeiro lugar, a dimensão do país demográfica relativa e, em segundo, a base de recursos naturais. Assim com respeito aos cinco países da América Central, cujas populações, em 1950, em pouco tempo superavam a média de um e meio milhão de habitantes, pode-se dizer que a principal causa do seu atraso relativo estava ligada a suas reduzidas dimensões (Furtado, 1970, p. 275).

Após o autor expor essas considerações econômicas, ele recorre agora à História, para explicar que a ideia de integração na América Central remonta ao período colonial quando administrativamente a região constituía a Capitania Geral da Guatemala, com exceção do Panamá, que era parte da Colômbia. E, posteriormente com os movimentos de independência, a região viria constituir uma República Federativa, mas essa República fragmentar-se-ia com o surgimento das diversas nações; e embora permitisse a especialização desses jovens países na exportação de diferentes matérias-primas vinculando-se economicamente a outros centros

econômicos globais, isso não aniquilou o legado histórico de pensar a região como um todo integrado.

O istmo centro-americano, à exceção do atual território do Panamá- parte integrante do Vice-Reinado de Nova Granada que permaneceu com a Colômbia, da qual se separaria em 1903 com apoio dos Estados Unidos, para formar a República do Panamá – era governado, na época colonial, da Capitania da Guatemala e, ao separar-se da Espanha, em 1921 constituiu-se numa República Federativa. Essa República não resistiu [...] vindo a fragmentar-se em cinco Estados nacionais dezessete anos depois. A economia de exportação, baseada principalmente na banana, no café e no cacau, vinculava cada um dos cinco países ao exterior- primeiramente à Inglaterra e logo em seguida aos Estados Unidos – isolando-os uns dos outros. Contudo perdurou na região a consciência de haver formado um todo no passado, sendo natural que com frequência, pensasse a solução de muitos problemas do presente requeria, de alguma forma, a reconstituição desse todo (Furtado, 1970, p. 275).

Segundo Furtado, essa ideia histórica de pensar a América Central como um conjunto foi pautada a partir dos debates sobre o desenvolvimento, deslocando esse pensamento histórico para o plano político, e embora economicamente a integração parecesse distante, para compreendemos o avanço dela nessa parte do continente, pois segundo o autor nessa região ela é mais rápida, é imperativo conhecer as ideias que se originaram no processo histórico.

Em período recente a discussão dos problemas do desenvolvimento permitiu deslocar essa ideia do plano político – no qual ela, parecendo irrealizável, se configurava como um mito- para o terreno econômico. Contudo, não seria fácil explicar a rapidez com que avançou o movimento integracionista - ignorando disputas no plano político, que algumas vezes levaram ao rompimento de relações diplomáticas – sem ter em conta essas raízes históricas (Furtado, 1970, p. 276).

Não obstante compreender as ideias da integração no processo histórico dessa região cabe apontar que o movimento integracionista moderno acontece a partir de uma deliberação conjunta de vários países numa reunião da CEPAL. Nessa deliberação, os governos comprometeram-se a desenvolver a produção agrícola e industrial além de buscar o aperfeiçoamento da infraestrutura rodoviária, com o objetivo de integrar as respectivas economias e formar mercados mais abrangentes, e tudo isso seria auxiliado com planos para fomentar as atividades econômicas e a criação de empresas estratégicas. Deste modo, a integração surge de um esforço em promover o desenvolvimento econômico dos países dessa região e incentivar a industrialização de suas economias.

O atual movimento integracionista tem seu ponto de partida em uma resolução dos governos de cinco países tomada no quarto período de sessões da CEPAL, que ocorreu na cidade do México em 1951. Nessa resolução, os cinco Governos, representados ou assessorados por economistas que haviam trabalhado conjuntamente em instituições internacionais, expressavam o seu interesse em desenvolver a produção agrícola e industrial e o sistemas de transporte do seus respectivos países, em forma que promova a integração de suas economias e a formação de mercados mais amplos mediante o intercambio de seus produtos, a coordenação de seus planos de fomento e a criação de empresas em que todos ou alguns de tais países tenham interesse (Furtado, 1970, p. 276).

A partir dessa reunião na Comissão Econômica Para América Latina é instituído o Comitê de Cooperação Econômica do istmo e é criada a Organização dos Estados Centro-americanos (ODEGA), e ambas as organizações são instrumentos institucionais necessários para fomentar a integração a partir da liberação progressiva do comércio entre os diferentes países.

[...] foi instituído o Comitê de Cooperação Econômica do Istmo, bem como a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODEGA). O movimento integracionista se desdobraria, a partir de então em duas frentes que se reforçariam mutuamente: criação de instituições que permitissem dar continuidade ao processo, a liberação progressiva do intercâmbio comercial entre os países (Furtado, 1970, p. 276).

Em 1951, acordos bilaterais de livre comércio entre as diferentes nações estabelecem uma liberalização comercial limitada para alguns produtos, o que foi interpretado pelo autor como um processo progressivo de liberação comercial, pois a partir de 1958 é assinado o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica Centro-americana; que unificou todos os acordos bilaterais realizados entre os países, além disso, é realizado um Convênio sobre o Regime de Indústrias Centro-americanas de Integração com o objetivo de criar uma nova estrutura produtiva regional.

A partir de 1951, distintos países assinam acordos bilaterais de livre comércio que se aplicam a listas de produtos especificados; Salvador-Nicarágua, e Salvador-Guatemala, no ano referido; Costa Rica-Salvador, em 1953; Guatemala-Costa Rica, em 1955; Guatemala-Honduras, em 1956; Salvador-Honduras, em 1957. Em 1958, foi assinado o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica Centro-americana, o qual fundiu todas as listas de acordos anteriores e abriu caminho para multilateralidade. Conjuntamente [...] foi assinado o Convênio sobre Regime de Indústrias Centro-americanas de Integração, que traduz o propósito de criação de uma nova estrutura produtiva, [...] Esse acordo suscita forte reações, particularmente do governo dos Estados Unidos, que a ela atribui a propósito

de criação de empresas com apoio estatal e exclusividade do mercado regional. [...] o Convenio pretende assegurar garantia de mercado na região a indústrias classificadas como de “integração”, que sejam indústrias de interesse para vários países e requeiram para expandir-se a totalidade ou uma grande parte do mercado (Furtado, 1970, p. 277).

Conforme indicado na citação anterior, esse último acordo, o “Convênio sobre Regime de Indústrias Centro-americanas”, implicou a oposição estadunidense, pois estabeleceu a exclusividade do mercado para as indústrias classificadas como de “integração”, prosseguindo com a criação de uma barreira alfandegária comum, igualando as taxas de importação dos países para nações que não pertenciam a essa Zona de Livre Comércio. Não obstante a oposição de potências como EUA, que tem até hoje grande influência econômica no istmo centro-americano, o processo de integração continuou desenvolvendo-se e progrediu para a criação de uma Comunidade Econômica, liberando a circulação de bens, capitais e pessoas entre as diferentes nações centro-americanas.

[...] assina-se o Convênio Centro-americano sobre Equiparação de Impostos de Importação, com vistas à coordenação das políticas neste setor fundamental o que permite caminhar para uma barreira alfandegária uniforme. Finalmente, em 1960, se dá passo decisivo no sentido de transformar a Zona de Livre Comércio, em processo de constituição, em uma autêntica Comunidade Econômica. [...] Por outro lado amplia-se o quadro de circulação de bens para incluir o movimento de fatores, garantido “a livre circulação de pessoas, bens e capitais entre seus territórios... sem mais limitações estabelecidas pelos nacionais” do próprio país (Furtado, 1970, p. 277).

Segundo o autor, a culminância desse processo de integração ocorre quando é assinado o “Tratado de Associação Econômica” entre as cinco nações centro-americanas, e esse acordo ratifica os objetivos anteriores de livre circulação de bens e pessoas, formalizando a união aduaneira.

O novo Tratado de Associação Econômica [...] assinado pela Guatemala, El Salvador e Honduras, seguindo-se Nicarágua e, em 1962, Costa Rica. Dessa forma, em cerca de um decênio se havia estruturado um espaço econômico formado pelas cinco economias nacionais, com mobilidade de bens de fatores e unidade de tarefa aduaneira *vis-à-vis* do resto do mundo (Furtado, 1970, p. 277).

Além disso, também foram criados órgãos para estudar, coordenar e financiar esse processo de integração, como a Escola de Administração Pública da América Central (ESAPAC), o Instituto Centro-americano de Pesquisa e Tecnologia Industrial

(ICATTI), a Secretaria Permanente de Integração Econômica Centro-americana (SIECA), o Banco Centro-americano de Integração, um Conselho Econômico composto pelos ministros de economia e um Conselho Monetário reunindo os representantes dos Bancos Centrais de cada país do bloco. Também continuou o objetivo da organização regional para progredir no processo de modernização da infraestrutura regional.

Em 1945 foi criada a Escola de Administração Pública da América Central (ESAPAC), com sede em São José de Costa Rica, e no ano seguinte o Instituto Centro-americano de Pesquisa e Tecnologia Industrial (ICAITI), situado na cidade de Guatemala. Em 1960, o Tratado Geral deu origem ao Banco Centro-americano de Integração Econômica, bem como ao Conselho Econômico Centro-americano (Constituído pelos Ministros de Economia) ao Conselho Executivo e à Secretaria Permanente de Integração Econômica Centro-americana (SIECA) [...]

[...] se procedeu um esforço considerável para interligar a região, definindo uma rede básica de estradas [...] se encetou a interligação dos sistemas de transmissão de energia elétrica (Furtado, 1970, p. 278).

As considerações do autor sobre o processo de integração são ambíguas, pois se por um lado, a análise dele confirma o crescimento do fluxo comercial entre os países com aumento da troca de produtos manufaturados entre eles, por outro lado a análise demonstra que as nações continuaram especializadas na exportação de produtos primários para países que não pertenciam à Comunidade Econômica. Desse modo, a integração fomentou o intercâmbio intrabloco de manufaturados, embora isso não tenha diminuído a dependência econômica das *commodities*, o que será corroborado nas próximas passagens.

[...] taxa de crescimento anual do valor do comércio intrazonal, entre 1950 e 1967, foi de 21 por cento, havendo alcançado, no período que se segue ao Tratado Geral (1961-67) 35 por cento. Em 1950, o intercâmbio entre os países da região limitava-se a 4 por cento das exportações dos cinco países; em 1967, ele já representava mais da quarta parte do total, havendo passado de 8,6 milhões de dólares para 220 milhões. Essa considerável expansão realizou-se sem qualquer prejuízo das linhas tradicionais de exportações para fora da zona, porquanto tais exportações são formadas de um pequeno número de produtos de reduzido mercado local [...] Com efeito, o comércio intrazonal está principalmente formado de artigos manufaturados, os quais representaram 70 por cento do seu valor total nos anos recentes (Furtado, 1970, p. 278).

E conquanto a integração auxiliasse o crescimento do PIB e o desenvolvimento do setor industrial, a análise de Furtado ressalva que isso aconteceu pelo ambiente econômico global que permitiu a expansão das

exportações. Além disso, a diminuição das exportações tradicionais⁴¹, isto é, de produtos primários, impactou na diminuição da atividade econômica, tendo efeitos negativos para o processo integracionista. Portanto, o autor compreende que o processo integracionista não modificou a dependência das atividades econômicas vinculadas ao setor primário e extrativista.

O processo de integração ao unir os países centro-americanos em um mercado de dimensão similares ao do Peru e com coeficiente de importações relativamente levado cerca de 17 por cento em 1960- criou condições para que se iniciasse a industrialização [...] No período de 1960-67 a produção manufatureira cresceu uma média anual de 9,0 por cento. Contudo não se pode afirmar que o rápido crescimento ocorrido na região, no atual decênio tenha como causa única a integração, pois as exportações para o resto do mundo se expandiram com relatividade intensidade durante esse período, [...] o declínio das exportações tradicionais [...] repercutiu de imediato na taxa de crescimento do PIB regional, a qual declinou de uma média de 6,6 por cento na primeira metade de decênio, para 5,0 em 1966 e 4,3 em 1967. A experiência dos dois últimos anos veio evidenciar que o processo de integração em nada reduziu a dependência em que se encontram as economias centro-americanas de suas exportações tradicionais. Uma baixa das exportações de algodão ou uma queda nos preços do café, como ocorrido em 1967, tem repercussão ampliada no setor público, com redução imediata dos investimentos financiados pelos Governos. Os investimentos ligados à integração não seriam suficientes para compensar a ação depressiva dos fatores indicados. [...] o processo de integração tende a perder vigor como reflexo mais lento das exportações para o resto do mundo (Furtado, 1970, p. 279).

Desse modo, a industrialização pode ser explicada pela junção de dois fatores principais: a integração regional, que possibilitou a ampliação do mercado e a melhoria da infraestrutura; e a segunda causa foi a exportação dos produtos tradicionais, e deste modo, a industrialização deste período não constituiu um modelo baseado na substituição de importações

A industrialização da América Central no correr do último decênio tem como causas básicas o crescimento do setor exportador tradicional e a ampliação do mercado graças a integração. Esta apoiou-se simultaneamente na união aduaneira e em medidas positivas de criação de infraestrutura comum e de incentivos aos investimentos de interesse regional. Não se trata, portanto, de um processo de substituição de importações, que implica em crescimento do setor manufatureiro com declínio simultâneo do coeficiente de importação de produtos industriais. [...] essa industrialização se assemelha à ocorrida na Argentina e no Brasil antes de 1929 (Furtado, 1970, p. 280).

⁴¹ Produtos do setor primário, como minérios e produtos agrícolas exportados pelos países América-Latina.

Por fim, a integração ainda depende das exportações de matérias-primas para se viabilizar economicamente, e a industrialização não se desenvolveu suficientemente para diminuir a dependência da economia regional do setor primário, para o autor, as dificuldades mais agudas da integração se apresentarão quando ela não depender mais da exportação de matérias-primas. Essas questões também foram abordadas na obra “*A economia latino-americana.*”

[...] a região deverá caminhar para uma integração ainda maior dos centros de decisão nos planos monetários, cambial e fiscal. Em síntese, as verdadeiras dificuldades de integração somente se manifestarão quando o desenvolvimento já não puder apoiar-se na expansão das exportações tradicionais (Furtado, 1970, p. 280).

Também o autor constata no decorrer do texto, que os ganhos em escala, foram positivos para os países, pois eram pequenas economias, e a unificação delas em um único mercado possibilitou o intercâmbio comercial e a troca de manufaturas entre os países, impactando positivamente na expansão industrial.

Após a análise das particularidades da integração centro-americana, serão abordadas no item a seguir, as demais iniciativas de integração da América Latina que são objeto de estudo por parte de Celso Furtado, a saber, a ALALC e o Grupo Andino. Ele estuda primeiro a região central do continente, que foi abordada anteriormente e depois, analisa a parte meridional e o México, sobretudo, com ênfase específica para a região andina.

2.3.2 Uma análise da ALALC e do grupo andino no pensamento de Celso Furtado

Primeiramente é importante assinalar que é a partir do intercâmbio comercial entre os países do cone sul, a saber, a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (Furtado, 1970), sobretudo, entre o Brasil e Argentina, que o autor compreende o processo de integração, e, de acordo com essa leitura, a integração é o desdobramento do comércio regional, iniciado a partir das trocas de matérias-primas entre esses países e depois estimulado pela desorganização econômica causada pela Segunda Guerra Mundial (Furtado, 1970).

Com o decorrer do desenvolvimento econômico regional, amplia-se significativamente o crescimento do comércio entre os países da região, mas a

influência do FMI sobre os países da região para um esforço de multilateralismo causou o declínio do comércio entre esses países, uma vez que essa liberalização induzida por esse fundo, implicava a utilização de linhas de crédito, de grandes centros financeiros e a adoção de moeda conversível.

Assim em 1950, o intercâmbio entre os quatro países representava 9,2 do seu comércio exterior total, [...] Desde de meados do decênio de 1950, sob pressão do FMI, realizou-se o esforço de liberação e multilateralização na Argentina e no Chile e, em seguida no Brasil, o que ocasionou sensível declínio desse comércio suscitando preocupação na região.[...] os países não desejavam incorrer em déficit em seu intercambio mútuo a fim de não ter que saldá-lo em moeda conversível, e como os financiamentos a curto prazo se faziam com linhas de crédito obtidas nos grandes centros financeiros, surgiram sérios problemas de pagamento (Furtado, 2019, p. 377).

Isso acabou por influenciar os países da América do Sul, a saber, a organizar uma zona de livre comércio que fosse compatível com os compromissos internacionais e recuperassem a dinâmica comercial anterior, dinamizando novamente o intercâmbio entre esses países (Furtado, 1970). Também segundo Furtado, contribuiu para essa iniciativa os estudos realizados pela CEPAL e outras instituições sobre os limites dos mercados nacionais para o desenvolvimento da industrialização, isso veio contribuir para que em 1960 surgisse a ALALC.

A partir da metade dos anos 50, em vários estudos relacionados com a industrialização regional, com a localização das indústrias de base, assim como nas análises explicativas das baixas de crescimento econômico, observadas na Argentina e no Chile, deu-se a maior ênfase à barreira que as reduzidas dimensões dos mercados nacionais tendiam a opor ao processo de industrialização. Essas considerações, repetidas [...] nas reuniões da CEPAL e outras instituições internacionais atuando na região, não chegaram a ter consequência praticas, mas contribuíram para criar o clima psicológico que levaria a criação de uma zona livre comércio em 1960 (Furtado, 1970, p. 284).

A partir da assinatura do Tratado de Montevidéu é criada a Associação Latino- Americana de Livre Comércio (ALALC), e a partir de 1968 a organização agrega todos os países da América do Sul e o México (Furtado, 1970).

O Tratado de Montevidéu foi organizado dentro da concepção do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que veio a ser substituído pela OMC, a ideia é impulsionar a troca de mercadorias na área e não formar uma união aduaneira, esse processo de intercâmbio consistia em negociações bilaterais produto a produto, não

formando uma liberação espontânea e linear como o modelo da Comunidade Econômica Europeia.

O Tratado de Montevideo está duplamente concebido dentro do espírito do GATT: pelo seu objetivo que é liberar o intercâmbio na área e não propriamente formar uma união aduaneira, e pelos seus processos operacionais, que consiste em negociações bilaterais produto por produto, excluindo os esquemas de liberalização automática e linear que caracterizaram o desenvolvimento da Associação de Livre Comércio Europeia e a Comunidade Econômica Europeia (Furtado, 1970, p. 285).

De acordo com Furtado, dentro da ALALC existiam dois mecanismos de liberalização comercial, o primeiro consistia em um conjunto negociações que estabeleciam acordos entre dois países para liberar produtos específicos estendendo os benefícios aos demais membros da associação. Esses acordos deveriam ser anuais, representando 8% da média da tarifa em relação aos demais países do mundo. Esses acordos eram flexíveis e poderiam modificar-se, com o país anulando a concessão ou ampliando-a.

O primeiro consiste em negociações anuais, efetuadas entre dois países, e relativas a produtos específicos as quais devem resultar concessões que beneficiam todos os membros da associação. Tais concessões feitas anualmente, devem representar pelo menos 8% da média ponderada da tarifa do país, em questão, face aos demais países do mundo. Na primeira negociação foram feitas 3240 concessões, e na segunda, 4347, contudo o número declinou consideravelmente a partir do terceiro ano [...] O resultado dessas concessões dá lugar a formação da lista nacional, que indica o conjunto de reduções aduaneiras concedidas por um país aos demais membros da associação. Mas esta lista não representa o compromisso permanente (Furtado, 2019, p. 380).

O segundo mecanismo era lista comum, que tinha duração de três anos, os produtos dessa lista deveriam ser comercializados até 1973, segundo Furtado essa lista tinha como característica uma grande quantidade produtos primários, que eram tradicionais no comércio da região, na visão dele a lista não tinha alcance prático e foi muito mais difícil organizá-la a partir da intensificação da industrialização.

O segundo método consiste em transferir das listas nacionais produtos que se incorporam a uma lista comum. Com este fim deveriam realizar-se negociações a cada três anos. A lista comum apresenta duas características: é irreversível e os produtos nela incluídos deveriam ser objeto de livre-comércio na zona até 1973. [...] Contudo, se observa mais de perto essa lista comum nota-se que ela está essencialmente integrada por produtos primários, que formar tradicionalmente o comércio da região. Essa primeira lista comum demonstrou, portanto, ser destituída de alcance prático. A segunda lista comum, negociada em 1967, revelou-se de muito

mais difícil elaboração, pois já não seria fácil formá-la ser incluir uma quantidade significativa de produtos industriais, ou um produto como o petróleo, cujo comércio suscita problemas particulares (Furtado, 2019, p. 380).

As consequências da ALALC foram pequenas, os países que tinham elevada troca comercial retomariam níveis de intercâmbio que havia diminuído em razão da liberalização comercial imposta pelo FMI nas décadas anteriores, países como México e Colômbia apresentaram relativa expansão das exportações. O comércio entre os nove países do bloco apresentou nível máximo de expansão até ano de 1965, evidenciando os limites desse processo de integração regional, cujo mecanismo consistia as listas nacionais para liberar pouco a pouco os produtos entre os países membros do bloco.

Os resultados práticos da ALALC foram modestos. Os países que tradicionalmente possuíam comércio significativo entre si viram esse comércio recuperar os níveis anteriores e mesmo superá-los. Outros países, tais como México e Colômbia, cujo o intercâmbio intrazonal insignificante, conheceram uma certa expansão em suas exportações. Se consideramos em conjunto os nove países que formaram a associação desde a sua fase inicial, isto é, se excluí Venezuela e Bolívia o comércio intrazonal alcançou 635 milhões em 1965, contra 321 milhões em 1959-61 e 508 milhões em 1953-5. Entretanto, a partir de 1965 a evolução desse comércio passou a ser irregular, tanto nos países de intercâmbio tradicional como nos que nele ingressaram estimulados pelo tratado, evidenciando que o mecanismo criado por este não lograra impacto significativo nas economias regionais (Furtado, 2019, p. 383).

Uma vez que os resultados da ALALC foram pífios, os países menores da ALALC conscientes das disparidades econômicas que existem entre suas economias e os países de grandes dimensões entre Argentina, Brasil e México, procuravam desenvolver um projeto sub-regional entre suas economias.

A consequência da insignificância dos resultados produzidos pela ALALC foi a busca de um novo caminho por meio de uma sub-regionalização. O movimento foi sobretudo inspirado pelo Chile, seguramente o país da região em que as dimensões do mercado interno constituem mais obviamente um freio ao prosseguimento do processo de industrialização. Conscientes dos problemas que coloca um projeto de integração em que figuram economias de dimensões tão distintas, como são, de um lado, Brasil, Argentina, e México, e de outro os demais membros da associação, os países de tamanho médio procuram aproximar-se numa tentativa de uma integração sub-regional (Furtado, 2019, p. 384).

Esse projeto sub-regional incluía todos os países que de forma ou outra estavam geograficamente próximos a cordilheira dos Andes daí que o grupo veio a ser conhecido como Grupo Andino, com propósitos distintos da ALALC.

Como esses países são todos ligados pela cordilheira dos Andes-Chile, Peru, Colômbia, e Venezuela-, a nova associação tornou-se conhecida como Grupo Andino. Adesão do Equador e da Bolívia veio mais cabalmente justificar a designação. O objetivo declarado é simplesmente preparar a integração do conjunto latino-americano, mas não resta dúvida tendeu a adquirir consistência interna. A estratégia que está na base da estruturação do Grupo Andino é distinta da que a inspirou a criação da ALALC (Furtado, 2019, p. 384).

Uma vez que o Grupo Andino se assemelhava muito mais a ideia e ao projeto do Mercado Comum Centro-Americano, e sua origem histórica é igual ao último grupo, já que não existia intenso fluxo comercial entre os países membros, todavia existia uma infraestrutura comum e um processo avançado de industrialização entre os principais integrantes desse grupo.

À semelhança do Mercado Comum Centro-americano, o Grupo Andino parte de uma situação de inexistência quase total de comércio entre os países dos membros. Contudo, já existe uma infraestrutura de transporte desenvolvida, posto que todos os países estão interligados pelas linhas marítimas que servem o comércio exterior tradicional da região. Algumas iniciativas foram tomadas para articular as frotas marítimas e uma linha área de carga conjunta foi iniciada. Além disso, diferentemente do que ocorria com os países centro-americanos no momento de iniciar a integração, no Grupo Andino, pelo menos os quatro maiores representam 84 por cento dos 66 milhões de habitantes com que contava a sub-região em 1970- se encontravam em fase relativamente avançada de um processo de industrialização apoiada na substituição de importações (Furtado, 2019, p. 385).

E embora Furtado considere que não aconteceu nenhuma significativa integração entre os três países com maior nível de industrialização do Grupo Andino, o autor vislumbra que isso virá a ocorrer ao longo do processo histórico, também o projeto regional tinha como objetivo lograr uma unificação aduaneira criando uma tarifa externa para países não membros, além de buscar um planejamento econômico comum em relação aos fluxos de capitais estrangeiros, buscando desenvolver uma infraestrutura conectada entre os países-membros.

Contudo, como os sistemas industriais nacionais ainda não alcançaram um elevado grau de integração interna, como já era o caso em 1961 dos três países maiores, é de admitir que as resistências à complementação entre eles venham a ser menores. A política integracionista do Grupo Andino, se

apoia num esforço de desarmamento tarifário automático, num projeto de unificação da tarifa aduaneira com respeito a terceiros países (os dois objetivos deverão ser alcançados até fins dos anos 1970), a implantação de uma planificação coordenada na construção de uma infraestrutura física visando uma integração num esforço financeiro comum em benefício dos países de menor desenvolvimento relativo e numa política comum em face aos capitais estrangeiros (Furtado, 2019, p. 386).

Portanto, o autor conclui que a formação de um mercado regional é um objetivo revelado de todos os governos latino-americanos, na medida em que se difundiu a percepção que os países subdesenvolvidos não poderão enfrentar a questão da pobreza e da dependência econômica sozinhos.

A formação de um mercado comum regional constitui hoje um objetivo declarado e de política econômica de todos os governos latino-americanos. Essa ideia- força que seguramente desempenhará papel fundamental no desenvolvimento da região nos próximos decênios difundiu-se rapidamente no passado recente como reflexo da percepção de que pequenos países isolados não poderão fazer face aos crescentes problemas colocados pelo subdesenvolvimento (Furtado, 2019, p. 387).

Todavia, a ideia de projetos regionais para enfrentar dilemas como subdesenvolvimento tem em Furtado uma concepção própria, pois projetos regionais que se limitam apenas ao comércio e a união aduaneira é um objetivo coerente com nações pequenas e com poucas disparidade econômicas entre si, uma vez que países com economias maiores, envolve complexidade econômica que a simples unificação do espaço econômico e comercial não tem mesma efetividade para estímulo da economia.

Os esquemas que se limitam à liberalização do comércio, na tradição das zonas de livre-comércio e mesmo de uniões aduaneiras, podem ter importância em situações particulares, como foi o caso dos países centro-americanos, que se caracterizavam por um grau de desenvolvimento similar e abordavam a primeira fase da industrialização. Tratando-se de países que já avançaram industrialização, com orientação preferencialmente autárquica, como são os casos da Argentina e do Brasil e de países com grandes disparidades em seus graus de desenvolvimento, esses esquemas em si mesmos são de escassa valia (Furtado, 2019, p. 387).

Como atesta ainda Furtado não se trata apenas de estimular o comércio, mas criação de todo sistema econômico e dos desafios que se colocam diante das forças poderosas dos consórcios internacionais.

[...] longe de ser uma simples questão de liberalização de comércio, o verdadeiro problema consiste em promover a criação progressiva econômico regional, o que não será tarefa pequena, em razão da orientação do desenvolvimento, das disparidades, dos níveis atuais de desenvolvimento, dos riscos de agravamento da concentração geográfica tanto das atividades econômicas como da apropriação dos frutos do desenvolvimento da considerável autonomia com que atuam na região poderosos consórcios internacionais [...] (Furtado, 2019, p. 388).

E que a unificação econômica de países maiores coloca a questão de uma homogeneidade estrutural, o que implicaria em um planejamento a nível nacional das economias das nações envolvidas, aqui coloca-se como crítico das Zonas de livre-comércio, uma vez que essas reproduziriam a ideologia do *laissez-faire*, deixe passar.

Em síntese, o problema é muito menos de formação de um espaço econômico unificado, mediante uma modalidade progressiva de produtos e fatores de produção- o que só seria praticável se as economias nacionais houvessem alcançado um grau de homogeneidade estrutural muito maior e atingindo níveis de desenvolvimento similares-, do que de reorientação do desenvolvimento do plano nacional, no sentido de uma articulação crescente das economias nacionais em um todo coerente. As uniões aduaneiras e as zonas de livre-comércio são frutos tardio da ideologia do *laissez-faire* ao passo que o tipo de integração que poderá beneficiar as economias latino-americanas pressupõe um avanço considerável no planejamento em nível nacional [...] (Furtado, 2019, p. 388).

Para Celso Furtado a economia capitalista mundial a partir dos anos 70 passa por modificações estruturais que colocam desafios as economias capitalistas. Mais tarde ele irá indicar os impactos dessas mudanças no plano financeiro sobre as economias, sobretudo as subdesenvolvidas, particularmente, as economias latino-americanas.

O problema principal com que se defrontam as economias capitalistas no decênio de 70 está sendo o de inventar instrumentos de coordenação das atividades que chamamos de nova dimensão internacional as quais incluem a manipulação por agentes financeiros que gozam de elevado grau de autonomia, de uma massa crescente de títulos de créditos de elevado grau de liquidez. A brusca elevação do preço do petróleo em fins de 1973 contribuiu para tomada de consciência dos riscos que envolve a rápida expansão das atividades não submetidas a controle (Furtado, 1977, p. 86).

Assim as novas mudanças na economia mundial colocaram o poder nos Estados Unidos como potência inequívoca, a partir da ascensão do dólar como moeda de reserva e troca internacional, com isso operou-se integração financeira e

econômica muito maior do sistema internacional, com o poder irradiado a partir dos Estados Unidos.

A experiência de 1974-76 pôs em evidência que uma crise maior proporções no sistema capitalista tende a reforçar a posição do governo dos Estados Unidos. Isto se explica pela posição que ocupa o dólar e pela dependência pelo que se encontram vis-à-vis do mercado norte-americano, as economias alemã e japonesa. Em face do grau de integração já alcançado, somente o governo dos Estados Unidos dispõe de meios para modificar as tendências da conjuntura (Furtado, 1977, p. 89).

Essas modificações aprofundariam as disparidades entre os grandes centros e as periferias com aumento dos investimentos improdutivos. Além disso, Furtado, pautaria os limites do processo da industrialização, apoiada na substituição de importações.

Existem, portanto, o país de capitalismo periférico, tendência estruturais no sentido de concentração de renda e de orientação da poupança para investimentos improdutivos. Tais tendências contribuem para tornar ainda mais escassos os recursos disponíveis para a industrialização, escassez que se agrava com o tempo, pois o processo de substituição de importações avança numa rampa cuja a pendente mede a intensidade de capitalização por unidade de faturamento (Furtado, 1977, p. 94).

Diante das novas transformações, Furtado propõe diversas soluções, mas focaremos aqui no “regionalismo periférico” na qual argumenta o autor, uma vez que o tema regional é o objeto de estudo desse trabalho. Dessa forma, o autor propõe a criação de grupos de países periféricos por tipos de produtos em comum, por exemplo, os países exportadores de minério de ferro deveriam se unir em grupo para articular-se em torno de decisões para fazerem valer seus interesses frente ao capitalismo internacional.

Um grupamento regional pode incluir subgrupamentos, assim com a participação em grupo funcional (por exemplo, exportadores de petróleo) não exclui a participação de outros grupos funcionais (por exemplo, exportadores de minério de ferro, cobre, bauxita). O que importa é que na confrontação com os países – trata-se efetivamente de confrontação por mais que se encubra a realidade com eufemismos – surjam delegados que se representem grupos de países, e que os grupos mais significativos dos países que formar o mundo periférico possam, quando necessário de forma rápida e efetiva articular-se para tomar decisões. O objetivo alcançar seria obter o poder de veto, toda vez que os problemas fundamentais do mundo periférico estivessem em jogo (Furtado, 1977, p. 94).

Embora não perca de vista os enormes desafios que a nova era capitalista impõem aos países periféricos, com o fortalecimento das transnacionais e as

grandes mudanças econômicas a partir de ascensão do poder do dólar como moeda de curso internacional.

A enorme concentração de poder que caracteriza o mundo contemporâneo – poder que se manifesta sob a forma de super-Estados-nacionais e ciclópicas empresas transnacionais, uns e outros apoiados em imensos recursos financeiros, no controle da técnica e da informação e instrumentos de intervenção, aberta ou disfarçada de âmbito planetário- América- Latina em posição de flagrante inferioridade, dado o atraso que acumularam as economias da região e as exíguas dimensões do mercados nacionais (Furtado, 1977, p. 136).

E prossegue em sua argumentação frente aos desafios da nova era contemporânea retomando a crítica ideologia do *laissez-faire*, ou seja, ao liberalismo econômico, que é novamente foco de descrédito por Furtado. Segundo ele, essa ideologia impõe renunciar aos objetivos nacionais, a desarticulação econômica, ao agravamento da desigualdade social entre diferentes áreas geográficas de um mesmo país, a ampliação da concentração da concentração de renda, além do aumento da marginalização do conjunto da população.

Em face de transnacionalidade da economia, a opção *laissez-faire* significa hoje em dia, em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, acertar progressiva desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de identidade nacional. Convém acrescentar que essa desarticulação trás consigo agravação das desigualdades geográficas dentro de um mesmo país, concentração social da renda, marginalização de amplos segmentos de população, enfim, crescentes custos sociais (Furtado, 1977, p. 136).

Em suma, Celso Monteiro Furtado, nunca acreditou num processo de integração econômica conduzido por órgãos financeiros do *establishment*, numa abertura econômica apoiada, num modelo liberal, com foco apenas numa relação comercial. Para ele, todo processo de integração necessita da ação estatal, dessa forma, Furtado compreende o estado como principal indutor do desenvolvimento, portanto, não pode a integração ficar sob a liderança de consórcios transnacionais, inclusive ele expõe os riscos de integrar economias com tamanhos díspares, destacando o problema das assimetrias.

2.4 Marini: a integração econômica regional debatida a partir dos conceitos de subimperialismo e dependência econômica

2.4.1 Como Marini enxerga a integração econômica no capitalismo

Em primeiro lugar é importante apontar que sem compreender como Marini enxerga a funcionamento da economia capitalista não captaremos como o autor interpreta a integração regional e sua articulação institucional por meio de blocos econômicos. Para o autor em questão, a integração regional é o desdobramento político de profundas transformações econômicas engendradas pela economia capitalista, resultado de um amplo processo centralização e concentração de capitais, portanto, para o autor, a integração regional é a expressão política de um denso processo de integração econômica gestada no interior da economia capitalista. Deve-se ainda salientar que para Marini, o capitalismo possui características “monopolísticas” e “integracionistas”.

Nos países centrais, por sua vez, aumenta o desenvolvimento da indústria pesada, com a tecnologia que lhe corresponde, e a economia se orienta a uma maior concentração das unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios. Esses traços, gerados pela acumulação capitalista realizada nas etapas anteriores, aceleram o processo e foram o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicação em ações e, em menor medida, investimentos diretos [...] a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente um parte da mais-valia criada dentro da economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista (Marini, 2017, p. 49).

Para Marini, a acumulação capitalista mundial chegou ao ápice na economia estadunidense e engendrou um processo de trustificação, e concentração cada vez maior da riqueza produzida globalmente. Portanto, os Estados Unidos, no pós-guerra, têm criado mecanismos para evitar uma crise de superprodução. Dessa forma, parte do capital excedente gerado pela economia estadunidense foi invertido em setores improdutivos. Além disso, os EUA expandiram a exportação desses capitais para além das suas fronteiras nacionais buscando novos mercados para realizar a acumulação, e isso permitiu o aprofundamento do processo monopolista e de integração das economias capitalistas.

La progresión ascensional de la acumulación capitalista en la economía norteamericana el proceso de trustificación [...] tiene por resultado la concentración siempre creciente de una riqueza cada vez más considerable. [...] La política antinflacionaria que se ha adoptado, de modo general, en los Estados Unidos, después de la guerra, ha permitido contener el ímpetu del crecimiento económico y limitar a lo inevitable el monto del excedente, sin lograr impedir, sin embargo, que éste siga muy por encima de las posibilidades existentes para su absorción. Resultan de ahí las sumas siempre más grandes destinadas a las inversiones improductivas, principalmente en la industria bélica y en los gastos de publicidad. El restante, que no ha podido esterilizarse de esa manera, se precipita hacia el mercado exterior, convirtiendo la exportación de capitales en uno de los trazos más característicos del imperialismo contemporáneo (Marini, 1966, não paginado).

O excedente gerado nos EUA é invertido sob a forma de capital em várias regiões do mundo, ampliando a influência econômica e política estadunidense em diversos países que recebem grandes quantidades de capitais desse país. O resultado dessas inversões estadunidenses é a ampliação da apropriação da riqueza gerada nessas nações por meio da extração da mais-valia da periferia, sob a forma de patentes, remessas de lucro e transferência tecnológicas. Os EUA assim ampliam geograficamente a proteção política, militar e diplomática para suas empresas e cidadãos. Como constataremos a seguir, a hegemonia econômica desdobrou-se também numa dominação política e militar, o que pode ser comprovado nos vários golpes de estados realizados na América Latina, sob apoio encoberto e muitas vezes explícito de Washington.

La lógica capitalista, que subordina la inversión a la expectativa de beneficio, lleva a los capitales a las regiones y sectores que parecen más prometedores. La consecuencia es, a través de la repatriación de capitales, un aumento suplementario de excedente, que impulsa nuevas inversiones en el exterior, recomenzando el ciclo en nivel más alto. Se amplían así [...] las fronteras económicas norteamericanas, intensificando se el amalgamamiento de intereses en los países e en ellas contenidos y se vuelve cada vez más necesario que bajo de distintas maneras, el gobierno de Washington extienda más allá de los límites territoriales la protección que dispensa a sus nacionales (Marini, 1966, não paginado).

Para Marini, o processo expansão da economia capitalista demonstra cada vez mais suas particularidades monopolísticas e sua tendência integracionista, assumindo um processo que o autor denomina de “integração imperialista,” além de salientar que há uma cooperação econômica que é antagônica e contraditória. Também assevera que o processo é abertamente hostil entre os centros do capitalismo, acontecendo uma disputa no seio do imperialismo, uma competição

entre os diferentes países imperialistas o que em certa medida coloca alguns entraves a integração econômica global.

Siempre es verdad, sin embargo, que la expansión del capitalismo mundial la acentuación del proceso monopolístico mantuvieron constante la tendencia integracionista, que se expresa hoy, [...] e la intensificación de la exportación de capitales. [...] los demás países industrializados, quienes, sometidos a la penetración de las inversiones norte-americanas, se volvieron a su vez en centros de exportación de capitales y extendieron simultáneamente sus fronteras económicas, dentro del proceso ecuménico de la integración imperialista. Las tensiones que intervinieron entre esos varios centros integradores, de desigual grandeza (como, por ejemplo, Francia y Estados Unidos), a un que no puedan, como en el pasado, llegar a hostilidad abierta, y tengan que mantener en el marco de la cooperación antagónica, obstaculizan el proceso de integración, abren fisuras en la estructura del mundo imperialista y juegan fuertemente en beneficio de lo que tiende a destruir las bases de la estructura-los movimientos revolucionarios en los países subdesarrollados (Marini, 1966, não paginado).

Ruy Mauro Marini não está errado ao mencionar esta disputa entre os diferentes países imperialistas, pois, a Primeira Guerra e a Segunda Guerra mundial são decorrência do acirramento das disputas imperialistas, visto que as potências coloniais e neocoloniais batalhavam por mercados, matérias-primas e colônias e novos espaços de acumulação. Assim, a consolidação do imperialismo sobre os países com economias mais débeis é um processo conflituoso, que cinde o próprio núcleo dos países imperialistas, desorganizando a economia mundial com sucessivas crises políticas e econômicas. Não obstante esses processos, observa-se a emergência de uma nova economia capitalista com o fortalecimento de uma tendência mais integradora do imperialismo, processo político e econômico que se modifica a partir da crise do petróleo com o aumento da dívida pública dos países dependentes, atração de capitais globais por meio de mecanismos financeiros, processo político e econômico que muitos autores denominam de “financeirização”.

A consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional não ocorre de forma tranquila no curso de sua evolução terá que passar por um curto período extremamente difícil que se abre com a guerra de partilha colonial de 1914, avança com a desorganização imposta ao mercado mundial de 1929 e culmina com a guerra pela hegemonia mundial de 1939. A economia que emerge deste o processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a integração na esfera mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação (Marini, 2017, p. 52).

O novo neocolonialismo ensejou e sofisticou as relações centro-periferia, mas manteve o domínio econômico, sobre as antigas colônias europeias, da América, África e Ásia, pois, a independência política da maioria delas e sua transformação em países não significou a libertação do jugo da exploração econômica e da lapidação das riquezas nacionais, mas o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho mais complexa que conservou as desigualdades sociais existentes entre os povos e aprofundou as diferenças e contradições materiais entre os países do centro e da periferia.

Segundo Marini, essas situações de conflito gestadas pelo capitalismo permitem a existência de interstícios que podem resultar em aberturas progressistas para essa forma de organização social e econômica. Pode-se entender isso como uma saída revolucionária ou mesmo o engendramento de um desenvolvimento capitalista autônomo, ainda que o articulista, nessa etapa do pensamento compreenda a revolução socialista como único caminho para superar as contradições, todavia como veremos a seguir ele reconhece o potencial desenvolvimento endógeno da economia brasileira nos 1950.

[...] las relaciones entre los países industrializados que el proceso de integración imperialista alienta su propia negación. Eso se da, principalmente, al nivel de las relaciones entre esos países y los pueblos colonizados, y reside allí sin duda el factor determinante que lo encamina hacia su frustración. La exportación de capitales en dirección a esas naciones impulsa, de hecho, el desarrollo de su sector industrial, contribuyendo a crear nuevas situaciones de conflicto, desde dos puntos de vista —interno y externo— y a propiciar una crisis que altera las condiciones mismas en que se procesa esa industrialización. (Marini, 1966, não paginado).

O processo de industrialização ocorrido nos países subdesenvolvidos aprofundou as contradições políticas, econômicas e, sociais existentes, opondo nos países mais atrasados setores desenvolvidos do capitalismo aos setores atrasados, a burguesia sócia do capital internacional à burguesia vinculada ao mercado interno, a grande burguesia à pequena burguesia, a burguesia à classe trabalhadora, os latifundiários aos camponeses.

Internamente, la industrialización se traduce, en un país rezagado, en la agudización de contradicciones sociales de varios tipos: entre los grupos industriales y los latifundistas-exportadores; entre la industria y la agricultura de mercado interno; entre los grandes propietarios rurales y el campesinado; y entre los grupos empresariales y la clase obrera, así como la pequeña burguesía. La diversificación económica se acompaña, pues, de

una complejidad cada vez mayor en las relaciones sociales, que opone, en primer término, los sectores de mercado interno a los de mercado externo y, luego, en el corazón de los dos sectores, a los grupos sociales que los constituyen (Marini, 1966, não paginado).

Para Marini, a economia capitalista no decorrer do seu desenvolvimento histórico apresenta processo contraditório e heterogêneo, ao ressaltar que mesmo o capital externo não tem interesses homogêneos, citando como exemplo, os investimentos do capital externo no ramo exportador, não teriam os mesmos interesses econômicos dos investimentos alocados na indústria vinculada ao mercado interno, salientando-se ainda que esse setor econômico não se contraporia às medidas progressistas que induzissem ao desenvolvimento da economia capitalista como a reforma agrária.

Ni siquiera el capital extranjero invertido en la economía puede sustraerse a esas contradicciones y presentarse como un bloque homogéneo: el que se invierte en las actividades de exportación [...]no tiene exactamente los mismos intereses que el que se aplicó en la producción industrial o agrícola para el mercado interno (industria automotriz, aparatos electrodomésticos, industria de enlatados), y ambos reaccionarán de modo distinto, por ejemplo, delante de un proyecto de reforma agraria que signifique ampliación del mercado interno y cree en el campo mejores condiciones de trabajo y remuneración (Marini, 1966, não paginado).

No contexto histórico brasileiro dos anos 1950, eram grandes as contradições entre os diversos setores que compunham a economia nacional, portanto, nesse período havia uma separação objetiva entre os setores econômicos progressistas, sob influência da burguesia interna, que buscavam o desenvolvimento das forças produtivas do país e os setores econômicos que entravavam o desenvolvimento delas, estando vinculadas ao capital internacional.

A industrialização permitiu o acelerado crescimento dos setores econômicos nacionais em relação ao capital externo, engendrando um processo de disputa entre setores econômicos vinculados ao mercado interno e aqueles vinculados ao mercado externo, ou seja, associados diretamente ao capital internacional. Entre 1930 e 1950, no Brasil ocorreu a rápida expansão da indústria vinculada ao mercado interno, sendo um período do fortalecimento dos grupos econômicos internos em relação aos grupos estrangeiros, que também evidenciou a grande margem de independência que possuía a economia brasileira, e o potencial de desenvolvimento endógeno e autônomo nos anos 1950.

El hecho de que el proceso de diversificación social, que resulta de la industrialización, no se sincronice rigurosamente con el ritmo de la penetración imperialista lleva, de otra parte, a que se agraven los factores antagónicos entre la economía subdesarrollada y la economía dominante. Puede pasar —como sucedió, por ejemplo, en Brasil, entre los años 1930 y 1950— que el sector industrial nacional aumente de manera mucho más rápida que la desnacionalización económica resultante de las inversiones externas. Además de las disputas que surgen, entonces, entre los dos sectores, en su lucha por el mercado interno, sus relaciones se agravan cuando —alcanzado determinado nivel de industrialización— las necesidades crecientes de la importación chocan, en el terreno cambiario, con las presiones del sector extranjero para exportar sus beneficios y con las distorsiones que la dominación imperialista impone a la estructura del comercio exterior (Marini, 1966, não paginado).

Porém, é preciso ressaltar que para o autor o imperialismo fortalece desde o exterior a sua dominação econômica sob as nações periféricas, dessa forma, a pouca margem de autonomia que possui os países periféricos para desenvolver as suas próprias forças produtivas, no caso em particular, que tinha a economia brasileira, é solapada pelo grande desenvolvimento das economias capitalistas mais desenvolvidas, o que acaba por subordiná-la e integrá-la as economias imperialistas.

O rápido desenvolvimento tecnológico e material dessas economias mais avançadas implica na produção de excedentes que se materializam sob a forma de equipamentos tecnológicos, que se tornam obsoletos nos países centrais, em razão do rápido desenvolvimento material, então esses equipamentos são exportados sob a forma de capital direto as economias dependentes. O “descarte” dessa massa de capital, sob a forma de máquinas e equipamentos obsoletos, é o mecanismo que o capitalismo encontra para aumentar sua mais valia, ao expandir a fronteira econômica, submetendo e integrando as economias mais débeis.

La cuestión tiende a agravarse aún más por otra razón. La reducción del plazo de renovación del capital fijo en las economías avanzadas, como consecuencia del ritmo increíblemente rápido de las innovaciones tecnológicas ³, lleva a que esas economías experimenten la necesidad apremiante de exportar sus equipos obsoletos a las naciones en fase de industrialización. El estrangulamiento cambiario que sus prácticas comerciales y financieras provocan en la capacidad para importar de esas naciones contrarresta, empero, esa tendencia. La contradicción sólo puede superarse a través de la introducción de tales equipos en los países subdesarrollados bajo la forma de inversión directa de capital (Marini, 1966, não paginado).

Segundo o autor, com a diminuição das exportações reduzem os ingressos, a implicação disso é uma crise econômica que acirra as disputas entre os diferentes

setores econômicos do país; acarretando uma grave crise cambiária e inflacionária que é reforçada pelas disputas entre os diferentes segmentos da burguesia e as classes assalariadas.

Esa expansión empieza, sin embargo, a dar señales de agotamiento, hacia 1960, en función de la disminución que se verifica en el nivel de los ingresos internos, de la caída del precio y del volumen de las exportaciones y de la fuerte exportación de beneficios, lo que sumerge al país en una grave crisis cambiaria; y también por acción de la aceleración del proceso inflacionario, expresión de la lucha que libra la burguesía industrial y financiera con los grupos empresariales rurales, así como con las clases asalariadas (Marini, 1966, não paginado).

A resposta da burguesia a essas contradições é uma política que busca a realização de reformas estruturais, a exemplo de medidas para alterar a estrutura agrária, com o objetivo de ampliar o mercado interno para aumentar as ofertas de alimentos e matérias-primas, além de uma política exterior independente, que procurava assegurar novos mercados para os produtos brasileiros.

Essas medidas políticas estavam em contradição com os agroexportadores e os grupos monopolistas, em sua maioria estadunidenses, assim como uma política exterior independente, no contexto da Guerra Fria se chocava com a política estadunidense para o hemisfério. Cabe ainda salientar que o autor enfatiza medidas para ampliar o mercado interno, pois para ele, o baixo desenvolvimento desse, constituiria um dos problemas do nosso capitalismo atrasado.

La política externa independiente y las reformas estructurales fueron las direcciones en que se movieron esos dos gobiernos buscando doblegar la resistencia de los sectores dominantes aliados. Con la primera, se trató de crear un área de maniobra en el campo internacional, que permitiera al Brasil diversificar sus mercados de productos de base y sus suplementos de créditos, principalmente en el campo socialista, y abrir camino para la exportación de productos industrializados, en África y Latinoamérica, principalmente. Con las reformas, se buscaba ante todo la reformulación de la estructura agraria, capaz de abrir nuevos mercados al comercio interior y aumentar la oferta interna de materias primas y géneros alimenticios (Marini, 1966, não paginado).

Também deve-se salientar que o conceito de mercado do autor, é equivalente ao entendimento de “mercado consumidor”, interpretação que pode ser feita ao longo da obra do autor, em diversas passagens que serão citadas no decorrer dessa exposição.

Entretanto, a tentativa de consolidar o desenvolvimento de um capitalismo independente e autônomo no Brasil garantindo o desenvolvimento de nossas forças

produtivas, com a realização das assim denominadas “reformas estruturais”; é suplantada pela subordinação da economia nacional ao capital internacional e pela integração produtiva das indústrias aos grupos transnacionais, a frágil democracia liberal cede a uma solução de força com a implantação da ditadura militar. A política externa e independente realizada pelos governos de recorte burguês e reformista é substituída por uma política externa alinhada aos interesses estadunidense, esse processo político e econômico de integração e subjugação das economias capitalistas mais débeis pelas mais desenvolvidas é denominado por Marini de “Integração Imperialista”.

Los os conflictos que generó una industrialización llevada a cabo en el marco del sistema imperialista condujeron así a la sociedad brasileña a una solución de fuerza, que selló el antagonismo existente entre la burguesía y las clases populares. Paralelamente, esa solución de fuerza consagró la adhesión definitiva de la burguesía brasileña a la política de integración imperialista, en grado suficiente para que el actual régimen militar pueda ser considerado como el instrumento de que se sirven las clases dominantes en Brasil y los grupos imperialistas para concretar esa política. Por la represión policíaco militar con que sofocó a los movimientos populares y por la coerción que impuso a los grupos burgueses refractarios a la integración, se creó el clima necesario para realizarla sin los inconvenientes de una oposición (Marini, 1966, não paginado).

Deste modo, a política exterior independente dos governos Jânio Quadros e Goulart, baseada na autodeterminação dos povos e no princípio da não-intervenção é substituída por uma política de alinhamento automático aos interesses estadunidenses, invocando para isso o princípio da interdependência continental e justificando pela geopolítica os vínculos brasileiros com os Estados Unidos. É uma política que expõe a capitulação e a subserviência do Brasil aos interesses estadunidenses, resultados da dependência econômica causada pela expansão econômica e hegemônica estadunidense em direção aos demais países, assim a subjugação militar e política é a continuação do domínio econômico e cultural estadunidense assegurada pelo uso do seu aparato militar.

Esa política económica se completa con la actuación internacional del régimen militar brasileño, muy distinta de la llamada “política externa independiente” que practicaron los gobiernos Quadros y Goulart y que se basaba en los principios de autodeterminación y no intervención. Desde que, a raíz del golpe de 1964, asumió la dirección del Ministerio de Relaciones Exteriores el actual canciller Vasco Leitaó da Cunha, éste rechazó la idea de una política externa independiente, invocando razones geopolíticas, que vincularían estrechamente el Brasil al mundo occidental y particularmente a los Estados Unidos, y declaró que el concepto básico de

la diplomacia brasileña es el de la interdependencia continental (Marini, 1966, não paginado).

Marini ainda pondera as particularidades do Brasil, dentro do processo de “expansão imperialista”, conceito pelo qual ele explica a integração econômica da economia brasileira a economia estadunidense, não se tratada de um processo de subserviência passiva, pelo contrário será um processo em que o autor coloca que a burguesia por sua condição de debilidade e incapacidade de manter alheio as imposições externas, cederá a força do império, quando possível buscará formas de desempenhar protagonismo nesse processo de expansão econômica estadunidense.

En política interna y externa, el gobierno militar de Brasil no manifiesta sólo una decisión de acelerar la integración de la economía brasileña a la economía norteamericana; expresa también la intención de convertirse en el centro de irradiación de la expansión imperialista en la América Latina. En eso se distingue la actual política exterior brasileña de la que practicó en el pasado, así como de la que adoptan hoy países como Venezuela, Perú, Panamá, Guatemala. No se trata de aceptar pasivamente las impresiones norteamericanas (aunque la correlación real de fuerzas lleve muchas veces a ese resultado), sino de colaborar activamente con la expansión imperialista, asumiendo en ella la posición de país clave (Marini, 1966, não paginado).

Na visão de Marini, o protagonismo da burguesia brasileira no plano regional decorre dos problemas econômicos ocasionados pela opção de um desenvolvimento integrado ao polo hegemônico do capitalismo, o empresariado nacional assume um papel subalterno, tornando-se sócio menor do capital internacional. Por outro lado, o autor indica a debilidade dessa elite emergente, ao mencionar aliança dela com as classes latifundiárias, isso explica a incapacidade da burguesia em impetrar a reforma agrária, portanto, a modernização capitalista do campo se coloca como alternativa ao fim do monopólio da terra.

Esa pretensión no nace tan sólo de un deseo de liderato político, por parte de Brasil, sino que se debe principalmente a los problemas económicos que plantea la opción de la burguesía brasileña en pro del desarrollo integrado. El restablecimiento integral de su alianza con las antiguas clases oligárquicas, vinculadas a la exportación, que selló el golpe de 1964, dejó a la burguesía en la imposibilidad de romper las limitaciones que la estructura agraria impone al mercado interno brasileño. El mismo proyecto de reforma agraria adoptado por el gobierno Castelo Branco no admite otra manera de alterar esa estructura sino a través de la extensión progresiva del capitalismo al campo, es decir, dentro de un plazo largo (Marini, 1966, não paginado).

Além disso, Marini destaca, que o baixo desenvolvimento do mercado interno, decorre da incapacidade da realização da reforma agrária, além indicar que tanto isso como a integração econômica ao imperialismo estadunidense são problemas que entravam o desenvolvimento do nosso capitalismo.

Na percepção dele o latifúndio constituiria um entrave ao desenvolvimento desse mercado, decorre daí duas necessidades: primeiro, a realização das reformas estruturais para ampliar o mercado interno com a execução de uma reformada estrutura fundiária; em segundo lugar, a política exterior independente da burguesia que tinha como objetivo o estabelecimento de uma reserva mercado para os produtos da indústria brasileira no exterior. Dessa forma, a iniciativa da criação de um Mercado Comum Latino-americano, pelo Governo de Castelo Branco corresponderiam esses mesmos imperativos no âmbito regional, com suas particularidades e substituiria a política externa independente realizada pelos governos anteriores, ajustando a política externa ao novo contexto geopolítico da Guerra Fria e excluindo a necessidade realização das reformas estruturais.

Así, sea por su política de refuerzo de su alianza con el latifundio, sea por su política de integración al imperialismo, la burguesía brasileña no puede contar con un crecimiento del mercado interno en grado suficiente para absorber la producción creciente que resultará de la modernización tecnológica. No le queda otra alternativa sino intentar expandirse hacia el exterior, y se le vuelve entonces necesario garantizar una reserva externa de mercado para su producción. El bajo costo de producción, que la actual política salarial y la modernización industrial tienden a crear, señala la misma dirección: la exportación. Es lo que explica la maniobra reciente del gobierno Castelo Branco en pro de la creación de un mercado común latinoamericano, bajo la égida de Brasil ((Marini, 1966, não paginado).

Enquanto, o incremento das exportações em direção aos países da África e América Latina, nos governos Quadros e Goulart constituiria uma alternativa provisória a um mercado internoobstruído, até a execução das denominadas reformas estruturais, para fomentá-lo, nos governos dos militares assegurar essa reserva de mercado exterior é uma solução definitiva.

No se trata de una tendencia totalmente nueva. La política exterior de Quadros y Goulart también buscaba condiciones favorables para la expansión comercial brasileña en África y Latinoamérica. La diferencia está en que el Brasil adoptaba entonces una posición de free lancer, en el mercado mundial, confiando en que, a través de las reformas estructurales internas, no tardarían en desaparecer las limitaciones que frenaban el crecimiento del mercado interno brasileño. La exportación aparecía, pues, como una solución provisional, [...] ((Marini, 1966, não paginado).

Portanto, a partir da ascensão dos militares ao poder as iniciativas para a criação de reservas de mercado no exterior dos Governos Quadros e Goulart, deixam de ser uma solução complementar e provisória para se colocar como alternativa a realização das reformas estruturais e a ampliação do mercado interno. Nesse contexto a política externa do governo militar fomenta iniciativas regionais, para assegurar mercado para os produtos da indústria, condição imprescindível para fomentar as exportações desse mesmo setor, absorvendo mercados já existentes.

Actualmente, al contrario, se trata, para la burguesía, de compensar la imposibilidad en que se encuentra de crear un mercado interno para una producción que debe crecer, a través de la incorporación extensiva de mercados ya formados, como el uruguayo, por ejemplo. La exportación deja de ser así una solución provisional y complementaria a la política reformista y se convierte en la alternativa misma de las reformas estructurales (Marini, 1966, não paginado).

O conceito de mercado interno de Marini é o conceito de mercado consumidor, pois ao falar em reserva de mercado no exterior para produtos da indústria brasileira, sua retórica pauta a dificuldade que a indústria brasileira encontra para alocação da sua produção. Durante o decorrer da sua argumentação, a ideia de mercado apresentada pelo autor é de mercado consumo final, ao não considerar que a acumulação gera a própria demanda, uma vez que a indústria de bens de capital pode gerar os próprios mercados, além disso, há o mercado intersetorial e intrasetorial.

Por fim, a integração regional a partir do fomento dos mercados regionais é o desdobramento da integração econômica que existe dentro sistema capitalista, sendo assim Marini considera que processo institucional de fomento das iniciativas regionais por parte dos governos militares do Brasil, como parte um processo político de acomodação de interesses e necessidades da burguesia interna em buscar novos mercados compensando a perda de mais-valia extraída pelos conglomerados estadunidenses através da extração da mais-valia dos países vizinhos, também com o aprofundamento da superexploração da força da mão-obra.

2.4.2 América Latina: economia dependente, revolução e estado contrarrevolucionário

E para compreendermos o processo de integração econômica em Marini é preciso considerar as ideias de uma das obras mais importantes do seu pensamento, a saber, “Subdesenvolvimento e Revolução”; nela Marini entende que a América Latina já nasce vinculada ao mercado capitalista internacional. A Inglaterra que emerge como potência capitalista, desbancando no comércio colonial e as tradicionais metrópoles, ocupando o espaço econômico dessas nações europeias, a saber, Espanha e Portugal que estiveram na vanguarda do processo colonial.

América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, [...] A decadência dos países ibéricos, que primeiro se apossaram dos territórios americanos, engendra situações conflitivas, derivadas dos avanços das demais potências europeias. Mas é a Inglaterra, mediante sua dominação imposta sobre Portugal e Espanha, que finalmente prevalece no controle desses territórios (Marini, 2017, p. 47).

Com o decorrer do processo histórico e o aumento da demanda por matérias-primas da nascente indústria inglesa, ocorre o aprofundamento da integração da economia latino-americana ao mercado mundial, e essa região torna-se fornecedora de matérias-primas e consumidora de bens manufaturados da indústria europeia.

No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa- principalmente na Inglaterra-, a região latino-americana é chamada mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve européia (Marini, 2017, p. 48).

Dessa forma os países da América Latina que mais desenvolvem a sua infraestrutura material e econômica, são os que estão vinculados à crescente demanda internacional por matérias-primas da indústria inglesa, agrupando as principais nações fornecedoras de insumos agrícolas e matérias-primas para a indústria europeia, contribuindo também para esse desenvolvimento econômico e estabilidade política. São também os países que por terem significativo comércio com o velho continente realizam empréstimos a fim de investir na infraestrutura, sobretudo, desenvolvendo setores vinculados as atividades de exportação.

[...] os países que respondem mais prontamente às exigências da demanda internacional são aqueles que apresentam certa infraestrutura econômica,

desenvolvida na fase colonial e que se mostram capazes de criar condições políticas relativamente estáveis. Chile, Brasil, e pouco depois Argentina aumentam sensivelmente neste período seu comércio com as metrópoles europeias, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carnes, couro, lã. Paralelamente, utilizando o crédito oferecido pela Inglaterra, aumentam suas importações de bens de consumo não duráveis e dão início a construção de um sistema de transporte, [...] abrindo assim um mercado complementar à incipiente produção pesada européia (Marini, 2017, p. 48).

Com a expansão da indústria pesada nos países centrais a economia capitalista aumenta sua concentração e centralização econômica formando-se assim os primeiros monopólios, o que por sua vez, acelera a acumulação capitalista induzindo o capital a buscar em outros países novas áreas para realizar a acumulação e realizar empréstimos, compra de ações e inversões diretas, tendo como consequência a ampliação da influência econômica europeia pelos demais países.

Nos países centrais, por sua vez, [...] o desenvolvimento da indústria pesada, com a tecnologia que lhe corresponde, e a economia se orienta a uma maior concentração de unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios. Esses traços, gerados pela acumulação capitalista realizada nas etapas anteriores, aceleram o processo e forçam o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicações em ações, e em menor medida, investimentos diretos (Marini, 2017, p. 49).

Para Marini esse processo de constituição dos monopólios e da ampliação da influência econômica da Europa sobre o subcontinente deixa de ser apenas uma operação para compensar perdas comerciais por parte dos países mais avançados sobre a América Latina, e se transforma num processo na qual o capital internacional busca subtrair a mais-valia dessa região, segundo ele isso alimenta um processo de expansão imperialista por parte dos estados centrais.

Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista (Marini, 2017, p. 49).

Marini ainda sublinha que nos países dependentes o principal setor de exportações está controlado pelo capital estrangeiro, assim, apenas setores de

exportação secundários e atividades do mercado interno ficam a cargo das classes dominantes internas. Saliência ainda que, mesmo os países da América Latina que de alguma forma haviam se integrado de forma dinâmica ao mercado internacional acabam por perder sua autonomia inicial, e o seu principal produto de exportação fica sob domínio do capital externo, citando o exemplo do salitre e do cobre no Chile, frigoríficos na Argentina e o Café no Brasil.

[...] o desenvolvimento do principal setor de exportação tende nos países dependentes, a ser assegurado pelo capital estrangeiro através de investimentos diretos, deixando as classes dominantes nacionais o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno. Mesmo que haviam se integrado de forma dinâmica a economia capitalista em sua fase anterior veem seu principal produto de exportação cair nas mãos do capital estrangeiro- como é o caso do Chile, primeiro com salitre, depois com cobre, ou Argentina, com os frigoríficos e do Brasil com o controle da exportação de café (Marini, 2017, p. 51).

Portanto, quando as atividades de exportação estão sob domínio da classe dominante local, esta possui autonomia quanto às decisões sobre o investimento. Em geral, isto é aplicado na área mais dinâmica da economia, fortalecendo o setor econômico do principal produto de exportação, e parte desse excedente gerado também é realocado em outros setores da economia, com o objetivo de atender à necessidade de consumo da população ou resposta as crises cíclicas,

[...] nos países em que atividade de exportação está sob controle das classes dominantes locais existe uma certa autonomia sobre as decisões de investimento- condicionada, evidentemente, pela dependência da economia frente ao mercado mundial. Em geral, o excedente é aplicado no setor mais rentável da economia, que é precisamente a atividade de exportação que mais excedente produziu (o que explica a afirmação sobre a tendência a monoprodução), porém, para atender o consumo das camadas da população que não têm acesso aos bens importados, ou então como defesa contra as crises cíclicas que afetam as economias centrais, parte do excedente se orienta [...] para as atividades do mercado interno (Marini, 2017, p. 51).

Para corroborar a tese de que ter controle local da exportação é importante para o desenvolvimento econômico de um país, o autor cita como exemplos os setores de exportação controlados pelas elites locais existentes na Argentina, Brasil e Uruguai, ao salientar que a partir deles se desenvolveu uma indústria leve e vinculada ao mercado interno, desenvolvendo embrião dos primeiros núcleos industriais dos países latino-americanos.

[...] em alguns países- como a Argentina, o Brasil ou o Uruguai, ao lado de uma indústria vinculada essencialmente à (frigorífico, moinhos etc.), desenvolve-se uma indústria leve que produz para o mercado interno, indo além do nível artesanal e dando lugar, progressivamente, à implementação de núcleos fabris e de relativa importância (Marini, 2017, p. 51).

Desse modo, grande parte da mais-valia gerada pelas economias primário-exportadoras dos países latino-americanos do século XIX e XX é direcionada para as economias centrais, contribuindo para isso, a estrutura do mercado internacional que reproduz as desigualdades socioeconômicas, fortalecendo os estados centrais em detrimento dos países periféricos.

[...] a economia que cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializado na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz e é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas, por essas economias, ou pela da ação direta dos investidores estrangeiros do campo da produção (Marini, 2017, p. 52).

Dessa forma, as classes dominantes locais buscam compensar a perda de parte mais-valia que é subtraída para os países centrais através da intensificação da superexploração da força de mão-de-obra. Para Marini, isso constitui-se como parte fundamental da economia subdesenvolvida, o que elucida-se pelas péssimas condições socioeconômicas que afetam o conjunto da classe trabalhadora, como: os baixos salários, o desemprego, o analfabetismo e a repressão policial.

As classes dominantes locais tratam de ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (Marini 2017, p. 52).

As crises econômicas inerentes ao capitalismo causaram a reestruturação do mercado internacional, o que acarretou uma mudança na estrutura econômica latino-americana. Essas crises do sistema internacional liquidam com o modelo primário-exportador dos países latino-americanos, a partir do estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, e tudo isso transcorreu em consonância como processo de ampliação da influência econômica imperialista.

[...] a crise do mercado imperialista, que estoura na segunda década do século XX, tem como mais importante consequência a inviabilização da antiga forma de vinculação que antes se impunha na América Latina- a forma de economia primário-exportadora. Isso se manifesta como uma tendência permanente, [...] devido ao surgimento de novas regiões produtoras (impelido pela expansão imperialista) e ao desenvolvimento de produções similares ou substitutos artificiais nas próprias economias centrais [...] (Marini, 2017, p. 54).

As novas transformações econômicas se impõem pela necessidade de atender a demanda do consumo do mercado interno e são viabilizadas a partir do processo de industrialização mediante a substituição de importações, apoiando-se no desenvolvimento econômico alcançado por cada país, com destaque para os países que possuem maior desenvolvimento econômico e demandavam produtos para atender aos seus mercados locais.

A crise do setor externo, representada pelas restrições às exportações e pelas consequentes dificuldades para satisfazer o consumo interno através de importações, exigia uma mudança na atividade econômica da região. Assim, a industrialização via substituição de importações se impôs, em linhas gerais, em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior. Desde 1920 até início dos anos 1950, [...] Argentina, o Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz e satisfazer no essencial a demanda de bens de consumo não duráveis (Marini, 2017, p. 54).

Cabe ainda salientar que na visão de Marini, este desenvolvimento industrial que aparece nos países latino-americanos em meados do século XIX é uma atividade complementar que surge atrelada aos setores de exportação; ao indicar que apenas em alguns países é fomentada uma indústria de consumo artesanal, que surge com oportunidades que se abrem com a crise do mercado internacional, e com o aumento da demanda de bens e serviços desses países, em razão do crescimento da população urbana.

É preciso lembrar, por certo, que a indústria que aqui se desenvolveu no século XIX tem um papel complementar ao setor de exportação. Somente em alguns países se gestou uma indústria de bens de consumo de base marcadamente artesanal, estimulada pela crise cíclica do mercado mundial e pelo crescimento da população urbana, que era constituída em sua maior parte por massas com baixo poder aquisitivo (Marini, 2017, p. 55).

Dessa forma, o nosso pensador expõe as contradições do processo de industrialização que foram também pautadas no seu artigo de 1966, intitulado

“Interdependencia” brasileña y la integración imperialista”, ao indicar aquilo que ele se refere como “luta na coalizão dominante”:

A aceleração que, durante a Segunda Guerra Mundial, produz-se no processo de industrialização latino-americano –e que lança novos países, como a Venezuela, ao caminho percorrido desde os anos 1930 pela Argentina, Brasil e México –reforça consideravelmente o polo interno e cria as condições para uma luta mais aberta pelo predomínio da coalização dominante (Marini, 2017, p. 57).

O autor aprofunda diversos aspectos da análise realizada anteriormente no artigo “Interdependencia” brasileña y la integración imperialista”, do ano de 1966, ao tratar com maior abrangência os mesmos temas em seu livro “Subdesenvolvimento e Revolução”. Discorrendo igualmente sobre o pacto entre elites agrárias e a burguesia industrial, ponderando outra vez as contradições entre os distintos setores da elite no processo de industrialização. Além de ressaltar as causas das divergências políticas e econômicas existentes entre a elite industrial, a oligarquia latifundiária e o capital internacional pela disputa da mais-valia.

Na medida em que isso se combina com exigência de ampliar o mercado para a indústria leve e demanda um maior excedente de capital para investir, faz-se necessário aumentar as transferências de capital do setor exportador e instaurar barreiras alfandegárias que defendam o mercado nacional. Assim, a burguesia se choca simultaneamente com a classe latifundiária mercantil e com os trustes internacionais, aos quais a economia está conectada pelas atividades de importação e exportação (Marini, 2017, p. 58).

O autor afirma que essa reorganização do mercado mundial, é decorrente da ascensão da hegemonia dos Estados Unidos que amplia seu poder econômico sobre os demais países, e esse processo é consequência da concentração de capital, tornando-se possível através da formação dos grandes conglomerados internacionais e pelo desenvolvimento do setor industrial em diversas economias periféricas.

Dessa forma, o processo de reestruturação econômica mundial é acompanhado da ampliação da influência da economia estadunidense sobre as economias periféricas, arraigando a integração dos sistemas produtivos. A enorme acumulação de capital gerada no centro permite que uma quantidade significativa de capital seja sobreposta nas economias mais débeis para a realização de um novo

processo de mais-valia. Uma quantidade significativa de recursos é invertida nesses países, os grandes conglomerados instalam filiais em busca de mão-obra barata. Esse processo “sobre-acumulação” é denominado por Marini, como “superexploração” do trabalho, com baixos salários e um enorme lucro repassado as matrizes.

[...] essas mudanças na América Latina se tornam visíveis no mesmo momento em que, reorganizado o mercado mundial pela hegemonia dos Estados Unidos, o imperialismo afirma sua tendência à integração dos sistemas de produção. Esta integração é movida por duas razões fundamentais, sendo a primeira relacionada ao avanço da concentração de capital em escala mundial, [...] uma superabundância de recursos passíveis de serem investidos, que necessitam buscar novos campos de atuação no exterior (Marini, 2017, p. 59).

Portanto, o declínio do mercado de matérias-primas e o rápido desenvolvimento do setor industrial nas economias periféricas atraem capital dos grupos econômicos vinculados ao imperialismo estadunidense, esses setores têm enorme abundância de recursos que é invertida na industrialização latino-americana.

[...] A tendência declinante do mercado de matérias-primas e o desenvolvimento de um setor industrial vinculado ao mercado interno nas economias periféricas durante a fase de desorganização da economia mundial fizeram com que esse setor atraísse capital estrangeiro em busca de oportunidades de investimento (Marini, 2017, p.59).

Como argumenta o autor, nessa etapa histórica em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos buscavam desenvolver a sua área de bens de capital, construindo assim sua indústria pesada, começou a perder espaço econômico para a ampliação do capital estrangeiro; embora a burguesia no primeiro momento buscase defender sua indústria autônoma a todo custo dos avanços desse processo de internacionalização econômica.

Assim, no momento em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos consideram conveniente desenvolver seu próprio setor de bens de capital, topam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar este setor. É natural, portanto, que, busca por defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento- [...] (Marini, 2017, p. 60).

Para Marini, o nacionalismo constituiu uma resposta ideológica da burguesia ao crescimento dessa influência externa sobre a economia dos países dependentes,

pois essa visão política defendia justamente a autonomia econômica em relação ao avanço do imperialismo, estando em consonância com os interesses da burguesia; pois a defesa da indústria nacional era a defesa da acumulação realizada no âmbito interno desses países e, por conseguinte da mais-valia da nascente burguesia latino-americana, que já era rechaçada pelas tradicionais oligarquias agrárias. Portanto, o progresso do capital internacional sobre a economia dos países da América Latina era um novo desafio as burguesias dos respectivos países o que implicou no fracasso do projeto político e econômico delas.

[...] a primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo. Mas também se compreende que junto ao conflito já existente com as antigas classes dominantes internas, a abertura dessa segunda frente de luta tenha conduzido o conjunto da política burguesa ao fracasso (Marini, 2017, p. 60).

Para o autor, a causa fundamental desse fracasso é a incapacidade da indústria gestada nos países latino-americanos em impedir a influência do capital externo; deste modo, a indústria latino-americana, passou a empregar tecnologia importada dos países mais desenvolvidos, que era poupadora de mão-de-obra. O uso dessa tecnologia pela recente indústria dos países em questão compensava a restrição encontrada nesses mercados, uma vez que a demanda desses não poderia expandir-se a curto prazo, pois essa industrialização tardia atendia a um pequeno segmento abastado da população, e assim, a tecnologia ajudava a baixar os preços dos salários e por consequência, mantinham-se elevadas as taxas de lucro e mais-valia.

Suprindo a demanda criada pelas classes utilizando a tecnologia importada dos países centrais- cuja principal característica poupar mão-obra, a indústria latino-americana se deparou com mercado reduzido e tratava de compensá-lo através do uso abusivo da relação entre preços e salários. Isso era possível precisamente porque, ao mesmo tempo em que empregava uma tecnologia poupadora de mão-de-obra a indústria se via diante de uma oferta de trabalho em constante expansão, o que permitia fixar os salários em seu nível mais baixo (Marini, 2017, p. 60).

A burguesia industrial então busca ampliar a escala de mercado e desenvolver o setor de bens de capital, procurando repassar os excedentes acumulados pelas exportações ao setor industrial, visando ampliar a mais-valia relativa ao beneficiar-se do aumento da oferta de equipamentos no pós-guerra, em

consonância com este objetivo, adota medidas para flexibilizar as importações para facilitar a aquisição de equipamentos para a indústria pesada.

Quando se coloca o problema de uma indústria pesada, a burguesia industrial [...] tratade mobilizar instrumentos capazes de ampliar a escala do mercado e procura acelerar a transferência do excedente criado pelas exportações em direção ao setor industrial. No afã por ampliar sua mais-valia relativa- aproveitando-se da [...] oferta [...] de equipamentos e maquinarias no pós-guerra-, acaba por se focar em medidas mais imediatas, tendentes a flexibilizar a curto prazo a capacidade de importar (Marini, 2017, p. 61).

Segundo o autor, observa-se uma deterioração da capacidade de importação, portanto, a burguesia industrial necessitava de mais divisas para aquisição desses equipamentos indispensáveis para o desenvolvimento da indústria; e para isso, foi imprescindível ceder ao setor agroexportador e fomentá-lo. Do mesmo modo, para assegurar a acumulação foi necessário repassar os custos as massas urbanas e rurais, e este repasse das perdas ao conjunto da classe trabalhadora foi designado pelo autor de “superexploração” do trabalho:

[...] desde os anos 1920 a capacidade para importar se deteriorava constantemente. Para elevar o montante de divisas disponíveis para importação de equipamentos e bens intermediários, não sobra outra alternativa à burguesia industrial do que ceder ao setor agroexportador, dando-lhe facilidades e incentivos. E para fazê-lo sem limitar a acumulação do capital necessário para enfrentar a segunda etapa da industrialização, deve descarregar sobre as massas de trabalhadores da cidade e do campo o esforço de capitalização, com que afirma [...] mais uma vez o princípio fundamental do sistema subdesenvolvido: a superexploração do trabalho (Marini, 2017, p. 61).

A configuração desse novo pacto da Burguesia Industrial com os setores da antiga oligarquia agrária resultou no abandono de políticas mais progressistas por parte da nova elite, a exemplo, da reforma agrária e ou programas centrados na distribuição de renda. Assim sendo, esse período histórico é caracterizado pelo fim de uma burguesia progressista na sua acepção socioeconômica, nesse período histórico há uma ruptura da aliança entre nova elite econômica e os anseios das massas, extinguindo qualquer aliança política entre a ela e povo.

Ao consentir com as antigas com antigas classes dominantes, a burguesia industrial teve que abandonar sua fraseologia revolucionária, deixando de lado também o tema das reformas estruturais e as políticas de redistribuição da renda. Com isso se distanciou das aspirações das grandes massas e

perdeu a possibilidade de manter com elas uma aliança tática [...] (Marini, 2017, p. 61).

O processo de transformação da elite industrial de uma classe progressista a uma classe conservadora, só pode ser compreendido se observarmos também, que esse segmento social, renuncia a uma política de desenvolvimento autônomo, ao deixar de promover o desenvolvimento das forças produtivas locais.

O processo se completou com a renúncia da burguesia a levar a cabo uma política de desenvolvimento autônomo. O assédio dos capitais estrangeiros, que se intensifica nos anos 1950, coincide com a dificuldade das economias latino-americanas em obter uma flexibilização de sua capacidade de importar mediante a expansão das exportações tradicionais (Marini, 2017, p. 61).

Mas essa mudança de posição da burguesia só é possível porque ela consegue acomodar seus interesses de classe, ao associar-se ao capital internacional. Como mencionado anteriormente, a enorme disponibilidade de equipamentos no pós-guerra, em parte resultado do rápido desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, engendrava um problema ao mesmo tempo que, constituía uma oportunidade para os capitalistas dessas nações. Apesar deste material estar obsoleto para os países do centro, era avançado para os países da periferia e a exportação desses equipamentos sob a forma de investimento direto para esses países era uma oportunidade de lucro para os capitalistas do centro que vendiam sua tecnologia; além de constituir uma oportunidade para burguesia industrial latino-americana, pois a tecnologia poupadora de mão-de-obra adicionada a grande disponibilidade dessa no mercado de trabalho local permitia incrementar a mais-valia e as taxas de lucro.

A entrada desses capitais – sob forma de investimentos diretos, e cada vez mais em associação com empresas locais -constituía uma solução conveniente para as duas partes: para o investidor estrangeiro sua maquinaria obsoleta permitia lucros similares, aos que poderiam ser obtidos com um equipamento mais moderno em seu país de origem, em virtude do preço mais baixo da mão de obra; e para a empresa local se abria a possibilidade de conseguir uma mais-valia extraordinária com a nova maquinaria (Marini, 2017, p. 62).

Deste modo, a burguesia latino-americana abdicou do seu projeto de desenvolvimento autônomo para associar-se ao capital internacional, repassando aos custos do desenvolvimento a classe trabalhadora e compensando a perda da

mais-valia repartida com o capital internacional através da superexploração da força de trabalho e de preços abusivos. Assim sendo, consolida-se a hegemonia econômica do imperialismo sobre as massas das continentes, e qualquer hipotética ameaça aos interesses econômicos do capital externo seria assegurado por todos os meios, inclusive com o emprego da força bélica e militar.

[...] a burguesia industrial latino-americana passa [...] de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que anterior. O mecanismo de associação de capitais é a forma que a consagra esta integração, não apenas desnacionaliza [...] a burguesia local, como também, entrelaçada a diminuição relativa do emprego de mão-obra-própria do setor secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços [...] para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo das empresas tecnologicamente mais atrasadas (Marini, 2017, p. 62).

Não obstante a criação de mercado consumidor restrito nos países latino-americanos, e a estruturação de uma economia heterogênea, marcada pela desigualdade social, o capitalismo moderniza-se com repasse tecnológico dos países centrais, reproduzindo o padrão de acumulação das economias mais desenvolvidas, embora essa produção atendesse apenas parcela da população, e grande parte dos produtos fosse exportada para os mercados da Europa e dos Estados Unidos.

Com as deformações de escalas da expansão do consumo inerentes a esse processo, o imperialismo reproduz nas economias periféricas da América Latina, os mesmos traços fundamentais consolidados nas economias centrais, em sua transição para integração dos sistemas de produção (Marini, 2017, p. 63).

Ademais, o autor enfatiza que o capitalismo latino-americano reproduziu em seu conjunto as leis gerais do capitalismo mundial, contudo mais uma vez explica as particularidades desse sistema econômico para a região ao ponderar que as diretrizes gerais do capitalismo foram exacerbadas; citando outra vez como exemplo, a superexploração do trabalho, concentração de riqueza, a enorme desigualdade social que impediu o pleno desenvolvimento do mercado consumidor. De acordo com esse raciocínio, as contradições materiais econômicas só podem ser suplantadas, quando o capitalismo ceder lugar ao socialismo, pois apenas uma política revolucionária pode transformar a realidade socioeconômica existente.

[...] o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem seu sistema em conjunto, mas, em sua especificidade acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema- e, portanto, entre os interesses das classes por ela beneficiadas- e as necessidades mais básicas das grandes massas, [...] suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração de riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, [...] colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo (Marini, 2017, p. 63).

Compreender como Marini interpreta o desenvolvimento do capitalismo na América Latina é de grande relevância, pois a integração regional nessa parte da sua obra é vista como consequência da conformação histórica do tipo capitalismo aqui desenvolvido, cujas características gerais são apresentadas pela sua tendência geral integracionista e monopolista. Portanto, a integração regional e as ditaduras tecnocratas-militares são a forma institucional do aprimoramento político daquilo que é compreendido pelo autor como ápice da: “integração imperialista dos sistemas de produção”; além de salientar novamente as particularidades da economia latino-americana, ao formar um sistema moderno com ampla oferta de bens coexistindo com a pouca demanda do seu próprio mercado, a restrição é o resultado da concentração de renda e da terra, a causa da enorme desigualdade social que existem nas zonas urbanas e rurais dos países latino-americanos.

Neste esquema, os atuais projetos de integração regional e a ditadura aberta de classe desempenham um papel preponderante. A integração da economia se estabelece, de fato, como uma forma de levar ao auge, na América Latina, a integração imperialista dos sistemas de produção, [...] uma situação econômica marcada por uma capacidade potencial crescente da oferta e uma restrição sistemática das possibilidades de consumo. Esta situação, diretamente relacionada à difusão de tecnologias que economizam mão de obra numa estrutura profundamente monopolista, conduziu à formação de ilhas caracterizadas por um relativo desenvolvimento industrial e urbano disperso entre grandes áreas rurais. [...] a extrema concentração da propriedade e renda freia o desenvolvimento das áreas rurais e das próprias ilhas industriais [...] (Marini, 2017, p. 64).

A integração regional está inserida dentro do capitalismo, e, portanto, se esse capitalismo é dependente, igualmente é essa integração. Também é imperativo considerar que todas estas modificações estruturais se inserem numa nova divisão internacional do trabalho, ou seja, é uma época histórica de reorganização das forças produtivas capitalistas, que repassa parte da tecnologia moderna aos demais

países, mas mantendo sob controle tecnologias imprescindíveis para manutenção dessa dependência econômica.

É evidente que isto impõem um novo esquema de divisão internacional do trabalho, afetando não apenas as relações entre os países latino-americanos e os centros de denominação imperialista, mas também as relações daqueles entre si. No primeiro caso, são transferidas a esses países certas etapas inferiores do processo de produção, reservando as etapas mais avançadas e o controle de tecnologia corresponde aos centros imperialistas (como a produção de computadores, de conjuntos automatizados e de energia nuclear) (Marini, 2017, p. 64).

A dependência é hierárquica, ou seja, existem diferentes níveis de dependência entre os países, formando uma hierarquia regional, alguns Estados logram progredir em seu processo de industrialização e na formação dos seus mercados consumidores mais do que outros, deste modo a dependência reproduzida a partir do centro do capitalismo se estruturou de forma desigual entre os vários Estados-Nacionais. Portanto, além da hegemonia praticada a partir dos centros da economia mundial, também se constituíram subcentros de dominação regional, representado por algum país dependente com economia mais estruturada que os demais países dependentes do seu entorno, a essa forma ou tentativa de superioridade reduzida de um país dependente sobre determinadas nações também de economia débil foi alcunhado pelo autor de “subimperialismo”.

Cada avanço da indústria latino-americana afirmará, portanto, com maior força, sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas. No segundo caso, se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que se desenvolveram ou estão em condições de se desenvolver, negando aos demais o acesso a ditos processos de produção para torná-los simples mercados consumidores (Marini, 2017, p. 65).

Por isso, Marini desenvolve o conceito de subimperialismo, para explicar por que regionalmente alguns países se sobrepõem a outros. Segundo a explicação do autor, a burguesia de alguns países dependentes e ou subdesenvolvidos estabelecem acordos com o centro do capitalismo, a fim de buscar rendimentos sobre os países vizinhos. Portanto, as perdas econômicas dessa sociedade entre o centro do capitalismo e algumas partes da periferia, sempre é repassada ao elo mais fraco da cadeia econômica, ao mesmo tempo que os ganhos ficam sempre como elo mais forte.

As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associadas à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar (Marini, 2017, p. 65).

Nesse processo de reestruturação mundial das forças produtivas as ditaduras militares tinham dois objetivos, assegurar a efetivação da nova estrutura econômica global hegemônica liderada pelos Estados Unidos, e reprimir os movimentos populares que lutavam pelo desenvolvimento das forças produtivas internas, isto é, a independência econômica, buscando condições socioeconômicas mais equitativas, para o conjunto das massas.

A reorganização dos sistemas de produção latino-americano, nos marcos da integração imperialista e diante do recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implementação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático. A tarefa de tais regimes é dupla: [...] promover os ajustes necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas (Marini, 2017, p. 65).

Para o autor essa subjugação econômica da América Latina é necessária para sobrevivência do imperialismo, em última medida podemos interpretar que a sobrevivência do capitalismo global liderado pelos Estados Unidos depende dessa relação econômica desigual, portanto, toda a superexploração das massas latino-americanas pelas burguesias locais constituem-se como pilares de sustentação dessa ordem socioeconômica, pois a aliança dessa classe social com o capital internacional reproduz não apenas a dependência econômica, mas também problemas sociais que afetam o conjunto dos trabalhadores latino-americanos, impedindo o progresso material do conjunto das nações da América Latina.

Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica praticada no interior de cada país, tais regimes estabelecem uma relação estreita de dependência em seu centro hegemônico – os Estados Unidos-, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados (Marini, 2017, p. 65).

Para Marini, a dependência econômica engendrada pelo sistema imperialistano América Latina, isto é, a partir do centro do capitalismo impede o

pleno desenvolvimento das forças produtivas latino-americanas e submete essa região a exploração dos seus recursos materiais e das suas populações. O autor indica como caminho a Revolução Latino-Americana para superação dessas contradições econômicas acarretadas pela integração econômica nos marcos do capitalismo. Ao colocar a Revolução Cubana como exemplo de fato histórico de luta contra o domínio inquestionável dos Estados Unidos sobre a América Latina, salienta que o processo revolucionário cubano foi influenciado por outros movimentos de libertação no mundo, corroborando a importância da existência de uma conjuntura revolucionária mundial para o desenvolvimento da luta progressista em nosso continente.

A superexploração do trabalho em que se funda o imperialismo, sob cujo signo se pretende integrar os países da região, estabelece um descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção, deixando entrever a derrocada do sistema em seu conjunto, com tudo que representa de exploração, opressão e degradação. Por outro lado, a luta mundial dos povos contra o imperialismo, à qual a América Latina se integrou vitoriosamente com a Revolução Cubana, não depende exclusivamente do que queiram e façam os povos deste continente, mas sofre também a influência de acontecimentos tão importantes quanto a guerra de libertação do povo vietnamita, a Revolução Cultural chinesa e o acirramento das lutas de classe no interior do próprio Estados Unidos (Marini, 2017, p. 66).

Antes de prosseguir com a análise, é importante aqui abriremos parênteses para algumas ressalvas, como a oposição do autor a integração econômica dentro dos marcos do capitalismo, pois na sua visão ela aprofunda a dependência econômica dos países subdesenvolvidos; pois de acordo com esse entendimento a formação dos blocos econômicos é parte intrínseca do processo econômico que ocasiona a cartelização e a concentração de capitais, engendrando a desigualdade socioeconômica, que separa os países centrais dos países periféricos.

O pensador certifica que toda a integração econômica no capitalismo acarreta prejuízos materiais aos países menos desenvolvidos bem como as suas populações, contrapondo-se aos projetos regionais no âmbito da atual da economia mundial. De acordo com essa perspectiva, a existência desses projetos constitui aprofundamento da lógica de pilhagem e exploração que submetem os Estados e os povos da América Latina, por conseguinte, nesse período histórico o pensador, critica de forma incisiva a integração regional.

É importante salientar que essa visão de aversão a integração é uma parte específica do pensamento do autor que antecede a queda do Muro de Berlim, antes do fim socialismo real, sendo anterior a ascensão do neoliberalismo e a mundialização do capital, também chamada de globalização. É importante essa observação, pois o autor com o decorrer do processo histórico modifica esse posicionamento.

Retomemos, pois, a análise da crítica de Marini ao processo de configuração do capitalismo na América Latina e suas perspectivas para superar a realidade socioeconômica regional; ao ponderar que assim como se organizou um campo político e econômico internacional em oposição ao capitalismo internacional, referindo-se ao extinto bloco socialista. Igualmente, as contradições inerentes ao sistema imperialista estão forjando um novo bloco de forças políticas antagônicas na América Latina, e para corroborar essa tese da crise sistêmica, cita novamente a Revolução Cubana, além de outros movimentos insurrecionistas de tendência socialista existentes na Venezuela, Colômbia e Guatemala.

No que diz respeito à revolução latino-americana, da mesma forma que ao ingressar na etapa de integração imperialista o capitalismo internacional levou à formação de um campo de forças antagônicas representado pelos países socialistas, também a integração imperialista dos sistemas de produção na América Latina está forjando sua própria negação. Esta negação já se manifestou no triunfo do socialismo em Cuba, segue desenrolando através das lutas de classe que perpassam toda a região, com a expressão mais visível na atividade guerrilheira levada a cabo na Venezuela, na Guatemala, na Colômbia e em outros países (Marini, 2017, p. 66).

Como no decorrer de todo o livro em questão, Marini enfatiza a crítica negativa a estrutura econômica que historicamente se formou em toda a América Latina, ressalva outra vez que a burguesia latino-americana compensou as perdas econômicas da relação desigual existente com centro do capitalismo repassando o prejuízo ao conjunto dos trabalhadores da zona urbana e rural. Dessa forma, sintetiza a relação econômica dentro de um país periférico, existe um bloco econômico com diversas frações, a fração mais forte da burguesia retém a maior parte dos excedentes, então a fração mais fraca compensa a perda dessa mais-valia explorando a população.

O processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das

massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. [...] a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua fora de trabalho por um preço vil [...] (Marini, 2017, p. 67).

Do mesmo modo, é necessário ressaltar que há um polo hegemônico, igualmente como subcentros periféricos com economias mais desenvolvidas que compensam a perda dos excedentes para o centro econômica global; isto é, os Estados Unidos, explorando os outros Estados-Nacionais que também compõem a periferia econômica do capitalismo global.

A economia mundial é semelhante ao avião, há a primeira e segunda classe, mas os passageiros do executivo dificilmente vão mudar de lugar. O capitalismo permite certa mobilidade social, mas a regra geral sempre é o abismo social entre ricos e pobres, ele pode ser menor dependendo da história da estrutura econômica de cada Estado-nação, mas este sempre irá existir neste tipo de sistema político e econômico.

E como já aventado pelo autor, a solução para contradições sistêmicas é a suplantação do próprio capitalismo nos países que formam a América Latina, mas há problemas como o conjunto das classes médias urbanas, que foram cooptadas para o projeto ideológico da burguesia apesar da ameaça de proletarização que imperava sobre elas; vislumbravam a industrialização autônoma, mas está se concebeu a partir da associação da burguesia com o capital internacional.

As classes médias atuaram no sentido de subordinar o movimento progressista das massas exploradas da cidade e do campo à burguesia mais atrasada econômica e tecnologicamente – assumindo seu ponto de vista-, [...] enfrentava ela mesmo a ameaça de proletarização, representando o setor mais retardatário da sociedade [...] as classes médias se deixam seduzir pelo “desenvolvimentismo” dos grandes grupos econômicos, em sua marcha rumo a um aumento da composição técnica da produção e implementação da indústria pesada, em técnica da produção e à implementação da indústria pesada, em associação com capital estrangeiro, sem se dar conta de que assim se contradiziam os interesses de sua pretensa “burguesia nacional” para qual esse caminho estava fechado”. (Marini, 2017, p. 70).

A interpretação equivocada que as classes médias fizeram sobre o processo de industrialização e da revolução burguesa no Brasil, implicou uma postura contraditória que muitas vezes significou aliança com a burguesia e não com a vanguarda revolucionária. Além disso, os operários das indústrias das cidades, ressalta o autor, também trazem consigo as mesmas particularidades, ou seja, assume o discurso de classe da elite capitalista e defende suas ideias sem pertencer a essa classe social.

[...] as vanguardas revolucionárias da América Latina, trazem em geral, a marca das classes médias. A incompreensão que as classes médias revelaram frente ao processo econômico de seus países e à luta de classes que daí se deriva dificultou consideravelmente a vinculação efetiva dessas vanguardas às forças reais da revolução, principalmente a sua coluna vertebral o proletariado industrial [...] posição ambígua em relação aos conflitos interburgueses não permitiu aliar-se ao proletariado e definir junto a este uma política operária de luta pelo socialismo, que ponha em marcha uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo contra o sistema de exploração ao qual estão submetidos [...] (Marini, 2017, p. 70).

Para Marini, a única integração possível dos países latino-americanos acontece como decorrência da revolução proletária, assim a revolução proletária se confunde com o próprio processo de integração política e econômica nos marcos do socialismo. Em suas palavras, somente a internacionalização da revolução e o enfrentamento do centro hegemônico e das estruturas militares que estão conectadas ao mesmo.

No entanto, somente isso pode dar pleno sentido à luta anti-imperialista e levá-las a suas últimas consequências. Ao definir no marco nacional uma política operária, as forças revolucionárias darão início a um processo que conduz necessariamente à internacionalização da revolução e ao enfrentamento direto com o centro hegemônico imperialista. Os opressores nacionais estrangeiros já se previnem contra essa eventualidade, tratando de estabelecer mecanismos de contenção, tais como os regimes militares subordinados à estratégia do Pentágono, a Força de Polícia Interamericana e os acordos para repetir, quando seja necessário, a experiência dominicana [...] (Marini, 2017, p. 70).

Por fim, os movimentos políticos revolucionários da América Latina, a saber, a exemplo da Revolução Cubana sob a liderança de figuras como Fidel Castro e Che Guevara e, na visão do autor indicavam a antecipação do processo revolucionário latino-americano, ao salientar que a contribuição inédita que este continente produziria para o proletariado internacional, pois de acordo com essa leitura, o

processo revolucionário em questão teria a marca ou a configuração internacionalista.

A ação internacionalista de Guevara e a política revolucionária de Cuba antecipam a resposta que os povos do continente darão aos seus opressores. Mas ainda, fazem que desponte no horizonte aquilo que parece ser a contribuição mais original da América Latina para a luta proletariado internacional: seu caráter internacional. Tudo indica que será aqui entre o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa de seu desenvolvimento e sentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem [...] (Marini, 2017, p. 71).

De acordo com essa leitura de imperialismo versus revolução e vice-versa, é indispensável retomar a discussão que o autor desenvolve referente ao imperialismo, pois de acordo com ele a política interna e externa conduzida pelo primeiro governo militar após o Golpe de Estado de 1964, aprofundou o imperialismo, ou seja, a integração econômica e política do Brasil aos Estados Unidos, o que implicou no aumento da dependência da economia brasileira em relação a esse país.

Dessa forma, o Brasil subordinado ao imperialismo estadunidense é um elo chave para assegurar o domínio econômico e político dos Estados Unidos no continente. O Brasil se torna o representante das diretrizes estadunidenses para as nações da região, com uma ação política que é definida pelo pensador como subimperialista, ou seja, o Brasil, apesar de constituir um país dependente, ele expande as suas fronteiras econômicas sobre os demais países periféricos do continente; não uma mera expansão econômica, mas a ampliação de uma estrutura econômica assimétrica, que explora os demais países. O Estado brasileiro contrabalança as perdas econômicas que existem como polo hegemônico através da extração das riquezas das economias mais débeis da América Latina.

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração economia brasileira a economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nele a posição de país-chave. (Marini, 2017, p. 127).

O autor pondera que o projeto estadunidense de assegurar o domínio econômico da América Latina se depara com limites, uma vez que é um processo contraditório e não se desenvolveu totalmente o plano estadunidense de controle econômico e político da América Latina acontecendo revezes em seu objetivo de manter influência incontestada sobre as nações latino-americanas.

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção. Esclareceu, entretanto, fatores valiosos para avaliar as perspectivas do processo revolucionário brasileiro, e em última instância, latino-americano. (Marini, 2017, p. 130).

O pensador elucida que a partir do golpe militar de 1964, o imperialismo inicia uma nova fase e o antagonismo das principais burguesias latino-americanas, do Brasil e da Argentina, dá lugar a cooperação entre as diferentes burguesias unificando-as contra qualquer movimento que ameace derrocá-las do poder, uma vez que isso tende se acentuar com o avanço do imperialismo.

[...] é fato que a integração imperialista da América Latina, em sua nova fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, [...]. O antagonismo será mais acentuado sobretudo onde burguesias nacionais poderosas se enfrentem, como é o caso da Argentina e Brasil, mas a cooperação ou a colaboração serão, cada vez mais a regra que irá reger as relações dessas burguesias com os Estados Unidos. [...] essa colaboração será necessária para as classes dominantes do hemisfério, visando a conter a ascensão revolucionárias das massas verificada atualmente- que só pode se agravar com o avanço da integração imperialista (Marini, 2017, p. 130).

Portanto, para Marini a única alternativa contra esse processo de integração desigual nos marcos do capitalismo é a revolução, o processo de internacionalização da revolução latino-americana é forma que adquire o conceito de integração no pensamento do autor, pois a partir da superação do capitalismo e das contradições materiais que este causou aos países da América, também a integração econômica dos países e povos da América Latina se fundaria nos termos de um novo sistema econômico e político.

O conjunto dos movimentos revolucionários do Brasil e dos demais países latino-americanos, ou seja, a internacionalização da revolução latino-americana, aparece como a contrapartida inevitável do processo de integração imperialista, em sua fase inaugurada pelo golpe militar brasileiro. O fato de que o avanço dessa integração tende a cindir cada vez mais as relações entre as burguesias nacionais e as massas trabalhadoras deixa entrever que o caráter dessa revolução, mais que popular, será socialista (Marini, 2017, p. 132).

A visão de Marini sobre o processo econômico que se desenvolve historicamente na América Latina é complexa, e pode ser compreendida a partir da organização do aparato político, econômico, diplomático e militar de dominação sobre a América Latina. O imperialismo é o projeto de uma burguesia que observa a ascensão de movimentos políticos que em diversos países constituem ameaça a sua hegemonia mundial e em última medida a sua própria sobrevivência, a exemplo do bloco socialista e os movimentos operários de cunho reformista na Europa Ocidental, porque constituíam forças políticas não subservientes ou cooptadas ideologicamente pelos Estados Unidos.

Al analizar anteriormente la posibilidad de un cambio en la política norteamericana para América Latina procure mostrar primeiro, que trata de una tendencia de los círculos dirigentes más lúcido de Estados Unidos, [...] segundo, que esa tendencia se deriva de causas objetivas [...] el cambio de la correlación de fuerzas a nivel internacional, expresado por el reforzamiento del campo socialista y de las fuerzas reformistas obreras de Europa occidental. (Marini, 1977, não paginado).

Isto posto, novamente há que destacar a aliança existente entre as classes dominantes dos Estados Unidos e da América Latina, pode ser constatado no aprimoramento do aparato militar existentes nas estruturas estatais dos países, que tem suporte dos órgãos de inteligência dos Estados Unidos. Para autor, os levantes armados internos desses países compunham um movimento popular, não eram meramente grupos militares criados desde o exterior com o fim de desestabilizar regimes políticos, mas eram a expressão das contradições socioeconômicas que o capitalismo engendrou no continente. Trata-se de uma interpretação otimista em que o articulista vislumbra a suplantação do sistema político e econômico por uma nova ordem econômica e social.

Su objetivo principal era el de exterminar al “enemigo”, es decir, suprimido físicamente. Al plantearse esto, tanto el Pentágono y la CIA como la burguesia y los militares latino-americanos creían que se trataba de luchar

contra un enemigo definido, un movimiento político, que suponía además creado y matenido artificialmente desde el exterior. No entendían que se trataba, cómo es el caso, de un movimiento popular amplio, no susceptible de ser exterminado. (Marini, 1977, não paginado).

A reestruturação política do Estado Latino-Americano a partir do fortalecimento das estruturas militares é o procedimento que o imperialismo empreende internamente em cada nação latino-americana para assegurar a influência política e econômica dos Estados Unidos. O domínio interno se materializa na estrutura estatal que coaduna com as forças econômicas para manutenção dessa ordem.

Constataremos nos próximos parágrafos que outras estruturas políticas supranacionais são formadas igualmente como extensão dessa hegemonia política e econômica que se estende a partir do centro do capitalismo mundial.

[...] la supresión de la lucha de clases, la campaña de aniquilamento llevada a cabo en América Latina ha tenido consecuencias importantes. La más significativas ha sido la transformación radical del aparato de Estado, mediante la transferencia del poder a las fuerzas y la alianza establecida entre éstas y la burguesía, de manera directa, sin la mediación de partidos políticos. Ideológicamente, esto expresa en el bionomio seguridad y desarrollo. Institucionalmente, en una determinada estrutura del aparato estatal [...] (Marini, 1977, não paginado).

Cabe ainda destacar que o autor destaca que as estruturas estatais consolidadas na América Latina não têm formato liberal, mas que se encontram apoiadas no poder executivo forte com respaldo no Estado-maior das forças armadas, nos órgãos de inteligência e na cooperação militar com grupos tecnocratas de empresários, que estão sintetizados na fórmula institucional do Conselho de Segurança Nacional. Ou seja, o Estado policial é a expressão política do tipo de capitalismo que foi estabelecido em nosso continente.

[...] el Estado latino-americano, en su esencia no tiene ya nada que ver con el viejo modelo liberal, a la Montesquieu. Todo su fuerza radica en el poder ejecutivo, [...] articulado a su vez por tres elementos básicos: la corporación militar, expresada en el Estado Mayor de las fuerzas armadas; el órgano de inteligencia y represión, llámase Servicio Nacional de Informaciones (SNI), como en Brasil, o Departamento (DINA), cómo fue en Chile; y de la corporación militar con la corporación empresarial-tecnocrática, que se manifiesta en el Consejo de Seguridad Nacional [...] (Marini, 1977, não paginado).

Também é importante salientar como Marini compreende o processo de redemocratização que culminou na abertura democrática dos diversos Estados latino-americanos, para ele isso resultou numa democracia formal, nas palavras dele “democracia viável ou restringida”, a nova estrutura estatal manteve como fundamento, a estrutura policial-militar.

[...] una “democracia viable” o, cómo indicamos ya, una democracia restringida. Se trata en última instancia de manteniendo ese aparato estatal, permitir, que en el margen, allí donde ya no se toman decisiones (como, por ejemplo, en el Congreso), se puedan expresarlas distintas fracciones burguesas e incluso setores médios, más uno que otro “representante” del movimiento obrero. El modelo que se tiene en vista, más que el de Brasil, es el de Venezuela, típico Estado nacido de una campaña de aniquilamiento y que há podido revestir un ropaje democrático sin abrir mano de su carácter policial-militar. (Marini, , 1977, não paginado).

Portanto, o articulista é objetivo em atestar a debilidade do aspecto democrático na nova configuração política dos Estados Latino-americanos, além de constatar a nova correlação de forças políticas no plano internacional, não implicam na diluição da hegemonia estadunidense, mas no seu reforço, pois, trata-se área chave para garantir o domínio econômico e político mundial.

Las razones para que la liberalización política que se tenga objetivos limitados son evidentes. El hecho de que el “enemigo”, es decir, las amplias masas populares, no pueda ser exterminado es suficiente para impedir una liberalización real. [...] la nueva correlación de fuerzas a escala internacional y los reveses la política exterior norteamericana no le permiten a Estados Unidos aflojar su control sobre Latinoamérica. Todo lo contrario, lo obligan a reforzarlo, y a atrincherarse en lo que há sido tradicionalmente su traspatio colonial. (Marini, 1977, p. XX).

O novo Estado Latino-americano já não será mais fascista, mas continuará contrarrevolucionário. Além disso, toda a iniciativa que vise a ampliação da democracia restringida colidirá com a estrutura estatal contrarrevolucionária.

[...] aunque el Estado militar latino-americano perda los atributos “fascistas” que se atribuyen, no por ello habrá dejado de ser un Estado contrarrevolucionário; suponerlo contrario es el error político que puede costar mañana el error teórico de los que identifican hoy contrarrevolución y fascismo. Quiere decir también, por esto mismo, que la democracia restringida no podrá, a fuerza de ser cada vez menos restringida, convertirse en una democracia ampliada, una democracia plena; allí estará para impedirlo, la tríada real que articula el moderno aparato de Estado latino-americano. (Marini, 1977, não paginado).

Por fim, observa-se que para Marini a estrutura política quanto econômica da América Latina impedem a superação da sua dependência dentro dos marcos do capitalismo, ou seja, toda estrutura política e socioeconômica no âmbito do capitalismo que fomente a integração econômica terá como particularidades a forma como se gestou o capitalismo na América Latina. Deste modo, só a realização de uma transformação política e econômica revolucionária poderia ser capaz de desenvolver outra política regional que permita a emancipação política e econômica latino-americana.

2.4.3 Ruy Mauro Marini: a ideia de unidade da América Latina e outras perspectivas

Primeiramente é preciso considerar, que para Marini a ideia ou a concepção de “unidade Latino-americana” é uma ideia recente. Segundo o autor, esse processo de buscar soluções globais é um fenômeno próprio do mundo pós-guerra, nisso contribuiu a aceleração do processo de descolonização, que permitiu emergir uma nova consciência política no terceiro mundo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, pois existe um processo de reestruturação das Ciências Sociais para interpretar um novo mundo, com importantes transformações materiais e políticas.

[...] La percepción de América Latina como una unidad susceptible de ser analizada globalmente y de encarar soluciones también globales, es un fenómeno relativamente reciente, propio de la pós-guerra. Un factor decisivo para ello fue la aceleración que se verificó entonces en el proceso de descolonización [...] al conllevarla toma de conciencia [...] lo que ha dado en llamar después de Tercer Mundo- acarreo de dificultades en el campo de las ciencias sociales. El concepto mismo de subdesarrollo y las teorías que sobre él se edificaron en ese contexto. (Marini, 1977, não paginado).

O autor ressalta que é a reestruturação política internacional, pós-segunda Guerra Mundial, a organização do mundo em blocos político traz consigo a importância da nova geopolítica no campo das relações internacionais, isso é logo será assimilado pelas elites dirigentes da América Latina.

No fue la descolonización, sin embargo, el único factor. [...] a los estrategas norteamericanos el marco para el diseño de su política en un mundo dividido entre dos grandes bloques. Progresivamente, la geopolítica sería

asimilada también por las élites dirigentes latinoamericanas, en especial los militares. (Marini, 1977, não paginado) .

Mas para o autor, o que é fundamental para emergir a consciência latino-americana são as transformações na base material do capitalismo da América-Latina que favorecem o comércio interregional, pois há o impulsionamento do processo de industrialização das economias latino-americanas a partir da desorganização da economia mundial capitalista em decorrência da primeira e segunda guerra mundial e da crise econômica de 1929.

Habría que considerar finalmente que condiciones objetivas, derivadas del desarrollo económico latinoamericano, favorecerían la percepción de es a unidad. La desorganización de la economía mundial capitalista, que comenzara con la guerra de 1914 y siguiera su curso con la crisis de 1929 y la segunda guerra, no sólo había impulsado la industrialización en la región – o, para ser más exactos, en algunos países de ella- sino que estimuló el comercio intrarregional. Este atravesó un periodo particularmente prospero durante la segunda guerra [...] (Marini, 1977, não paginado).

Contribui para isso, a internacionalização do capital fomentada a partir dos centros do capitalismo foi imperativo para que as novas economias industriais buscassem soluções comuns de acordo com essa nova estrutura da econômica. Deste modo são formulados iniciativas no âmbito regional com finalidade de estreitar os laços econômicos entre os países do Cone Sul, com destaque para protagonismo da liderança do Brasil nesse processo.

[...] el problema que se planteó a las jóvenes burguesías industriales latino-americanas sobre cómo ajustarse a la nueva estructura del comercio mundial la y al proceso de internacionalización del capital, promovidos por la metrópolis capitalistas, forzó la búsqueda de soluciones comunes. En el plano diplomático, la iniciativa pionera cupo a Brasil, con la llamada “Operación Panamericana”, en el económico a la ALALC. Pero el esfuerzo principal, en esos años, se volcó hacia el campo científico e ideológico, cumpliendo allí actuación destacada a la CEPAL [...] (Marini, 1977, não paginado).

O processo de defesa unidade da América Latina apenas começava e embora buscasse romper a vinculação de subordinação com os centros do capitalismo, era uma iniciativa ainda incipiente, pois embora no plano das ideias compreendesse a América Latina como uma totalidade, ignorava complexidade material dessa região, suas diversas contradições econômicas, e o desenvolvimento desigual e contraditório entre os diferentes países que a compunham.

La unidad latino-americana, tal como se percibió entonces, correspondía a una concepción profundamente ingenua. [...] comenzaba, rompiendo la vinculación satelizante que privara entre los distintos países latino-americanos antes de la guerra con las metrópolis imperialistas. Además, ignoraba que esa América Latina, que se quería ver como una totalidad simple, era un cuerpo complejo, atravesado por contradicciones internas y caracterizado por desarrollos desiguales y a veces conflictivos, de sus partes integrantes [...](Marini, 1977, não paginado).

Marini argumenta que as Ciências Sociais latino-americanas generalizaram os aspectos socioeconômicos da região, apreendendo a iniciativa de unidade política por parte dos Estados da América Latina que era uma concepção ideológica e como parte de uma realidade material que era inexistente, dado as condições heterogêneas da base material do capitalismo latino-americano.

[...] se dio en la segunda mitad de los sesentas y tuvo sobre las ciencias sociales um impacto similar que el que habí atenido la concepción ingenua. Es certo que el nuevo enfoque que pasó a predominar en las ciencias sociales latinoamericanas: el de la dependência tendió incialmente a privilegiar, y muchas veces a generalizar sin base suficiente, los aspectos comunes de las formaciones socioeconómicas de la región [...] (Marini, 1977, não paginado).

Além disso, muitas vezes realizou-se uma leitura simplista dos aspectos econômicos da América Latina, assim como dos blocos regionais existentes, criando muitas vezes uma análise dicotômica simplista e indicando contradições inexistentes entre blocos econômicos regionais.

Cuánto se há avanzado la compresión de la realidad latino-americana, tomada en su unidad y en su diversidad, lo muestra el énfasis que pône hoy en los aspectos contradictorios y simultaneamente interdependientes, que la caracterizan. Es énfasis tende incluso a incurrir en exageraciones, estableciendo dicotomia, que pretende no poner bloques que no llegan a serlo (como el supuesto antagonismo entre los países del Pacto Andino y los de Cuenca del Plata). Y hasta arribar a planteamientos de opciones extremas que se estarían dando en Latinoamérica, cómo por ejemplo entre democracia y fascismo [...] (Marini, 1977, não paginado).

Também o autor enfatiza que se desenvolve na América Latina um processo de integração política, econômica e militar, fundamentado na lógica de reestruturação do setor produtivo com o objetivo de responder as demandas da nova divisão internacional do trabalho: “En América Latina es el desarrollo de um proceso de integración económica, política y militar, así como de reestructuración de sus

aparatos productivos nacionales para responder a las exigencias de la nueva división internacional del trabajo” (Marini, 1977).

Não obstante as críticas que autor faz à integração dentro dos marcos do capitalismo; Marini avalia que somente a partir do desenvolvimento do processo histórico será possível compreender se a integração significará a superação do capitalismo dependente na América Latina ou se apenas essa ideia de unidade latino-americana constituirá como mais etapa desse mesmo processo. Portanto, apenas o desdobrar dos acontecimentos históricos evidenciará se a unidade latino-americana é apenas mais uma etapa do capitalismo dependente ou se a partir dessa ideia se constituirá uma inflexão para superar a dependência da América Latina.

Por outro lado, Marini, coloca a complexidade desta dependência econômica para os países latino-americanos como as variações estruturais e conjunturais são decisivas para influir nesse processo.

Uno de los errores que se cometen con frecuencia es el creer que la vida política, económica y social de los países dependientes es un simple efecto de las decisiones que respecto a ellos adoptan los países desarrollados. La realidad es más compleja. [...] El grado de subordinación del país dependiente varía de acuerdo con los factores estructurales y coyunturales que determinan su situación de dependencia [...] (Marini, 1977, não paginado).

Nisso observam-se as mudanças com substituição da hegemônica britânica no continente pela estadunidense, implicando o aumento dos investimentos diretos estadunidenses em detrimento das inversões inglesas:

Este correspondió, para toda América Latina, a un cambio estructural en sus relaciones de dependencia, expresado fundamentalmente en el reemplazo de la hegemonía británica por la hegemonía norteamericana, y a una coyuntura particular, determinada por la crisis capitalista mundial. El cambio de hegemonía se dio no sólo a nivel del mercado, sino también a nivel de la inversión extranjera, que registro la sustitución de las antiguas inversiones de cartera, preferidas por Inglaterra, en provecho de las inversiones directas, propiciadas por Estados Unidos [...] (Marini, 1977, não paginado).

Essa hegemonia estadunidense se expressa na ideologia pan-americana culminando institucionalmente na Organização Estados Americanos (OEA), instrumento político para difusão das ideias estadunidenses. Enquanto o Brasil apoiou a iniciativa pan-americana, a Argentina se opôs a essa política estadunidense para continente.

La historia de América Latina, en ese periodo, esta marcada por el esfuerzo de Estados Unidos por expresar su creciente hegemonia economía en el plano político-militar, mediante un panaamericanismo renovado, que culmina en la coferencia de Bogotá, en 1948, que crear la Organización de los Estados Americanos, y en Río de Janeiro, al firmarse, em 1947, el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca. La comparación de las políticas argentina y brasileña respecto a la ofensiva diplomática norteamericana es significativa. Mientras Brasil, le presto a ésta su apoyo activo, Argentina trató más bien de obscutalizarla o limitarla, como lo demuestra su actitud hostil a Estados Unidos durante las negociaciones sobre el TIAR y el hecho de que sólo ratifico el acuerdo sobre la OEA en 1956, tras la caída de Perón (Marini, 1977, não paginado).

Não obstante a resistência Argentina, a força do império estadunidense se impôs com o decorrer do processo histórico, e os golpes militares patrocinados pelos Estados Unidos em todo o continente foram resultado da ampliação da influência econômica e política em todo o hemisfério.

2.4.4 Marini: análise sobre o pactos andino e a crise do desenvolvimentismo

Primeiramente, é importante elucidar que Marini entende que a crise econômica e política do Pacto Andino como um desdobramento do processo econômico de que sobrevém a partir do centro do capitalismo internacional. Como verificaremos a seguir, a hegemonia econômica estadunidense influi decisivamente sobre a economia chilena e trazendo-a integralmente para órbita de influência estadunidense.

Portanto, as contradições existentes entre os países do Pacto Andino são desdobramentos das contradições materiais da economia capitalista, e isso manifesta-se quando os países do bloco em questão começam a divergir a respeito de limitar as receitas e os lucros do capital externo, por exemplo; tendo posições contraditórias sobre reduzir ou não as remessas de lucro das transnacionais e sobre as alíquotas da taxa de importação comum para mercadorias de países que não pertencem ao bloco, a exemplo, da divergência que separa o Chile dos demais países.

Chile se encuentra prácticamente marginado del Pacto Andino y es poco probable que las diferencias que lo separan de los demás países que lo integran - en particular, Venezuela y Perú - puedan superar se. Tales diferencias han girado, esencialmente, en torno al tratamiento a otorgar se al capital extranjero y la fijación de la arancel común.[...] la junta militar chilena manifiesta su desacuerdo con la Decisión 24, adoptada por los países del Pacto, que establece condiciones para la inversión extranjera directa y un limite para la repatriación de ganancias (originalmente, um 10%). Agruyen

con la necesidad de importar capital y tecnología para promover el desarrollo económico, Chile plantea de hecho la derogación de la medida (Marini, 1976, não paginado).

Igualmente, o Chile tem uma posição divergente sobre a taxa de importação comum, e as barreiras protecionistas para mercadorias produzidas fora do bloco comunitário, mantendo baixas taxas de importações. Deste modo, só é possível que continue existindo as indústrias mais competitivas, por consequência impedem o desenvolvimento de um parque industrial local.

Em lo referente al arancel común, que establece barreras protecionistas para la importación de mercancías producidas fuera de la subregión y, por tanto, la defensa de la producción local, la posición del gobierno chileno es también negativa. Sus preferencias van hacia aranceles bajos, ante los cuales solo puedan sobrevivir las industrias nacionales que tengan verdaderas condiciones competitivas [...] (Marini, 1976, não paginado).

Por isso, Marini chama a junta militar do Chile como cavalo de troia no Pacto Andino em alusão a história da guerra entre grego e troianos, ao indicar que esse governo submete a economia chilena ao capital internacional, e a influência das corporações estadunidenses estando em contradição com os objetivos do bloco político e econômico.

[...] la junta militar chilena como el caballo de Troya de los intereses de las corporaciones extranjeras, sobre todo norteamericanas, en el seno del Pacto Andino. Hay que preguntarse, sin embargo, cuál es la solución alternativa que levanta la junta y, con ella, o a través de ella, el capital extranjero [...] (Marini, 1976, não paginado).

Portanto, o governo militar do Chile institui uma política econômica dissonante dos objetivos econômicos do Pacto Andino, que busca desenvolver a economia dos países membros a partir do modelo de industrialização centrado na substituição de importações e na diversificação econômica. Enquanto o novo governo chileno quer especializar a economia do Chile um segmento com finalidade de competir no mercado internacional.

Declaraciones recientes del ministro chileno de Economía, Sergio de Castro, revelan el fondo del problema. Tras afirmar que no le interesa a Chile el modelo de industrialización diversificada y sustitutiva de importaciones, que se encuentra en la base del Pacto sub-regional, De Castro indicó que la política económica chilena apunta hacia un modelo de superespecialización industrial, que le permita reales condiciones para competir en el mercado internacional para algunas ramas especializadas. Manteniendo el rasgo

básico de su antigua economía exportadora: la inserción en la economía mundial através de la producción de cobre pretende ahora desdoblar la, mediante la exportación de algunas manufacturas, cómo, por ejemplo, las que tienen al mismo cobre como matéria prima esencial (Marini, 1976, não paginado).

Posto isso, cabe salientar que a interpretação de Marini sobre o Pacto Andino está em consonância com as ideias encontradas no livro: “Subdesenvolvimento e Revolução”, onde desenvolve com mais acuidade os conceitos de integração subordinada, subimperialismo, dependência econômica, superexploração do trabalho ideias que estão presentes nesse artigo, ao indicar o fenômeno de capitalização que afeta as economias da América Latina a partir do centro do capitalismo com as burguesias locais se integrando ao capital externo e aprofundando a dependência dos países da América Latina. Pautando a semelhança do fenômeno de subordinação econômica do Chile com a experiência brasileira.

La revelación es importante, puesto que aclara las perspectiva de desarrollo que visualiza hoy, para América Latina, el gran capital criollo e imperialista. El primier país a definirse en este sentido fue Brasil. Tras el golpe militar de 1964, ese país se lanzó hacia um proyecto de industrialización en gran escala, asentado fundamentalmente en la sobre capitalización interna, lograda a costa de la superexplotación de los trabajadores y las inversiones masivas de capital extranjero [...] (Marini, 1976, não paginado).

As diferenças da integração subordinada do Brasil e a chilena, é que essa última economia não pretendia diversificar a sua base econômica, desenvolvendo exclusivamente um setor de manufatura vinculado a produção de cobre. Além disso, a base econômica brasileira é muito mais ampla, embora ambos os países procurassem desenvolver uma forma de economia industrial associada ao capital externo e voltada para exportação de bens industrializados, é preciso denotar as particularidades de cada economia.

Cuando el régimen chileno diseñó una política similar, muchos se preguntaron cuál sería su viabilidad. Es obvio que Chile no cuenta con la base económica brasileña. La declaración de De Castro es una respuesta a esa interrogante: Chile, como Brasil se orienta hacia una economía industrial exportadora, pero, a diferencia de aquel país, no pretende diversificación, sino más bien lograr la competitividad necesaria en el mercado internacional para algunas ramas superespecializadas. (Marini, 1976, não paginado).

Do mesmo modo que o Chile e o Brasil, o Uruguai realizou uma política para especialização de alguns setores industriais, partindo da mesma premissa que o

país não conseguiria desenvolver um parque industrial diversificado, o resultado dessa política econômica foi aniquilação completa da indústria eletrônica uruguaia em benefício da indústria brasileira.

[...] Uruguay, que empezaba a la marcha hacia lo que es hoy, formulo un plan de desarrollo bastante revelador. Allí se admitía que este país no tenía condiciones para una industrialización diversificada y se planteaba su especialización en algunas ramas, particularmente de alimentos, que Le permitieran complementarse a economías como la brasileña y competir con ventaja en el mercado internacional. [...] los resultados inmediatos de esa orientación fue, hacia los años 1966-67, la liquidación de la incipiente industria electrónica uruguaya en favor de la brasileña, que ocupo el mercado para esa producción existente en el pequeno país del Plata. (Marini, 1976, não paginado).

Para o autor, esse processo pode ser analisado a partir de duas perspectivas, a primeira é um processo de integração econômica que se desenvolveu na América Latina, a partir das transformações da economia mundial que possibilitaram o desenvolvimento da indústria regional vinculada à exportação e a modificação das relações econômicas entre os países da região. Por outro lado, a industrialização intensificou a especialização e a dependência econômica, industrialização que sempre foi enxergada como chave para emancipação latino-americana.

Todo ello configura un proceso de integración en América Latina que se desarrolla en dos planos: la rearticulación de la economía latino-americana en su conjunto con la economía mundial, sobre la base del desarrollo de una economía exportadora de tipo industrial, y la redefinición de la relación económica entre los países de la zona. La superespecialización económica viene a ser así la contrapartida de una intensificación de la dependencia, y se realiza sobre la base se creyó, hasta pouco tempo, ser la clave para la emancipación económica de America Latina: el desarrollo industrial (Marini, 1976, não paginado).

Apesar do autor vislumbrar a revolução e o socialismo como uma saída para as contradições da economia capitalista, no plano material a saída do sistema econômica foi a barbárie. Na América Latina, apenas Cuba realizou a revolução, longe do socialismo, os demais países da região tiveram golpes militares patrocinados pelo ocidente, que destruíram qualquer possibilidade democrática, desmantelando sindicatos, partidos e qualquer entidade em favor dos trabalhadores.

A Europa Ocidental do pós-guerra adotou o Estado de Bem-Estar Social como fórmula econômica para conter o ânimo da classe trabalhadora cuja realização institucional designou-se social democracia. Na África e Ásia, as diferentes nações

engendram suas lutas de libertação nacional apoiadas pela União Soviética. As jovens nações passaram a ter guerrilhas, golpes e movimentos políticos insuflados pela União Soviética e Estados Unidos.

Por fim apesar do autor criticar a integração dentro dos marcos do capitalismo, em alguns momentos o autor deixa perguntas sem respostas, afirmando que somente o desdobrar dos acontecimentos históricos poderiam determinar os projetos de integração. Não obstante, o autor indicou as contradições dessas realizações supranacionais, tanto entre os países como a partir da base material do sistema capitalista.

A análise das obras de Marini e Furtado indicam as dificuldades e as armadilhas do processo de integração regional. A partir de posições políticas e teóricas distintas, que possuem divergências e convergências, os dois autores possuem uma visão bastante crítica e pessimista desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE RUY MAURO MARINI E CELSO FURTADO.

Em Furtado, a integração não pode constituir-se com base apenas no aspecto econômico e comercial, mas deve ser antes de tudo, um empreendimento liderado pelas forças políticas progressistas em favor dos povos latino-americanos (Furtado, 1968). Apesar das ponderações em relações aos processos da integração, o autor não a rechaça completamente.

Enquanto Marini rechaça todo o processo de integração dentro dos marcos do capitalismo moderno, pois a integração sob o capitalismo induzirá a uma “integração imperialista”; isto é, assimétrica beneficiando os grandes centros econômicos em detrimento das economias mais fracas. Portanto, nenhuma integração pode existir nos marcos do capitalismo.

Furtado também crítica com veemência em diversas passagens, o esvaziamento político dos projetos de integração regionais, que são meramente comerciais ou econômicos, apoiados em critérios técnicos que esvaziam o poder político estatal das nações envolvidas nesse empreendimento, acabando por beneficiar exclusivamente conglomerados transnacionais em prejuízo do desenvolvimento econômicos das nações periféricas (Furtado, 1968).

O autor tem ainda uma visão que a integração pode ajudar a desenvolver, e ampliar os mercados das nações fomentando os processos de industrialização e beneficiando o conjunto das economias nacionais (Furtado, 1983). Este processo seria benéfico, sobretudo, para países com pequenos mercados consumidores, embora saliente que a centralidade do desenvolvimento se encontra nacionalmente.

A ideia existente na obra de Celso Furtado que existe uma restrição do mercado consumidor nos países latino-americanos também está em Ruy Mauro Marini (Marini, 2017), pois de acordo com sua análise o mercado consumidor dos países subdesenvolvidos é restrito, em particular, na América Latina, nisso existe uma convergência entre os autores.

Para Marini as integrações econômicas da América Latina apresentam o ápice do processo de subordinação econômica do continente as forças econômicas e políticas estadunidenses (Marini, 2017).

Da mesma forma, Furtado destaca que a realização da integração econômica da América Latina exclusivamente com viés técnico e comercial levaria ao domínio dos consórcios e das transacionais sobre o conjunto da economia (Furtado, 1968), indicando a necessidade de um adequado planejamento estatal e controle político dos estados-nacionais para conduzir um processo de integração que beneficiasse o conjunto da coletividade.

Se para Furtado, a integração e os processos que a envolvem não podem prescindir da coletividade e da ação estatal, Marini compreende que a integração possível só pode existir nos marcos do socialismo (Marini, 2017), sendo desdobramento de um processo revolucionário que conduza a suplantação do capitalismo. A própria ideia de revolução e socialismo confundem-se nesse processo de integração econômica nos marcos do socialismo com internacionalização do processo revolucionário.

Os autores são críticos da integração, se para Furtado a mesma apresenta dificuldades nos marcos do capitalismo, com problemas de unificação entre economias assimétricas e as dificuldades pautadas pelas novas formas de organização econômica a partir da transnacionalização dos processos produtivos e a financeirização das economias. Furtado sempre vislumbrou a superação do subdesenvolvimento a partir de um projeto endógeno e nos marcos nacionais, portanto, a integração que não está apoiada nesses termos, poderá induzir ao aprofundamento subdesenvolvimento.

Para Marini, a integração não é o aprofundamento do subdesenvolvimento, mas aprofundamento do subimperialismo (Marini, 2017). De acordo com essa visão alguns países da periferia, assumem protagonismo como irradiadores da hegemonia do centro do capitalismo internacional. De acordo essa análise, países como Brasil são subjugados pela hegemonia estadunidense, e além disso, ajudam a propagá-la pelo continente. Neste processo, os países subimperialistas também expropriam parte da mais-valia dos países de economia mais fraca.

Essa visão de Marini tem limitações, uma vez que embora o Brasil seja de fato economicamente vinculado ao capitalismo estadunidense está longe de se impor como líder ou mesmo entreposto de domínio neocolonial sobre seus vizinhos. O processo histórico inclusive mostra as dificuldades de o país em ter uma presença econômica profunda sobre as nações latino-americanas.

Como analisamos o decorrer do processo histórico de formação dos blocos econômicos, há diversas contradições econômicas, territoriais e culturais, o que demanda complexidade muito maior nas relações interestatais da América Latina. O Brasil, México, Argentina, Venezuela e Chile como analisado anteriormente, têm economias mais desenvolvidas, mesmo entre os países desse grupo as três primeiras economias se sobrepõem, de modo que a ideia do Brasil como centro subimperialista está em contradição com processos históricos; com as economias mais fracas organizando blocos econômicos sub-regionais, a exemplo do Mercado Comum Centro- Americano e o Grupo Andino.

Enfim, a complexidade dos processos de integração regional tem sua limitação traduzida pelos próprios autores que verificam as contradições econômicas, pois tanto Furtado como Marini, a entendem a integração como hierárquica. Se para Furtado existe uma assimetria entre economias mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, que conduz ao agravamento do subdesenvolvimento da pobreza e da desigualdade social. Para Marini, a integração significará o aprofundamento do domínio econômico e a subjugação total dos países latino-americanos ao imperialismo com consequências negativas nas esferas, política, econômica e social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. O Brasil e os blocos regionais: soberania e interdependência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 1, p.3-16, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000100002>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- ANSANI, G. B. O papel dos BRICS na governança global. **Revista de Geopolítica**, v. 7, n. 2, p. 54-66, 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/153/159>. Acesso em: 27 de fev. 2023.
- ANTUNES, D. O processo de esvaziamento da UNASUL e seu significado para o regionalismo sul-americano atual: agendas e desafios de pesquisa em integração regional. **Caderno de Relações Internacionais**, v. 11, n. 21, 2020. Disponível em: <https://revistas.faculdaedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1342>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- BANDEIRA, L. A. M. **Formação do Império Americano**: da guerra contra Espanha à guerra no Iraque. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BEDIN, G. A.; NIELSSON, J. G. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (orgs). **A política social na América do Sul**: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: UEPG, 2013. p. 27-41. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/rfv9p/pdf/costa9788577982318.pdf#page=27>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BERMÚDEZ TORRES, C. A. MERCOSUR Y UNASUR: Una mirada a la integración regional a comienzos del siglo XXI. **Análisis Político**, v. 24, n. 72, p. 115-131, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012147052011000200007. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BETHELL, L. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. **Novos estudos CEBRAP**, n. 88, p. 73-87, dez./ 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/JT5d8zCPZMZ8fDbTtHP5tQP/#>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81745>. Acesso em: 15 set. 2022.
- BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 62-80, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987317266504>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRICEÑO RUIZ, J.; DE LOMBAERDE, P. Regionalismo latino-americano: produção de saber e criação e importação de teoria. **Civitas**: revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 262–284, mai./ ago. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/29593>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BUENO, C.; RAMANZINI JÚNIOR, H.; VIGEVANI, T. Uma perspectiva de longo período sobre a Integração latino-americana vista pelo Brasil. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 549-583, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000200008>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CASAROE, G. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. **Aisthesis**, Santiago, n. 70, p. 439-473, 2021. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-71812021000200439&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2023.

CERRI, L. F. **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul**. Ponta Grossa: UEPG, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788577982486>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COSTA, W. M.; GARCIA, T. S. L. (orgs.). **América do Sul: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais**. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/823>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CULPI, L. A. *et al.* A evolução da integração regional na América do Sul e a Crise do Mercosul. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 181-189, jul./set., 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34626/21453>. Acesso em: 16 mar. 2023.

EDER, J. Integración regional y políticas de industrialización en América Latina: la historia de un amor conflictivo. **Revista De Estudios Sociales**, v. 1, n. 68, p. 38-50, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res68.2019.04>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FARIAS, D. B. L. O Brasil e o CARICOM. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, p. 43-68, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100003>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FARRET, R. L.; PINTO, S. R.. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 30–42, jul. 2011.

FREITAS, W. D. de. Aliança bolivariana para os povos de nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador. In: ENCONTRO NACIONAL, 3, 2011. **Anais...**, 2011. Disponível: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300058&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jul. 2022.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A.,1970.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na américa latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1968.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Saga S.A., 1968.

GONÇALVES, F. T. A Celac, o Sela e a agenda do Brasil para a América Latina e Caribe. **IPEA**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4572>. Acesso em: 15 mar. 2023.

HOBBSBAWM, E. Era dos Extremos o breve século XX: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.1995.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6 ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, R. M. La “interdependencia” brasileña y la integración imperialista. **Ruy Mauro Marini, UNAM**, 1966. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1117>. Acesso em: 15 de mar. 2023.

MARINI, R. M. Latinoamérica: el Estado contrarrevolucionário. **Ruy Mauro Marini, UNAM**, 1977. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1117>. Acesso em: 24 de jul. 2023.

MARINI, R. M. La unidad de América Latina. **Ruy Mauro Marini, UNAM**,1977. Disponível em:<https://marini-escritos.unam.mx/?p=593>. Acesso em: 12 de ago. 2023.

MARINI, R. M. La crisis latinoamericana: dependencia y autonomía. **Ruy Mauro Marini, UNAM**, 1977. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=635>. Acesso em: 12 de ago. 2023.

MARINI, R. M. Crisis del Pacto Andino: el fracaso del desarrollismo. **Ruy Mauro Marini, UNAM**, 1976. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=551>. Acesso em: 13 de ago. 2023.

MARTINS, C. E.; FILGUEIRAS, L.. A Teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 445 - 449, set. 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/nRqzH5yyDzW4k39NzJkBCgh/#ModalHowcite>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MARTÍNEZ, R., L. E. et al. Los ciclos económicos en ALALC o ALADI, CAN, CAFTA, MCCA: 1960-2008*. **Perf. de Coyunt. Econ.**, n. 20, p.127-153, 2012. Disponível

em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-42142012000200006. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARX, K. **Para crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

MEUNIER, I.; MEDEIROS, M. de A. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. **Dados**, v. 56, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/K9dZNHBv4n9LtdzgyxbJ6Bn/?lang=pt#>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MINDLIN, J. E. O desenvolvimento brasileiro e a crise da ALALC. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 2, p. 75–80, abr./ 1973. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/9ywhzQXQbvzSP53YCSvGKvb/#>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MONTE, D. S. do; ANASTASIA, F. Cláusula Democrática do Mercosul: indefinição conceitual e uso estratégico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 11-36, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256201> Acesso em: 25 fev. 2023.

MORALES RUVALCABA, D. “La política exterior de las potencias latinoamericanas hacia la Caricom: los casos de Brasil, México, Colombia, Venezuela y Cuba”. **Colombia Internacional**, v. 96, p. 87-114, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint96.2018.04>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MOSLARES GARCIA, C.; RAMIREZ ROMA, X.; REYES, G. ¿Están los países del Mercado Común Centroamericano preparados para una mayor integración regional? **Economía UNAM**, Ciudad de México, v. 8, n. 22, p. 74-100, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-952X2011000100005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 09 jan. 2023.

MORATO, E. A. Dinámica económica reciente de los países centroamericanos: Una mirada crítica al Mercado Común Centroamericano. **Econ. y Desarrollo**, La Habana, v. 151, n. 1, p. 106-116, jun. 2014. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0252-85842014000100009&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2023.

NERY, T. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, v. 29, n. 3, p. 59-75, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000400005>. Acesso em: 05 jan. 2023.

ORTIZ MORALES, C. La Alianza del Pacífico como actor regional: factores de éxito para la cohesión regional hacia la proyección internacional. **Desafíos**, v. 29, n.1, p.49-77, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.4885>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PADULA, R.; FIORI, J. L. Brasil: geopolítica e "abertura para o pacífico". **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, p. 536-556, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a05>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PAUTASSO, D. *et al.* As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. e1122-e1122, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n2.2021.1122>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. de. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, v. 31, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/3749>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PRECIADO, J. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 251–265, mai./ 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200005>. Acesso em: 01 fev. 2023.

QUINTANAR, S.; LÓPEZ, R. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, jan./ 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HtY3PMPyY9gkQKsLXQkFBQJ/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTIAGO, L. A. S. Jovens, identidade e consciência da integração latino-americana. In: CERRI, L. F. (Ed). **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018. p. 187-210. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788577982486.0009>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SILVA, C. A. A cultura na agenda da CELAC a partir de uma perspectiva teórica descolonizadora. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 42, p. 203-227, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/191234>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA, J. U. da. A importância da Comunidade Andina para a economia da América Latina. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331227108008.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOARES FILHO, J. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, v. 13, n. 46, p. 21-38, 2011. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1283/1284>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOUZA, V. H. P. de. Integração territorial no Mercosul: o caso da IIRSA/COSIPLAN. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 1, p. 21–36, jan./ 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/R4nqNSpPP7BzmMj88PysdXJ/#>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOUZA, K. S. G. de; CASTILHO, M. R. Integração produtiva e acordos comerciais: o caso dos países da Aladi. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 173-207, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n1art7>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 347–362, set. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/trJFX6YWk9qsvr5C4M5qH3F/#>. Acesso em: 01 mai. 2024.

TORRES, C. A. B. MERCOSUR Y UNASUR: Una mirada a la integración regional a comienzos del siglo XXI. **Análisis Político**, v. 24, n. 72, p. 115-131, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052011000200007. Acesso em: 15 mar. 2023.

ZELA CASTEDO, A. Perspectiva histórica del processo de integración latinoamericana. **Rey Cien Cult**, La Paz, n. 17, p.113-120, ago./ 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-33232005000200015&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2023.